



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Afonso Henrique Carvalho da Cunha

**A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL NO DISTRITO
DE VILA REAL (1838-1860)**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Afonso Henrique Carvalho da Cunha

**A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL NO DISTRITO
DE VILA REAL (1838-1860)**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Francisco Azevedo Mendes

julho de 2019

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho contou com alguns contributos que não poderiam, de maneira alguma, deixar de ser aqui referenciados.

No Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, começo por agradecer à Professora Maria do Carmo Ribeiro a ajuda preciosa na elaboração da base de dados de que necessitávamos, bem como o apoio pontual que fomos solicitando nesse âmbito. Nessa base de dados informática foi introduzida toda a informação arquivística, tendo constituído um instrumento utilíssimo para todos os aspetos que tínhamos a explorar.

À Professora Marta Lobo que, com a sua sábia lucidez, nos aconselhou sobre as metas a estabelecer e que muito nos ajudaram neste percurso, deixo também o meu reconhecimento.

Ao Professor José Manuel Machado que a propósito de alguns aspetos ligados à Demografia mostrou toda a disponibilidade para sobre eles conversar, bem como a simpatia que foi mostrando quando amiúde perguntava sobre o andamento do trabalho, o meu obrigado.

À Dra. Manuela André fico muito grato pela ajuda que nos prestou na fase final do trabalho ao dar-lhe a forma exigida.

Agradeço também à estimada Professora Gilberta Rocha da Universidade dos Açores, alguns esclarecimentos a propósito de algumas questões operativas da Demografia, não obstante estarmos a meio oceano de distância.

Outra palavra de agradecimento vai para o Professor Jorge Alves que com toda a disponibilidade respondeu a algumas das minhas inquietações nos momentos em que lhas coloquei.

Ao Amigo Aníbal do Rosário da Costa, Bolseiro de doutoramento do Instituto Camões, manifesto também o meu reconhecimento pelas muitas horas que partilhámos em trabalho na Universidade, apoiando-nos mutuamente.

Ao Arquivo Distrital e Arquivo Municipal em Vila Real, nas pessoas dos seus diretores e funcionários, agradeço a disponibilidade e o bom serviço prestado sempre que lá estivemos em consulta de documentação.

Por fim, o maior agradecimento vai para o Professor Francisco Mendes com quem, para lá da relação institucional como orientador deste trabalho, mantenho uma já longa relação de amizade iniciada também em meio universitário. Desde a primeira hora incentivou-me a fazer este percurso académico e, empenhadamente, prestou sempre o seu apoio em questões cruciais deste trabalho confiando em tudo o que ia fazendo.

Bem Haja a Todos

Declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL NO DISTRITO DE VILA REAL (1838-1860)

RESUMO

A emigração tem sido desde longa data uma característica constante da sociedade portuguesa, podendo fazer-se remontar ao início da expansão marítima quando, a partir de meados do século XV, os portugueses começaram a espalhar-se pelos diferentes continentes. No entanto, a emigração mais significativa quanto a quantitativos expressivos de gentes que saem do território nacional, continental e insular, efetiva-se a partir do século XVIII e virá a ganhar maior importância durante o século XIX, integrada no contexto das migrações europeias oitocentistas que se dirigiram principalmente para territórios do Novo Mundo.

Nos anos de oitocentos, a emigração portuguesa foi dominada pela atração brasileira para onde se dirigiu o grosso das gentes que temporária ou definitivamente saía do país, procurando uma solução para as dificuldades económicas nacionais que se faziam sentir devidas a diversas conjunturas, ao mesmo tempo que respondiam às necessidades crescentes de mão-de-obra que no Brasil se faziam sentir, devido à progressiva extinção do tráfico de escravos e do crescimento económico da jovem Nação.

A grande emigração portuguesa rumo ao Brasil tinha origem, desde o século XVIII, no noroeste português, região do Entre Douro e Minho, começando depois a alastrar-se às regiões mais interiores do território nacional a partir da década de 1850.

No presente trabalho, pretende-se estudar a emigração do distrito de Vila Real para o Brasil no período entre 1838 e 1860, a partir de uma fonte principal que são os registos de passaportes existentes no Arquivo Distrital de Vila Real, cobrindo um espaço temporal marcado inicialmente pelo primeiro registo existente de passaporte para o Brasil até ao ano de 1860, antecedendo o período em que a emigração para o Brasil se tornou massiva. Neste estudo, pretende-se avaliar o alastramento do fenómeno emigratório legal a essa região interior do país, analisar as suas características no que respeita aos quantitativos populacionais e aos aspetos sociodemográficos da população emigrante, descrever as estratégias migratórias possíveis de observar, bem como outros aspetos possíveis de explorar na fonte principal, tais como alguns caracteres somáticos e sanitários desse universo populacional.

Palavras chave: Brasil; Emigração; História; Trás-os-Montes.

L'ÉMIGRATION AU BRÉSIL DANS LE DISTRICT DE VILA REAL (1838-1860)

RÉSUMÉ

L'émigration est depuis longtemps une caractéristique constante dans la société portugaise qui remonte au début de l'expansion maritime, à partir de la moitié du XVe siècle, au moment où les Portugais ont commencé à s'installer sur tous les continents. Cependant, l'émigration la plus significative, en ce qui concerne les quantitatifs expressifs de ceux qui sortent du territoire national, continental et insulaire, a lieu à partir du XVIIIe siècle et elle continuera à gagner en importance au cours du XIXe, intégrée dans le contexte des migrations européennes qui se sont principalement dirigées vers les territoires du Nouveau Monde.

Au XIXe siècle, l'émigration portugaise se caractérisait par l'attraction brésilienne, là où la plupart de la population s'est rendue temporairement ou définitivement pour y trouver de meilleures conditions face aux difficultés économiques nationales conjoncturelles. Elle répondait également aux besoins croissants de main d'œuvre qui se faisaient sentir au Brésil, à cause de la progressive disparition du trafic d'esclaves et de la croissance économique de la jeune Nation.

La forte émigration portugaise vers le Brésil a commencé au XVIIIe, dans le Nord-ouest portugais, la région de « Entre Douro e Minho », puis s'est étendue aux régions les plus intérieures du territoire national à partir des années 1850.

Dans cette thèse, nous prétendons étudier l'émigration du district de « Vila Real » vers le Brésil dans la période comprise entre 1838 et 1860. Nous nous baserons sur une source principale, les passeports existants dans l'Archive du district de « Vila Real ». La période étudiée se situe entre le premier passeport délivré pour le Brésil, jusqu'en 1860, période qui précède l'émigration massive vers ce pays. Dans cette étude, nous prétendons procéder à une évaluation de l'effet de propagation de ce phénomène migratoire licite dans cette région intérieure du pays, ainsi qu'à une analyse des caractéristiques concernant les quantitatifs populationnels et leurs aspects sociodémographiques. Il s'agira également de décrire les stratégies migratoires qu'il est possible d'observer, ainsi que d'autres aspects exploitables à partir de la source principale, comme les caractéristiques somatiques et sanitaires de cet univers populationnel.

Mots-clés : Brésil ; Émigration ; Histoire ; « Trás-os-Montes ».

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – PROBLEMÁTICA DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA	4
1. A emigração oitocentista	4
1.1. O estado da questão	9
2. Fontes e metodologia	11
CAPÍTULO II – TERRITÓRIO E POPULAÇÃO	15
1. Aspetos geográficos	15
2. Evolução administrativa no século XIX	22
3. Aspetos demográficos	26
3.1. Efetivos globais, ritmos de crescimento e densidades	26
3.2. População urbana e população rural	32
CAPÍTULO III – EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DA EMIGRAÇÃO	34
1. Fluxos, ciclos e tendências	34
2. Emigração e Conjunturas	40
2.1. Conjunturas económicas nacionais	46
2.1.1. Crises agrícolas	49
2.1.1.1. Crises vinícolas	52
2.2. Conjunturas brasileiras	57
3. Distribuição espacial	65
3.1. Emigração por concelhos	65
4. Destinos declarados	67
5. Sazonalidade	69
CAPÍTULO IV – CARATERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS	72
1. Homens e mulheres	72
2. Solteiros e casados	72
3. Idades na emigração	74
4. Categorias socioprofissionais	82
5. Expostos, órfãos e ilegítimos	87
6. Alfabetização e analfabetismo	89
7. Carateres somáticos e condições sanitárias	91
7.1. Os dados das fontes	91
7.2. Antropometria da população emigrante	91
7.3. Deficiências físicas	94

CAPÍTULO V – ESTRATÉGIAS INDIVIDUAIS E FAMILIARES.....	98
1. Emigração solitária e emigração familiar	98
2. Acompanhantes.....	101
2.1. Relações de parentesco	101
3. Engajados	102
4. Reemigração	104
CONCLUSÃO	106
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	108
APÊNDICE.....	117
ANEXO DOCUMENTAL.....	126

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Portugal Continental: Província de Trás-os-Montes e Alto Douro - Distritos de Vila Real e Bragança.....	15
Mapa 2: Concelhos do Distrito de Vila Real na configuração atual.....	26

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1: Evolução do número dos concelhos pelas reformas na administração local	25
Quadro 2.2: População do Distrito de Vila Real (1835 –1864).....	29
Quadro 2.3: População do Distrito de Vila Real: crescimento e tempo de duplicação em anos	30
Quadro 2.4: População por concelhos do distrito de Vila Real e crescimento anual médio.....	32
Quadro 3.1: Passaportes e pessoas por passaporte	35
Quadro 3.2: Aumento dos preços de alguns produtos em três mercados do distrito de Vila Real (%)... 51	
Quadro 3.3: Taxas brutas de emigração, 1838-1860 (%)	66
Quadro 3.4: Destinos declarados pelos titulares de passaporte.....	69
Quadro 3.5: Passaportes por ano/mês	70
Quadro 4.1: Estado civil dos titulares de passaporte.....	73
Quadro 4.2: Estado Civil dos titulares de passaporte	74
Quadro 4.3: Idades agrupadas dos titulares de passaporte (homens e mulheres)	76
Quadro 4.4: Idades agrupadas dos acompanhantes (homens e mulheres).....	78
Quadro 4.5: Idades agrupadas dos Titulares e Acompanhantes (homens e mulheres).....	79
Quadro 4.6: Profissões por setores de atividade (Titulares e acompanhantes).....	85
Quadro 4.7: Média de idades nas profissões dos titulares de passaporte	86
Quadro 4.8: Ilegitimidade e orfandade na emigração por concelhos	87
Quadro 4.9: Ilegitimidade e orfandade na emigração.....	88
Quadro 4.10: Alfabetização e profissões.....	90
Quadro 4.11: Estatura dos Homens com idade igual e superior a 20 anos (cm)	92

Quadro 4.12: Estatura dos Homens com idade entre 15 e 16 anos (cm).....	93
Quadro 4.13: Estatura das mulheres com idade igual e superior a 20 anos (cm)	93
Quadro 4.14: Deficiências físicas e enfermidades nos titulares de passaporte.....	95
Quadro 5.1: Emigração solitária e familiar.....	98
Quadro 5.2: Tipologias familiares na emigração	99
Quadro 5.3: Famílias nucleares com ambos os progenitores	100
Quadro 5.4: Famílias nucleares com um só progenitor	100
Quadro 5.5: Relações de parentesco com o titular de passaporte	101
Quadro 5.6: Engajados (titulares de passaporte)	102
Quadro 5.7: Tipologias familiares dos engajados.....	104

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1: Emigração do distrito de Vila Real: Titulares de passaporte e acompanhantes.....	34
Gráfico 3.2:Distrito de Vila Real – Emigrantes com passaporte por anos para o Brasil Titulares e acompanhantes.....	36
Gráfico 3.3: Emigrantes de Vila Real e emigrantes naturais de Vila Real saídos do Porto (1836-1860)	39
Gráfico 3.4: Produção Vinícola na Região Demarcada do Douro e Emigração.....	54
Gráfico 3.5: Produção de vinho (pipas) em freguesias do concelho de Peso da Régua em 1847-1851 e 1858-1864.....	55
Gráfico 3.6: Emigração em freguesias do concelho de Peso da Régua em 1839-1851 e 1852-1860..	56
Gráfico 3.7: Emigração por concelho de naturalidade e/ou residência – Titulares e Acompanhantes (1855-1860)	57
Gráfico 3.8: Emigração por concelhos 1838-1860 (%)	67
Gráfico 3.9: Passaportes por meses (1838-1860) – Titulares	71
Gráfico 3.10: Passaportes por meses: 1838-1850/1851-1860 –Titulares	71
Gráfico 4.1: Homens e Mulheres na Emigração – Titulares)	72
Gráfico 4.2: Homens e Mulheres na Emigração – Titulares e Acompanhantes	72
Gráfico 4.3: Emigração por estado civil dos titulares de passaporte (HM).....	73
Gráfico 4.4: Idades dos titulares de passaporte	75
Gráfico 4.5: Idades dos acompanhantes	77
Gráfico 4.6: Idades dos titulares de passaporte e acompanhantes	78
Gráfico 4.7: Idades na emigração: média e moda.....	81
Gráfico 4.8: Emigração por setores de atividade (%)	83
Gráfico 4.9: Medidas estatísticas das idades dos ilegítimos, expostos e órfãos	89
Gráfico 4.10: Saber escrever e não saber escrever	90

ABREVIATURAS

ADVRL – Arquivo Distrital de Vila Real
AMVR – Arquivo Municipal de Vila Real
CMVR – Câmara Municipal de Vila Real
DG – Diário do Governo
DHP – Dicionário de História de Portugal
DL – Diário de Lisboa

Ao meu Pai e à minha Mãe

Ao Artur Madeira, Amigo saudoso

Para a Maria Manuel e para o Henrique,
filhos queridos

INTRODUÇÃO

Antiga e enraizada na sociedade portuguesa, a emigração tem constituído tema de particular atenção em diversos campos disciplinares. No campo da historiografia, muitos dos estudos realizados incidem especialmente sobre os movimentos migratórios que se desenvolveram com especial impacto a partir do século XIX, procurando apurar a sua dimensão quantitativa e qualitativa, bem como o seu enquadramento económico, social e demográfico.

Relativamente ao espaço territorial de Portugal continental, a emigração era por tradição uma realidade mais característica do Noroeste, região do Entre Douro e Minho, de onde tinha origem uma forte corrente humana que preferencialmente se dirigia para o Brasil, definitiva ou temporariamente, a partir da cidade do Porto, que até meados do século se assumiu como o local de embarque da esmagadora maioria dos emigrantes.

A emigração portuguesa oitocentista registou na sua evolução modificações quantitativas e qualitativas, da primeira para a segunda metade do século. Sendo essas modificações particularmente visíveis a partir dos anos cinquenta, quando a média de partidas anuais cresce e a emigração começa a prenunciar uma composição familiar que se acentuará no decorrer do tempo, gerando aquilo a que se chama emigração em massa, verifica-se paralelamente, uma expansão geográfica do movimento no sentido de regiões do interior norte, nomeadamente o espaço correspondente ao distrito de Vila Real de que nos ocupamos.

Como facto económico, social e demográfico, a emigração oitocentista ocorre em consequência do desenvolvimento do capitalismo industrial e financeiro e do crescimento demográfico que se fez sentir, ainda que com diferentes ritmos, em toda a Europa ocidental. No contexto dos progressos do capitalismo no século XIX, se a emigração refletiu, por um lado, os desequilíbrios gerados pelos progressos técnicos e aumento progressivo da produtividade que dispensou mão-de-obra, por outro, ela foi também consequência da ausência desses desenvolvimentos, na medida em que, o excesso de população não era absorvido em determinados países onde ainda permaneciam estruturas económicas e sociais de Antigo Regime.

Sendo a decisão de emigrar o resultado de uma vontade individual ou do contexto familiar dos indivíduos, essa decisão estava muitas vezes dependente do conjunto de condições económicas e sociais que se faziam sentir nas regiões de origem dos emigrantes que, conjugadas com o quadro conjuntural das regiões de destino, permitem enquadrar o fenómeno emigratório no quadro analítico dos fatores de atração e repulsão.

No presente trabalho, tendo em consideração o quadro da emigração portuguesa oitocentista, tentaremos apreender a emigração legal do distrito de Vila Real para o Brasil desde os finais da década de 1830 até 1860, tomando como fontes essenciais os registos de passaportes. Assim, depois do enquadramento teórico e explicitação dos aspetos fundamentais ligados à emigração portuguesa oitocentista, bem como da explicitação das fontes e da metodologia constantes do primeiro capítulo, passa-se, no capítulo segundo, ao enquadramento do território do distrito de Vila Real quanto à sua geografia, à evolução administrativa verificada durante o século XIX, assim como alguns aspetos demográficos, todos eles importantes para o enquadramento das gentes no espaço físico e administrativo.

Seguidamente, no capítulo terceiro, analisa-se a evolução e a estrutura da emigração, relevando-se os aspetos quantitativos, as conjunturas em que se integra, a sua distribuição espacial ao nível concelhio, os destinos pretendidos no Brasil e as tendências sazonais.

No capítulo quarto procede-se à abordagem sociodemográfica da emigração quanto à sua composição respeitante ao estado civil, grupos etários, categorias socioprofissionais e nível de alfabetização da população em estudo. Ainda neste âmbito, deitamos mão sobre outros dados fornecidos pelas fontes, explorando-se as características somáticas e condições sanitárias da população emigrante.

Finalmente, pretende-se compreender as estratégias seguidas quanto à decisão de emigrar solitariamente ou em família, o impacto do engajamento no processo migratório, e a emigração repetida, ou remigração, o que acontece no capítulo quinto.

A sistematização dos dados respeitantes ao levantamento feito nos passaportes, porque seriam demasiado pesados para constarem no texto da análise, foi organizada em quadros e reunida no apêndice.

Da mesma forma, remeteu-se para o final alguns textos extraídos de fontes complementares, como por exemplo alguns livros de atas que pelo seu conteúdo tido como importante para o entendimento do fenómeno migratório foram reunidos num anexo documental.

Resta referir, ainda, que para a realização deste trabalho teve muita importância a relação afetiva com a região transmontana e duriense de Vila Real, meu berço de nascimento, onde a vivência de muitos anos me fez entender e sentir o ser transmontano na sua dimensão psicológica e antropológica inigualavelmente transmitida por Miguel Torga.

Como projeto, este trabalho surgiu no âmbito do curso de Mestrado em História da Colonização e Migrações–Portugal-Brasil, da Universidade do Minho, nos idos de 1994-1995, sob a direção da Professora Norberta Amorim, entretanto interrompido devido a questões profissionais. O trabalho então

iniciado tinha a sábia orientação do Professor Fernando de Sousa, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Diretor do CEPFAM. Contámos igualmente com os profícuos ensinamentos do Professor Jorge Fernandes Alves, no âmbito do seminário de Emigração para o Brasil nesse mestrado.

CAPÍTULO I – PROBLEMÁTICA DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

1. A emigração oitocentista

O século XIX é o século das migrações. Paralelamente às migrações internas na Europa, cujas correntes, em traços gerais, se desenvolveram de leste para oeste e do sul para o norte, muitas outras populações, alimentando uma forte corrente emigratória, abandonavam os territórios do velho continente em direção a todas as partes do mundo, na maior parte em direção ao continente americano, estimando-se que entre 1840 e 1914 tenham partido da Europa entre 30 a 35 milhões de europeus.¹

Mal conhecidos os números relativos aos emigrantes europeus na primeira metade do século XIX, acerca dos quais apenas se chega a valores numa ordem de grandeza, de 1801 até cerca de 1840, cerca de 30 a 40 mil pessoas partiam anualmente, totalizando 1,5 milhões de emigrantes no fim do período referido, e entre 1841 e 1880 terão saído da Europa 13 milhões de pessoas, com preponderância para a Grã-Bretanha como região de origem.²

Como fenómeno sempre presente na sociedade portuguesa desde os primórdios da expansão marítima, a emigração ganhou dimensão e especial acuidade nos anos de oitocentos suscitando inúmeros estudos e reflexões. Encarada como um problema nacional, dadas as suas profundas relações com o estado de desenvolvimento económico e social do país, o fenómeno emigratório nacional foi amplamente refletido e discutido por alguns autores do século XIX e princípios do século XX, como Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Afonso Costa, entre muitos outros.³

No presente, diversos estudos analisam o fenómeno da emigração na perspetiva da sua permanência estrutural na sociedade portuguesa,⁴ na definição e explicação dos seus fluxos, destinos e condicionalismos,⁵ na perspetiva das políticas seguidas ao longo da segunda metade do século XIX e primeiro terço do século XX relativamente aos Estados português e brasileiro,⁶ na análise das

¹ Gilbert GARRIER, O Século do Crescimento, in *História Económica e Social do Mundo* (dir. de Pierre LÉON), vol. 4, t.I, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, p. 23.

² André ARMENGAUD, La Población Europea 1700-1914, in *História Económica de Europa*, (ed. Carlo M. CIPOLLA), vol. 3, Barcelona, Ariel, 1983, p. 66-67.

³ Alexandre HERCULANO, *Opúsculos II* (org., introdução e notas de Jorge CUSTÓDIO e José Manuel GARCIA, Lisboa, Presença, 1983, pp. 62-132; Oliveira MARTINS, *Fomento Rural e Emigração*, 3ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1994, pp. 167-217; Afonso COSTA, *Estudos de Economia Nacional I – O Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

⁴ V. Magalhães GODINHO, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Arcádia, 1977. Ainda do mesmo autor, "L'Émigration Portugaise (XV-XX siècles), une constante structurelle et les réponses aux changements du monde", *Revista de História Económica e Social*, nº 1, 1978, p. 5-32.

⁵ Joel SERRÃO, *A Emigração Portuguesa*, 4ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982; ainda do mesmo autor, A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX (esboço de problematização), in *Temas Oitocentistas I*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d., p. 161-186.

⁶ Miriam Halpern PEREIRA, *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.

representações e vivências do acontecimento migratório na sociedade de origem e de acolhimento,⁷ ou ainda, numa perspetiva de análise demográfica, avaliando os efeitos da emigração nas estruturas populacionais.⁸

Com efeito, podemos considerar que o contínuo movimento humano de abandono temporário ou definitivo do país se inicia com o processo de expansão quatrocentista, quer revestindo a forma de resposta a políticas colonizadoras dos territórios de além mar, quer como desejo individual e voluntário de procurar noutras paragens novos rumos de vida.⁹ Assim, no devir contínuo da procura de melhores soluções para a vida ou na corrida para a ambição, entre os anos de 1500 e 1760 terão deixado o país cerca de 1 400 000 indivíduos, cujos ritmos se avaliam em 280 000 saídas entre os anos de 1500 e 1580; um mínimo de 300 000 e um máximo de 360 000 no período entre 1580 e 1640; uma redução para cerca de 150 000 indivíduos entre os anos de 1640 e 1700 seguindo-se logo uma elevação acentuada nos dois primeiros terços do século XVIII, que atinge uma cifra de cerca de 600 000 indivíduos, movimento de alta influenciado pelo *rush* aurífero brasileiro, mantendo-se durante os anos de setecentos um intenso movimento de partidas, estimado entre as oito mil a dez mil saídas anuais.¹⁰

Desde meados do século XVI, é já o Brasil que está à cabeça dos destinos dos portugueses, posição essa que manterá até à década de 1950, altura em que podemos marcar a viragem estrutural nas direções da nossa emigração, agora rumo à Europa.

No século XIX, a emigração para os territórios brasileiros conheceu um ritmo acentuado provocando discussões entre os meios políticos e suscitando a atenção de alguns intelectuais preocupados em apreender a sua dimensão e respetivas causas, as suas consequências para a economia nacional, chegando alguns a propor soluções para o problema da sangria de gente.

Entre eles, Alexandre Herculano, que olhava com sentido apurado e crítico para o Portugal de liberalismo jovem, titubeante e conflituoso entre a tradição monárquica absolutista e as divergentes ideologias liberais, não deixou de pensar a emigração como fenómeno significativo da situação

⁷ Félix NETO, *A Migração Portuguesa Vivida e Representada – Contribuição para o estudo dos projetos migratórios*, Dissertação de Doutoramento, Porto, 1984 (Policopiado).

⁸ Nesta perspetiva e sobre dados da emigração portuguesa respeitantes ao século XX, veja-se, J. Manuel NAZARETH, “O efeito da emigração na estrutura de idades da população portuguesa”, *Análise Social*, n.º 46, 1976, pp. 315-362; Idem, “A dinâmica da população portuguesa no período 1930-70”, *Análise Social*, n.º 56, 1978, p. 729-800. Veja-se ainda do mesmo autor, *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1979.

⁹ Para o período do Antigo Regime, a distinção entre colonos e emigrantes suscita algumas dificuldades pela sua coexistência devido ao contexto político-territorial português. Joel Serrão propõe a distinção entre a população que abandona o país com destino a uma colónia devido a iniciativas do Estado, reservando para esses a classificação de colonizadores, e classificando de emigrantes todos os que resolveram partir livremente por motivos pessoais. Cf. Joel SERRÃO, *A Emigração Portuguesa*, 4.ª ed., Livros Horizonte, 1982, p. 85-89.

¹⁰ Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, “L'Émigration Portugaise (XV-XX siècles), une constante structurelle et les réponses aux changements du monde”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, 1978, p. 9.

económica e social do país nos anos de oitocentos. As suas posições ficaram clarificadas no conjunto de cartas produzidas no retiro de Vale de Lobos na década de 70, embora muito antes tenha escrito um artigo sobre o assunto que foi publicado no Diário do Governo do ano de 1838.¹¹

Nesse artigo, Alexandre Herculano, referindo-se às potencialidades territoriais do Brasil e à necessidade de gente para a colonização, salienta a ação das agências colonizadoras que louva quanto ao objetivo que perseguem para o aproveitamento do território brasileiro, mas não deixa de observar criticamente a forma como esses agentes captam colonos emigrantes prometendo-lhes a fortuna e criando uma imagética nada consentânea com a realidade. Encarando a emigração relativamente a Portugal, defende que o país tinha possibilidades para sustentar uma população muito mais numerosa que aquela que possuía e, sinal disso, é o facto de os espaços rurais se encontrarem despovoados e sem aproveitamento agrícola, contrariamente a outras povoações urbanas que no seu dizer se encontravam atulhadas.

Como solução para os problemas da emigração que podiam ser minimizados com o incremento agrícola nacional, Alexandre Herculano coloca a tónica num aspeto deveras importante para o desenvolvimento do mercado nacional, que devia assentar numa política governamental de desenvolvimento das comunicações para o interior do país, pela qual era possível obviar ao despovoamento do reino e incentivar o trabalho, podendo dessa forma mostrar que “mais vale cultivar os imensos baldios que cobrem Portugal do que ir rasgar o seio da terra estrangeira, e que mais de estimar é o ter o necessário na própria pátria do que o supérfluo no desterro.”¹²

Mas a persistência da emigração não deixaria de continuar a fazer sentir-se, por um lado como resultado da falta de soluções nacionais e, por outro lado, como fator de equilíbrio financeiro do país, donde a asserção de Herculano de que “*a nossa melhor colónia é o Brasil, depois que deixou de ser colónia nossa*”.¹³

Em contexto finissecular em que a emigração registava volumes acentuados, de uma emigração massiva desenvolvida a partir da década de 1870, Oliveira Martins encarava-a como o resultado da míngua de recursos de subsistência, resultantes de outros tantos problemas tais a falta de trabalhos em obras públicas, a redução de vencimentos, e concomitantemente as crises agrícolas, que constituindo motivos excepcionais se juntam ao que considera motivos ordinários de índole económica e tradicional, tais como a carestia de vida, o peso dos tributos e dos encargos sobre a propriedade, a excessiva fragmentação da terra, especialmente no Minho, e motivos tradicionais como o ódio ao serviço militar e

¹¹ Alexandre HERCULANO, “A Emigração”, in *Opúsculos II*, ob. cit., p. 129-132.

¹² *Ibidem*, p. 132.

¹³ *Ibidem*, p. 69.

o exemplo de fortuna de repatriados. A tudo isto se deve juntar a ação da política brasileira de atração de mão-de-obra como o aliciamento de emigrantes e as facilidades concedidas para a sua deslocação.¹⁴

Refletiu também Oliveira Martins sobre a vantagem de desviar para as colónias africanas a emigração que rumava ao Brasil, tendo considerado tal estratégia prejudicial atendendo a razões várias que se prendem ao facto de os territórios africanos não necessitarem de mão-de-obra que trabalharia em concorrência com a abundância do trabalho negro e, por isso, preconizou que aos portugueses cumpria explorar e não colonizar, porquanto o que importava era colocar dirigentes que organizassem o trabalho dos negros com vista à exploração dos recursos. O desvio da corrente emigratória do Brasil para África, na ótica de Oliveira Martins, correspondia a um duplo erro económico e político de que resultaria um agravamento dos orçamentos coloniais.¹⁵

Tomando em conta os números da emigração, e por analogia ao crescimento do setor primário verificado no tocante à criação de gado, Oliveira Martins perguntava se era bom negócio “a criação de gado humano para exportação”, expressão de sentido equivalente, ao que nos parece, à que foi empregue por Herculano segundo a qual, pela emigração se fazia “comércio de escravatura branca.”¹⁶

Para Oliveira Martins, a indústria de “gado humano para exportação”, quais torrentes de emigração brasileira, apresentava-se como indispensável evitando que se acumulasse em Portugal milhares de indivíduos sem trabalho, ao mesmo tempo que uma diversidade de economias trazidas e enviadas para Portugal contribuía para o equilíbrio financeiro e evitavam a nossa falência pois que, “o câmbio do Brasil é o termómetro do nosso bem estar económico e até da nossa estabilidade constitucional.”¹⁷

Também Afonso Costa, nos estudos que fez sobre a emigração dos finais do século XIX e princípios do século XX, colocou a tónica em fatores que do seu ponto de vista explicam a numerosa emigração verificada como as crises que se fizeram sentir, especialmente na agricultura, que reduziram à miséria a população agrícola, sobrecarregada com o encarecimento dos géneros de primeira necessidade e os impostos. Segundo ele, a emigração era o reflexo da desgraça coletiva que forçava a expulsão dos portugueses, que não sendo um fenómeno económico normal, obrigava a sair. Neste contexto, reconhecia na emigração a vantagem de possibilitar a entrada em Portugal de muitos recursos financeiros, as remessas do Brasil, que aliviavam a vida nacional.¹⁸

¹⁴ Oliveira MARTINS, ob. cit., p. 176-177.

¹⁵ Ibidem, p. 195-197.

¹⁶ Ibidem, p. 204, para a expressão de Oliveira Martins. A expressão de Alexandre HERCULANO está empregue no artigo, A Emigração, in *Opúsculos II*, ob. cit., p. 131.

¹⁷ Oliveira MARTINS, ob. cit., p. 207.

¹⁸ Afonso COSTA, ob. cit., p. 74-75.

A análise da legislação relativa à emigração levou Afonso Costa a considerá-la inspirada em critérios proibitivos, e discordando dessa perspectiva, defendeu a liberdade de entrada e de saída no território nacional bem como a abolição dos passaportes, cabendo ao governo a salvaguarda das disposições policiais e das obrigações militares aos indivíduos a quem elas se aplicassem.¹⁹

Do ponto de vista dos vários pensadores e estudiosos, e não só os que foram referidos até aqui para o século XIX e inícios do século XX,²⁰ o fenómeno emigratório português surgia como um problema resultante das condições socioeconómicas nacionais, mas ao mesmo tempo como uma solução. Daí que seja importante referir-se alguns aspetos cruciais relativos à política de emigração seguida durante o século XIX.

Com efeito, o Estado português seguiu uma linha tendencialmente repressiva da emigração plasmada em leis e regulamentos que pretendiam contê-la dentro de limites possíveis, tal como: a obrigatoriedade de obtenção de passaporte para sair, com efeito dissuasor sobre alguns indivíduos; também previamente à emissão de passaporte, a obrigatoriedade de existência de contrato de trabalho e pagamento da viagem, segundo as disposições da legislação brasileira, ao mesmo tempo que em Portugal não havia qualquer apoio à emigração; o estabelecimento do pagamento de uma fiança aos indivíduos do sexo masculino com idade entre os 14 e 25 anos, como forma de reduzir a fuga ao serviço militar ou compensar as ausências aquando do recrutamento; ou ainda a obrigação de as mulheres casadas terem de possuir autorização do marido para a junção familiar. Disposições várias que dificultavam as saídas, mas, como se sabe, eram contornáveis em muitos casos, relevando daqui a ação das agências de emigração e dos engajadores para contornar o sistema legal.²¹

Em sentido contrário à posição liberal de vários países europeus quanto à emigração, em Portugal a política repressiva fez-se sentir até à década de 70 por influência do poder exercido pela burguesia agrária e pela classe senhorial a quem convinha resguardar a mão-de-obra composta por uma massa de camponeses pobres que a emigração reduzia.²²

Dos anos de 1870 em diante a política de emigração pautou-se por uma atitude tolerante, mas não liberal, de modo a equilibrar o excedente demográfico sem, contudo, colocar em causa o despovoamento do território, ao mesmo tempo que se tentava promover a emigração para África. Daqui em diante tornam-se mais expressivas as remessas financeiras provenientes do Brasil, indispensáveis ao equilíbrio da balança de pagamentos de um país de muito lento desenvolvimento industrial que não

¹⁹ Ibidem, p. 177-178.

²⁰ Como por exemplo Bento Carqueja, J.J. Rodrigues de Freitas, Ezequiel de Campos e Frederico Laranjo.

²¹ Estes aspetos estão sistematizados e discutidos em Miriam Halpern PEREIRA, "Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa", *Análise Social*, n.º 108-109, 1990, p. 735-739.

²² Idem, *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, p. 48-49.

absorvia o excesso de mão-de-obra, evidenciando-se deste modo a ambivalência da emigração que serviu como “válvula de escape” dos problemas sociais.²³

Como epifenómeno da sociedade portuguesa, a emigração representou desde sempre uma fuga para problemas nunca resolvidos, como as sábias palavras de Joel Serrão nos ensinam:

“Ao manter o recurso ancestral da emigração, a sociedade portuguesa contemporânea, consciente ou não disso, tem procedido ao sabor dos sucessivos mercados de mão-de-obra, a uma complexa operação, em última instância, de teor malthusiano. Com esta asserção pretende insinuar-se o seguinte: para se manter, funcionalmente, igual a si própria, ela expela a mão-de-obra considerada excedentária e capaz de pôr em perigo a estrutura social prevalecente.”²⁴

1.1. O estado da questão

Embora radicando numa tradição estrutural, a emigração com destino ao Brasil no período oitocentista desenvolve-se sob os efeitos das limitações do desenvolvimento económico nacional, marcado pela permanência de estruturas agrárias tradicionais, pela ausência de um processo de industrialização incapaz de absorver mão-de-obra excedentária, num período de evidente aumento demográfico, e pela concomitante atração exercida pela economia brasileira, necessitada de braços que recruta na Europa para fazer face ao fim do comércio de escravos e mais tarde da escravatura, como tão lucidamente sublinhou Joel Serrão.²⁵

Incidindo geograficamente no noroeste português, mais acentuadamente na região do Entre Douro e Minho, a emigração fez-se durante quase todo o século XIX pela cidade do Porto que se tornou no principal centro de “escoamento de emigrantes com origem num vasto *hinterland*,”²⁶ que abrangia os distritos de Viana do Castelo, Braga e Aveiro. Esta emigração foi-se alastrando, à medida que avançamos no século de oitocentos, a regiões do norte interior, com destaque para Trás-os-Montes, que no período de 1866 a 1888 forneceu o maior contingente de emigrantes comparativamente às províncias do Algarve, Alentejo e Beira Baixa, por efeito da ruína dos vinhedos e pelas facilidades de partida proporcionadas pela abertura do caminho-de-ferro.²⁷

Mas no conjunto do território nacional, além da região do Entre Douro e Minho que se destacou na tradicional corrente emigratória, não pode deixar de referir-se o arquipélago dos Açores que deu um

²³ Ibidem, p. 49-52.

²⁴ Joel SERRÃO, “Notas sobre emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo”, *Análise Social*, nº 87-88-89, 1985, p. 1000.

²⁵ Joel SERRÃO, A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX (esboço de problematização), in *Temas Oitocentistas I*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d., p. 168-169.

²⁶ Cf. Jorge Fernandes ALVES, “A Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX”, *Revista de História*, vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto, Porto 1989, p. 267.

²⁷ GODINHO, V. Magalhães, ob. cit. p. 20-21.

considerável contributo de gentes para os projetos de colonização oficial de territórios do sul do Brasil, do mesmo passo que no século XIX se salientou também com importantes contingentes para a emigração atlântica, nomeadamente para o Brasil, e mais tardiamente para a América do Norte.²⁸ Era neste arquipélago que se registavam índices consideráveis de emigração clandestina, porquanto as especificidades físico-geográficas tornavam possível fazer embarques à socapa das autoridades,²⁹ como muita imprensa da época não deixou de assinalar.

No contexto da emigração oitocentista para o Brasil, o distrito de Vila Real passará a fazer parte das estatísticas que quantificaram o fenómeno, especialmente a partir a segunda metade do século, quando o movimento começou a alastrar a outras regiões para além do Minho e do Porto, começando a fluir uma notória corrente humana, impelida pelas especificidades das conjunturas nacionais e atraída pelo efeito das conjunturas brasileiras.

São já numerosos os trabalhos cuja temática versa o tema da emigração nacional oitocentista para o Brasil, destino que atraía a esmagadora maioria dos emigrantes portugueses. De igual modo se têm

²⁸ São diversos os trabalhos sobre a emigração açoriana respeitantes aos projetos oficiais de ocupação dos territórios meridionais do Brasil no século XVIII e da emigração oitocentista “*sob o signo do capitalismo*”. Referindo apenas alguns deles concernentes ao período setecentista e correspondentes a projetos de colonização oficial, começamos pelos trabalhos desenvolvidos pelo nosso malogrado Amigo, muito cedo tirado à Vida, Artur Boavida MADEIRA, *Ilhéus Açorianos na Colonização do Brasil na segunda metade do século XVIII*, separata da Revista *De Cabral a Pedro I*, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001, p. 111-130. Sobre os seus interesses e linhas de investigação que incidiam essencialmente sobre a Demografia e a Emigração açoriana, veja-se de Gilberta Pavão Nunes ROCHA, “Ciência demográfica e população açoriana. O nosso tributo à contribuição pedagógica e científica de Artur Boavida Madeira”, *Arquipélago - história (IN MEMORIAM Artur Boavida Madeira)*, *Revista da Universidade dos Açores*, 2ª série, vols. IX-X, Ponta Delgada, 2005-2006, p. 13-40. Consulte-se ainda: Avelino de Fretas de MENESES, “Os Ilhéus na Colonização do Brasil: o caso das gentes do Pico na década de 1720”, *Arquipélago - história*, Revista da Universidade dos Açores, 2ª série, vol. III, Ponta Delgada, 1999, p. 251-264; Idem, “Dos Açores aos confins do Brasil: as motivações da colonização açoriana de Santa Catarina em meados de setecentos”, *Ler História*, nº 39, Lisboa, ISCTE, 2000, p. 115-140; Idem, Os açorianos na estruturação do Brasil do Sul: as levas de meados do século XVIII, in *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*, Fernando de SOUSA et al. (coord.), Porto, CEPESE, 2014, p. 123-144; Eugénio dos SANTOS, Os açorianos no povoamento e defesa do extremo meridional do Brasil: o caso do Rio Grande do Sul, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX* (Actas do Colóquio), Horta, 1995, p. 373-385. Do Professor e Amigo já falecido, Nestor de SOUSA, o interessantíssimo e extenso artigo “Emigrantes no Brasil e Escravos nos Açores”, *Arquipélago - Ciências Sociais*, nº11-12, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1998, p. 379-492. Inevitavelmente, os estudos de Walter PIAZZA, *A epopeia açórica-madeirense: 1747-1756*, Santa Catarina, UFSC/Editora Lunardelli, 1992; Idem, “A grande migração açoriana de 1748-1756”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XL, Angra do Heroísmo, 1982, p. 463-492. Ainda para a segunda metade de setecentos e inícios de oitocentos, salientamos o estudo realizado sobre a população nos Açores e a emigração com recurso a registos de passaportes de Artur Boavida MADEIRA, *População e emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais, Patrimonia, 1999.

²⁹ As questões ligadas à emigração tinham profusa divulgação e discussão na imprensa da época e, por si só, justificavam a realização de trabalhos com vista ao enriquecimento de toda essa problemática. Apenas a título de exemplo e no referente aos Açores, *O Comercio do Porto*, nº1, 24/01/1859, p. 2, num artigo longo intitulado “Emigração para o Brasil”, referia-se à emigração das ilhas dos Açores destacando, entre vários assuntos, a burla nos contratos celebrados com a “Sociedade Central de Colonização” e o transporte de passageiros legais e clandestinos. O mesmo jornal, nº 284 de 5/12/1859, fazia eco de notícias recebidas do Rio de Janeiro acerca da barca portuguesa “Nova Lima”, que ali havia chegado da ilha de São Miguel, relatando as precárias condições em que se encontravam os cerca de 300 colonos transportados, privados de alimentos e sujeitos a maus tratos. Ainda que de todos esses colonos só 47 possuíam passaporte e “todos os outros passaram por alto como contrabando, e muitos foram agarrados na costa, como em outros tempos era de costume no tráfico de outra côr!”

desenvolvido muitos trabalhos de pesquisa no quadro da análise regional e mesmo local, nomeadamente em relação a Viana do Castelo, Aveiro e Porto.³⁰ Acerca do espaço administrativo distrital de Vila Real, excetuando um ou outro caso pontual,³¹ pouco se tem produzido sobre os movimentos migratórios com base nos registos de passaportes existentes, à semelhança do que foi realizado para os distritos apontados.

Do projeto inicial consubstanciado no trabalho que agora se apresenta, sobrelevam os seguintes objetivos:

- Contribuir para uma visão mais alargada do fenómeno emigratório português;
- Contribuir para um conhecimento mais completo do fenómeno da emigração no distrito de Vila Real;
- Analisar as características do movimento emigratório comparativamente ao todo nacional e no âmbito regional;
- Acrescentar conhecimento no quadro histórico e sociológico do espaço e das gentes do distrito transmontano de Vila Real.

2. Fontes e metodologia

As principais fontes utilizadas na investigação foram os registos de passaportes conservados no Arquivo Distrital de Vila Real. Constituem um total de 54 livros e cobrem um período temporal compreendido entre os anos de 1837 e 1947.³² Para este trabalho foram utilizados os primeiros livros que cobrem os anos de 1837 a 1860.³³

³⁰ Para Viana do Castelo veja-se, Henrique RODRIGUES, *A Emigração do Alto Minho, 1835-1860 – a miragem do Brasil*, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de mestrado, 1991; para o distrito de Aveiro, ver Maria Teresa B. Lopes SOARES, *Emigração Legal Portuguesa no Distrito de Aveiro (1882-1894)*, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de mestrado, 1993; para o distrito do Porto, veja-se o pujante e magistral estudo de Jorge Fernandes ALVES, *Os Brasileiros – Emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, 1994. Esta publicação, como refere o autor, corresponde à versão aligeirada da dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e nela o autor ultrapassa o âmbito da análise da emigração para estudar também o retorno.

³¹ Cf. um estudo de âmbito local de Maria Celeste Alves de CASTRO, *A Emigração na Paróquia de Santo André da Campeã (1848-1900)*, col. Economia e Sociedade, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2010.

³² Temos de saudar a existência desta e de outra documentação, atendendo a que ao longo de muito tempo foram desaparecendo inúmeras e preciosas fontes para os historiadores devido, por um lado, à ausência de uma política nacional de preservação do património histórico e, por outro, à ausência de consciência cívica das autoridades locais e da população, pouco sensíveis à preservação de documentação que, apesar de não lhes parecer importante, é de um valor inestimável. Sobre o estado dos arquivos da região norte, e particularmente de Trás-os-Montes, veja-se, Fernando de SOUSA, "Relatório dos Arquivos a Norte do Douro", *Revista de História Económica e Social*, nº 3, Lisboa, 1979, p. 109-119. Sobre o Arquivo Distrital de Vila Real, veja-se do mesmo autor, *Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real I*, Vila Real, 1976; *Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real II*, Vila Real, 1979; Fernando de SOUSA, [Manuel] Silva GONÇALVES, *Catálogo – Inventário do Arquivo Distrital de Vila Real III*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1983.

³³ Livros de registo de passaportes: ADVRL/AC/GCVR/H-D/010-2; ADVRL/AC/GCVR/H-D/010-3; ADVRL/AC/GCVR/H-D/010-4; ADVRL/AC/GCVR/H-D/010-5; ADVRL/AC/GCVR/H-D/010-6.

Sendo um instrumento oficial de controlo da mobilidade da população, instituídos já no Antigo Regime e adaptados às circunstâncias no período constitucional, os passaportes constituem uma importante fonte para o estudo da emigração legal localizada e proporcionam variados elementos informativos que permitem caracterizar sob diversos aspetos os impetrantes de tal documento e, portanto, o movimento migratório que registam. Como instrumento que permite a observação dos fluxos migratórios, os Livros de Registos de Passaportes superam outras fontes possíveis de observação desses fluxos, nomeadamente os Róis de Confessados, por permitirem uma observação mais direta e sistemática.³⁴

Os livros de registos de passaportes de Vila Real encontram-se em bom estado de conservação, sem lacunas, excetuando o primeiro livro da série, que refere na abertura encontrarem-se os registos anteriores ao ano de 1837 num outro caderno (não localizado). O conteúdo interno destes livros não coloca problemas de leitura e, com recurso às novas tecnologias, encontram-se já digitalizados e disponíveis na rede Web para consulta.³⁵

Além dos livros de registos de passaportes, constituíram-se como fontes importantes para o estudo a *Correspondência Expedida e Recebida do Governo Civil de Vila Real*, *Livros de Actas da Junta Geral do Distrito de Vila Real*, *Livros de Actas das Sessões do Conselho de Distrito*, *Livros de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Vila Real*, bem como alguma imprensa periódica da época.

As linhas metodológicas fundamentais ao desenvolvimento da pesquisa e ao desenvolvimento do quadro analítico foram traçadas, logo de início, pelo estabelecimento de algumas questões prévias ligadas às fontes essenciais.

Essas questões prévias são as seguintes:

a) Do ponto de vista quantitativo considera-se emigrantes todos os impetrantes e acompanhantes do titular do passaporte, uma vez que estamos em presença de indivíduos que potencialmente reúnem condições para se ausentarem;

b) Tendo em conta essa condição, tenha-se em consideração alguns aspetos ligados à problemática das fontes, ou seja, que pelos registos de passaportes o fenómeno pode ser sobrevalorizado, dado que este processo institucional regista migrações acumuladas, levantando o problema da reemigração;

c) Que os registos de passaportes nos permitem o estudo da emigração legal e uma abordagem, em termos de amostragem muito significativa, do fenómeno emigratório a várias escalas.

³⁴ Maria Ioannis B. BAGANHA, "Registros de Pasaportes: sus limitaciones y sus posibilidades para el estudio de la emigracion", *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n.º 33, 1996, p. 303-311.

³⁵ ADVRL (Arquivo. Distrital de Vila Real), "Registo de passaportes", <http://digitarq.advrl.arquivos.pt/details?id=982247>.

O enquadramento temporal da pesquisa (1838-1860) definiu-se, quanto ao seu início, pela circunstância de o primeiro registo de passaporte para o Brasil existente no Arquivo Distrital de Vila Real dizer respeito ao ano de 1838. O termo do período da pesquisa foi estabelecido devido à impossibilidade pessoal de cobrir todo o século. Em face disso, ficámos pelo ano de 1860, tendo em conta, por um lado, que se atingiu a maturidade político-económica da Regeneração e, por outro, para abrangermos um período anterior à emigração massiva para o Brasil que começa a desenhar-se na década de 1870. Pretendemos assim estudar a emigração portuguesa para o Brasil no seu modelo “tradicional”, como o definiu Joel Serrão, ou no seu modelo “clássico”, no dizer de Robert Rowland.

Previamente ao início das etapas da investigação procedemos ao levantamento de questões que constituem outras tantas hipóteses de trabalho a confirmar no decurso da análise, tais como:

1. Em que medida a emigração a partir de Vila Real se enquadra no todo nacional?
2. Relativamente à questão anterior, que comportamento diferencial pode observar-se entre espaços rurais e espaços mais urbanizados?
3. A emigração terá correspondido também a fenómenos de pressão demográfica?
4. Em que medida aspetos como baixos salários, atraso agrário ou crises agrícolas pesaram nas decisões de emigrar?
5. Ao mesmo tempo, que peso terá tido a difusão de informações, ou seja, em que medida os ecos da tradição migratória anterior terão influenciado o comportamento posterior, atendendo à dimensão que o fenómeno foi registando ao longo dos anos?

A pesquisa e a investigação desenvolveram-se, na fase da heurística, pelo levantamento sistemático dos dados constantes dos registos de passaportes, tomados como fonte essencial, e pela exploração de outras fontes complementares elucidativas do fenómeno migratório já apontadas.

O levantamento de todas essas informações constantes dos registos de passaportes foi feito para ficha normalizada e posteriormente registada em base de dados informática, cujos campos possuem a seguinte estruturação:

1. Titular do passaporte

- a) Número de registo e folha
- b) Data de concessão do passaporte
- c) Nome
- d) Idade
- e) Estado civil
- f) Ocupação profissional
- g) Naturalidade/Residência
- h) Destino declarado
- i) Nível de alfabetização do titular
- j) Sinais particulares
- k) Observações

2. Acompanhantes do titular

- a) Grau de parentesco com o titular
- b) Idade
- c) Estado civil
- d) Naturalidade/Residência
- e) Nível de alfabetização
- f) Sinais particulares
- g) Observações

Na fase seguinte, procedemos ao tratamento informático dos dados dos passaportes e à reunião em dossiês temáticos da bibliografia e das informações levantadas nas restantes fontes.

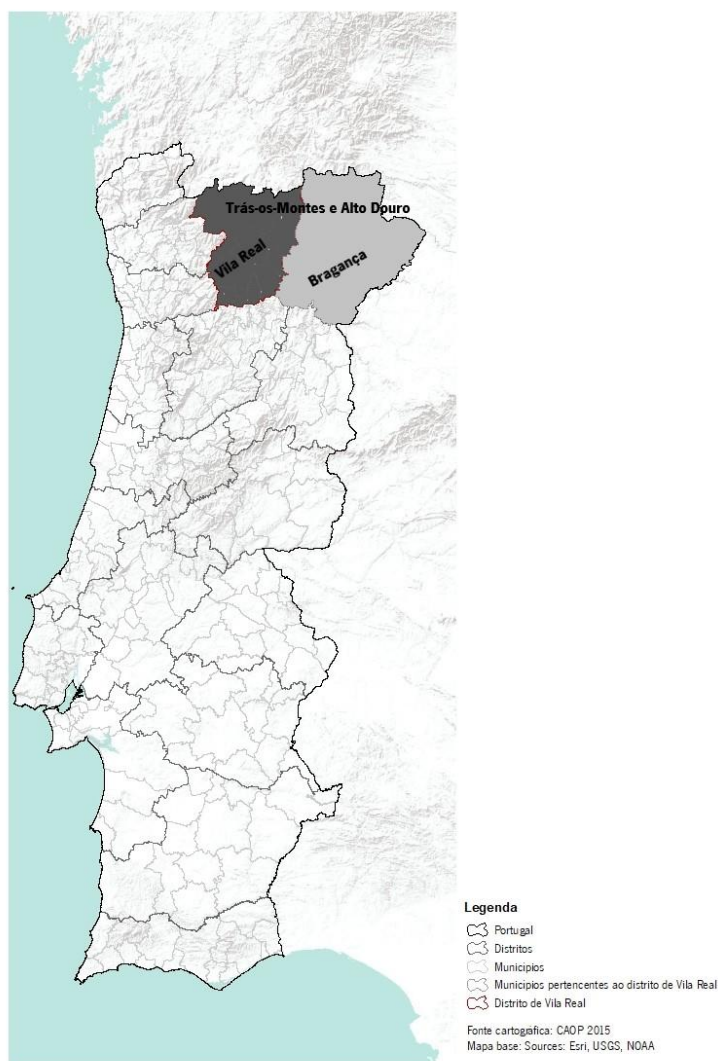
Na fase final procederemos ao estudo diacrónico do fenómeno emigratório, segundo métodos quantitativos, analíticos e comparativos, para percebermos as suas características e matizes próprios, bem como a sua comparação com a realidade do espaço nacional e regional.

Salvo devida menção, todos os resultados constantes dos quadros e gráficos apresentados nesta tese reportam-se ao distrito de Vila Real e têm como base os respetivos livros de passaportes entre os anos de 1837 e 1860.

CAPÍTULO II – TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

1. Aspetos geográficos

Situada no quadrante N-NE do território continental português, a Província de Trás-os-Montes e Alto Douro engloba os distritos de Vila Real e Bragança, que ocupam um espaço territorial de 4307,48 e 6598,54 Km², respetivamente, a que corresponde uma superfície total de 10 906,02 Km² (Mapa 1).



Os seus limites fronteiriços estabelecem-se a leste e a norte com a Espanha. A sul é delimitada da Beira Alta pelo rio Douro. A oeste a delimitação faz-se com o Entre Douro e Minho pelo conjunto montanhoso do Gerês e da Cabreira a norte, do Alvão e do Marão a sul, concorrendo ainda para esta delimitação o curso do rio Tâmega.

Mas as delimitações territoriais para fins político-administrativos, embora se estabeleçam muitas vezes tendo em conta as características do espaço geográfico quanto aos seus elementos naturais e humanos, são muitas vezes arbitrárias, e se em determinados contextos essas delimitações podem ter alguma coincidência com as características geográficas do território, o mesmo não acontece em inúmeros outros casos em que os elementos identitários de uma região se interpenetram com os da outra, formando aquilo que se considera como espaços de transição.

No caso da província transmontana e da sua delimitação a ocidente, a demarcação assume uma feição principalmente orográfica, constituída como já se referiu pelos maciços montanhosos do Gerês e Cabreira, do Alvão e Marão, que determinam diferenças de vegetação, culturas e paisagem, embora a região correspondente à bacia média do Tâmega, envolvendo Ribeira de Pena, Cerva, Mondim, evidencie as suas peculiaridades, pois, apesar da presença de certos traços transmontanos, dominam os traços característicos do território de Entre Douro e Minho.³⁶ Estes dois concelhos do distrito de Vila Real, vizinhos dos de Cabeceiras e Celorico, ambos de Basto e já pertencentes ao distrito de Braga, evidenciam fisionomia minhota patente nos campos de milho alternantes com prados de Inverno, nas videiras de enforcado que rodeiam os campos, na produção de vinho verde e no povoamento disseminado característico do Minho.³⁷

A leste, a fronteira é marcada pelo rio Douro que desde as proximidades de Paradela até Barca de Alva, num percurso de 122 quilómetros, corre apertado entre profundos barrancos com acentuadas descidas de nível, inviabilizando o contacto entre as populações de ambos os lados. Ao entrar em território português, o Douro humaniza-se e constitui eixo de atração das populações de ambas as margens.³⁸ Inletando a sua direcção para oeste, o rio serve de elemento físico para a delimitação entre a província transmontana e a província da Beira Alta, agregando, no entanto, as terras que na margem direita e esquerda constituem a região vinícola do Douro. Permitindo o contacto das populações de ambos os lados, o Douro une mais do que separa.³⁹

A fronteira norte da província é quase completamente raia seca cuja marca se faz, na maior parte, por terras altas de montanha, o que explica as fracas relações entre as populações de um e outro lado, não obstante existirem lugares em que essas relações assumem grande naturalidade, como sucede

³⁶ Vergilio TABORDA, *Alto Trás-os-Montes – Estudo Geográfico*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 22-24.

³⁷ Orlando RIBEIRO, *Opúsculos Geográficos*, VI vol., Estudos Regionais, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 312-313.

³⁸ Vergilio TABORDA, ob. cit., p. 27.

³⁹ Orlando RIBEIRO, ob. cit., p. 314.

em Rio de Onor,⁴⁰ um pouco também na raia de Vinhais, e mais intensamente na região de Chaves e Verim. Já na fronteira do Barroso com a Galiza, por aí se interpor a serra do Larouco e outros relevos acima dos mil metros que a ligam ao Gerês, as relações são muito fracas, excetuando um ou outro caso, como por exemplo Tourém.⁴¹

Admitindo-se que os limites da província estariam mais ao menos fixados desde o início da nacionalidade, eles vão-se concretizando pela divisão do território operada nos inícios do século XIV, com o estabelecimento das seis unidades administrativas de natureza civil – as comarcas –, em que os rios assumiam grande importância como elementos de demarcação. No caso concreto respeitante a Trás-os-Montes, o rio Tâmega fazia, em grande parte, a separação do Entre-Douro-e-Minho.⁴² O numeramento de 1530 do rei D. João III assinalava essa demarcação feita pelo Tâmega desde o ponto em que desagua no Douro até ao rio Bessa, que depois se vai afastando para poente de modo a abranger a vertente ocidental da serra da Cabreira até ao rio Cávado, e daí para norte até à fronteira pelo limite oriental da serra do Gerês. A região entre o Marão, o Douro e o Tâmega, com prolongamento territorial a abranger uma faixa ribeirinha até ao rio Corgo e ainda os territórios atualmente pertencentes aos concelhos de Mondim de Basto, Ribeira de Pena e a parte ocidental do concelho de Vila Pouca de Aguiar, no século seguinte, passará a fazer parte do Entre Douro e Minho, para depois, no século XVIII, se estabelecerem os limites que são praticamente os atuais.⁴³

De características orográficas próprias e clima austero, com solos geralmente pobres e um *fácies* rural, Trás-os-Montes, cujo nome na sua forma medieval de *Tralosmontes* e *Aalem dos Montes*, dado pelos minhotos, segundo Orlando Ribeiro,⁴⁴ adquire individualidade geográfica bem expressa pelo sentimento popular no adágio de que,

*Para cá do Marão
Mandam os que cá estão;
Do Marão para lá,
Mandam quem lá está...*⁴⁵

⁴⁰ Devido a circunstâncias muito próprias do lugar e das suas gentes, não pode deixar de referir-se o estudo clássico de etnografia levado a cabo nos inícios da década de 1950 por Jorge DIAS, *Rio de Onor: Comunitarismo Agro-Pastoril*, 2ª ed., Lisboa, Presença, 1981. Mais recentemente, foi levado a cabo um estudo de uma pequena comunidade de montanha do concelho de Vinhais, com o objetivo de mostrar a existência de desigualdade, contrariamente às teses defensoras do igualitarismo nestas micro-sociedades, por Brian Juan O'NEILL, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras – Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, 1ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1984. Outro trabalho que valerá a pena referir, por tratar de uma comunidade raiana isolada com muito contacto com a Galiza, é o de Paula Bordalo LEMA, *Tourém – Uma aldeia raiana do Barroso*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1978.

⁴¹ Vergílio TABORDA, ob. cit., p. 28-29.

⁴² A.H. de Oliveira MARQUES, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV, Nova História de Portugal* (dir. de Joel SERRÃO e A.H. de Oliveira Marques), volume IV, 1ª ed., Lisboa, Presença, 1987, p. 295.

⁴³ Vergílio TABORDA, ob. cit., p. 19-20.

⁴⁴ Orlando RIBEIRO, ob. cit., p. 305.

⁴⁵ José Leite de VASCONCELOS, *Etnografia Portuguesa*, vol. III, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, p. 106.

O distrito de Vila Real, cujo espaço geográfico enquadra o presente estudo, é delimitado a norte, oeste e sul pelos elementos já referidos para a delimitação da província transmontana. Já a este, a linha de demarcação com o distrito de Bragança estabelece-se desde a fronteira norte com a Espanha, um pouco acima da localidade de Segirei, concelho de Chaves, seguindo depois o curso do rio Mente desde as proximidades da localidade de Sandim, no concelho de Vinhais. Depois, a linha de demarcação segue o curso do rio Rabaçal, onde o Mente desagua, até um pouco mais a sul do local em que no Rabaçal conflui o rio Torto. A partir daqui o limite inflete em ligeira diagonal no sentido NNE-SSW, para passar a acompanhar o curso do rio Tua, acima da localidade de Brunheda, até que este rio desagua no Douro.

Internamente à província transmontana, duas regiões devem ser distinguidas: o Alto Trás-os-Montes, correspondente à parte setentrional e maior parte da província, e o Douro, na parte meridional, que se estende ainda para terras na margem esquerda do rio, já pertencentes administrativamente ao distrito de Viseu e da Guarda.

O Alto Douro, expressão usada para distinguir a região duriense propriamente dita, do Douro Litoral, tem como limites ocidentais os contrafortes da serra do Marão, na margem direita junto de Barqueiros, e os contrafortes da serra de Montemuro, na margem esquerda junto de Barrô, estendendo-se para leste até à fronteira em Barca de Alva. Podem apontar-se três subdivisões entre os extremos ocidental e oriental. Assim, o Baixo Corgo que vai desde Barqueiros e Barrô, respetivamente na margem direita e esquerda do rio Douro, até à confluência do rio Corgo com o Douro na margem direita, e da Ribeira de Temilobos na margem esquerda, englobando os concelhos de Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e parte do de Vila Real, e ainda na margem sul os concelhos de Resende, Lamego e Armamar, administrativamente englobados no distrito de Viseu. O Cima Corgo estende-se para montante do Baixo Corgo até ao Cachão da Valeira que é o seu extremo leste, e engloba os concelhos de Tabuaço e São João da Pesqueira na margem esquerda e, portanto, já administrativamente viseenses, enquanto na margem direita enquadra os concelhos de Sabrosa, Alijó e Murça, do distrito de Vila Real, e Carrazeda de Ansiães já pertencente ao distrito de Bragança. Toda a área territorial a montante do Cachão da Valeira até Barca de Alva é já denominada por Douro Superior enquadrando os concelhos de Moncorvo, Vila Flor, Alfândega da Fé e Freixo de Espada à Cinta, na margem direita do Douro, e os de Vila Nova de Foz Côa, Mêda, e Figueira de Castelo Rodrigo na margem esquerda, aqueles enquadrados no distrito de Bragança, e estes últimos no distrito da Guarda.⁴⁶

⁴⁶ O enquadramento geográfico e territorial do Douro e suas sub-regiões consta de toda a bibliografia que se debruce sobre a região. No caso presente, teve-se em conta os enquadramentos feitos por Maria Helena Mesquita PINA, *O Alto-Douro: um espaço contrastante em mutação*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 18-19.

O Alto Trás-os-Montes, acerca do qual temos um estudo interessantíssimo levado a cabo por Vergílio Taborda,⁴⁷ é limitado a norte, a oeste e a leste pelos elementos que já foram referidos para a demarcação da província transmontana. Já a sul, a delimitação com a região duriense faz-se desde ocidente a partir da bacia da Campeã até Vila Real, seguindo depois para nascente por uma região granítica e planáltica até ao rio Tinhela em direção a Mirandela. Depois do Tua, o limite orienta-se em direção ao extremo meridional da serra de Bornes, seguindo depois desde o norte da depressão da Vilarica até ao rio Sabor.

Assim delimitado, o Alto-Trás-os-Montes, marcado por terras planálticas intercaladas de bacias amplas, opõe-se ao Douro no que respeita essencialmente a determinados elementos como a temperatura, a vegetação e as culturas, que como realidade natural e humana se exprime na linguagem popular, e mesmo na linguagem dos agrónomos, pela designação de *Terra Fria (serra ou montanha) uma*, e *Terra Quente a outra*.⁴⁸

Naturalmente que os limites entre estas *terras* assim distinguidas não são precisos. De modo que, em certos casos, dependendo de condições de altitude e exposição ao sol que determinam contrastes de clima, paisagem, espécies vegetais e culturas, verificam-se prolongamentos da *terra fria* na região duriense, tomada esta genericamente como *terra quente*, como é o caso do que acontece numa extensão considerável de planalto nas imediações de Carrazeda de Ansiães, onde os elementos geológicos, a temperatura e o revestimento vegetal mudam completamente. Por outro lado, e na medida em que o Alto Douro engloba vales e terras adjacentes como o vale do Douro e os vales inferiores dos seus afluentes e subafluentes, os caracteres geográficos da *Terra quente* prolongam-se para norte pelo que, como afirma Leite de Vasconcelos, “há regiões frias inclusas na *Terra Quente*, e regiões quentes inclusas na *Terra Fria*”.⁴⁹ Tomando em conta estas ocorrências geográficas, algumas regiões assumem fisionomia peculiar e pelos seus caracteres são consideradas zonas de transição, tais como os casos da região de

⁴⁷ Trata-se do estudo que se vem citando e que constituiu dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Ciências Geográficas), editado em 1932, acerca do qual o célebre geógrafo Orlando Ribeiro considerou constituir “uma monografia geográfica clássica como estudo regional”, sendo um forte contributo científico para a divisão do País em regiões geográficas ou regiões naturais. Cf. Orlando RIBEIRO, ob. cit., p. 161. Ademais, o mesmo autor sublinhou a falta de reconhecimento à época da obra de Vergílio Taborda por parte de alguns geógrafos consagrados da Universidade, sobre a qual apenas falou J. Leite de Vasconcelos e ele próprio, considerando-a uma bela obra que “é, e ficará, como um ponto de partida”, pois a morte do geógrafo transmontano representou a perda de “um dos mais vigorosos espíritos da Geografia portuguesa”, e que “a tese de doutoramento conta-se ainda entre as melhores...” Cf. Idem, Uma Tese Notável, Alto Trás-os-Montes de Vergílio Taborda, in *Opúsculos Geográficos*, t. I, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2014, p. 612-613; 618-619. Este texto corresponde ao prefácio à 2ª edição da obra citada de Vergílio Taborda, p. 5-12.

⁴⁸ Vergílio TABORDA, ob. cit., p. 55 e Orlando RIBEIRO, *Opúsculos Geográficos*, VI vol., *Estudos Regionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 305.

⁴⁹ José Leite de VASCONCELOS, ob. cit., p. 114.

Mirandela, a parte sul do concelho de Valpaços ou as margens do rio Rabaçal e Alfândega da Fé que, estando situados nos limites meridionais do Alto Trás-os-Montes, tomam por isso uma feição mista.⁵⁰

Com condições de clima genericamente austero há, no entanto, que distinguir algumas variações internas contrastantes que, em termos gerais, opõem as grandes divisões do Alto Trás-os-Montes e do Douro, expressas na distinção já referida de *Terra fria* e de *Terra quente*. Alguns pensadores geográficos definiram o que chamaram de “províncias climáticas” que, no caso abrangente do território da província transmontana, correspondem à *Província Continental do Norte* e *Província do Alto Douro*, aquela respeitante às estações de observação de Bragança, Vidago e Vila Real, esta às estações de Moncorvo, Mirandela, Régua e Pinhão. Na primeira, respeitante, portanto, aos planaltos de Trás-os-Montes ou *Terra fria*, o Verão é quente e curto, o Inverno longo e frio, com ocorrência de neves ocasionais e em que a precipitação, variando com o relevo, se situa num nível superior a 600 mm. Na segunda, que abrange o vale e bacia do Alto Douro, cujas altitudes se situam num limite superior de 600 m e que corresponde à *Terra quente*, enquanto o Verão é longo e muito quente, o Inverno é suave e curto, a precipitação anual é inferior a 500 mm e são três ou mais os meses secos.⁵¹

Mas se o clima mais excessivo do Alto Trás-os-Montes decorre de influências continentais, ao mesmo tempo evidencia oposições dependendo de condições topográficas e de exposição, pois as temperaturas sobem gradualmente durante o ano à medida que nos afastamos para sul, principalmente no Verão, e o Inverno antecipa-se e prolonga-se pela Primavera, de modo que, em novembro, já é pleno Inverno nas terras do Barroso. Por outro lado, na época de Verão, as maiores diferenças fazem-se sentir nas regiões mais a sul, tal é o caso da região de Mirandela que denota muitas afinidades com a região duriense, pois os seus invernos temperados e verões secos e ardentes conferem-lhe um clima semiduriense.⁵²

As características climáticas da região mais a sul da província, o Douro, dependem do conjunto montanhoso que a cercam, quer na margem direita, quer na margem esquerda. Na margem direita, a serra do Marão e do Alvão e um encadeamento de outros relevos desde a serra de Bornes à Falperra e Padrela, na margem esquerda a serra de Montemuro, de Bigorne, Leomil e ainda a Marofa já no extremo oriental. Constituem-se estes relevos como barreira protetora da Região, tanto no que tem que ver com os ventos húmidos atlânticos, como dos ventos frios e secos do Norte e do Nordeste. Com efeito, temos na região duriense um microclima próprio que, no entanto, possui também oposições internas ou

⁵⁰ Cf. Vergílio TABORDA, ob. cit., p. 24-26 e nota 9, p. 31.

⁵¹ Orlando RIBEIRO, Hermann LAUTENSACH, *Geografia de Portugal II, O Ritmo Climático e a Paisagem*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1988, p. 366.

⁵² Vejam-se estas especificidades climáticas da região do Alto Trás-os-Montes em Vergílio TABORDA, ob. cit., p. 54-56.

assimetrias, pois embora no vale do Douro haja um microclima com características mediterrânicas, ele desvanece-se à medida que nos afastamos para terras mais altas.⁵³ Situado entre montanhas e planaltos, o vale do Douro e dos seus afluentes possui um clima transmontano de afinidades continentais, mais seco, com Inverno moderado mas Verão ardente e de precipitação mais fraca no conjunto do norte do país.⁵⁴ É como “um enclave mediterrânico entre terras frias”.⁵⁵

Os fatores climáticos e morfológicos aliados à estrutura geológica do território transmontano são determinantes para as suas características agrológicas, de modo que, dependendo desses fatores, também o revestimento vegetal e a exploração agrícola registam diferenças importantes.

Com efeito, a região do Douro, cuja individualidade decorre acima de tudo de fatores de natureza humana, nomeadamente pela forma de exploração do solo e pela força centrípeta que o rio exerceu sobre as populações de ambas as margens, ficou marcada desde bastante cedo pela cultura da vinha e pela produção e comércio do chamado vinho do Porto, elementos estes que tendo-se afirmado como principal traço caracterizador da região acabaram por criar o Alto Douro, como afirmou Vergílio Taborde.⁵⁶ A produção vinícola duriense (e a sua comercialização para o estrangeiro), documentada por estatísticas de meados do século XVII, era já referida com bastante importância por alguns cronistas do século XVI, que a ela se referiam como vinhos de Lamego e que eram escoados através do rio Douro.⁵⁷ No entanto, o grande crescimento e afirmação do Douro como região vinícola integrada nos circuitos de comercialização ganhou impulso determinante com a política pombalina de demarcação e a consequente criação da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro por alvará de 1756, mas a sua área, não obstante as demarcações de 1788 e 1791, restringiu-se a uma região que na parte norte se fica pelas margens do rio Tua, não ultrapassando, a sul, Nagoselo. O crescimento da região para leste, que originará o Douro Superior, faz-se ainda lentamente no século XVIII, vindo a expandir-se de forma acentuada na segunda metade do século XIX, em consequência da expansão das pragas do oídio e da filoxera que afetaram as vinhas do Baixo e do Alto Corgo.⁵⁸

Sendo a vitivinicultura a atividade dominante, no século XIX outras culturas complementavam a economia da região.

⁵³ Maria Helena Mesquita PINA, ob. cit., p. 46.

⁵⁴ Orlando RIBEIRO, Hermann LAUTENSACH, ob. cit., p. 384. A propósito do calor estival, os autores frisam que “quando a média das máximas é superior a 30° e o termómetro pode subir a 46°, assam-se sardinhas nas linhas do caminho de ferro e sufoca-se nas noites que nenhuma viração refresca.”

⁵⁵ Fernando de SOUSA, Gaspar Martins PEREIRA, *Alto Douro, Douro Superior*, 1ª ed., Lisboa, Presença, 1988, p. 23.

⁵⁶ Vergílio TABORDA, ob. cit., p. 20.

⁵⁷ Paula Bordalo LEMA, *O Alto Douro*, Lisboa, 1980, p. 15.

⁵⁸ Fernando de SOUSA, Gaspar Martins PEREIRA, ob. cit., p. 13.

No Alto Trás-os-Montes a economia agrícola baseava-se na criação de gado e nas culturas cerealíferas do centeio, que predominava, do trigo e da cevada. Outras culturas se desenvolviam no território setentrional, com maior ou menor importância, dependendo das cambiantes climáticas e condições do solo como o linho, a batata, milho, pomares e hortas, soutos de castanheiros. Em zonas mais baixas e de clima mais ameno, prolongamentos da *Terra quente* para norte, encontra-se difundido o cultivo da oliveira e da vinha, bem como outras culturas de influências meridionais como a amendoeira.⁵⁹

No que diz respeito à economia agrícola, sabemos que a paisagem agrária de Trás-os-Montes sofreu modificações desde os finais do século XVIII com a expansão da área cultivada, não obstante a permanência de grandes áreas de terrenos incultos onde predominavam espécies arbóreas e arbustivas, entre as quais o sumagre. Desde essa época assistiu-se a uma acentuada difusão de algumas culturas como a vinha e a oliveira, mais lenta e tardiamente do milho, e uma expansão de espécies florestais como o pinheiro.⁶⁰

Dependendo das condições agroclimáticas da região transmontana que determinavam a sua implantação, as culturas agrícolas que tinham importância para a economia das suas populações eram as seguintes: ao nível dos cereais, o trigo, o centeio, a cevada e, em menor dimensão, o milho; a vinha que, além da região duriense, conheceu expansão significativa para outras regiões; a oliveira; a castanha e a batata, de grande importância na alimentação dos transmontanos; a plantação de amoreiras para a produção de seda, de dimensão insuficiente; bem como as produções hortícolas e frutícolas, com destaque para a amendoeira. Além destas culturas, a pecuária tinha peso importante na economia transmontana.⁶¹

2. Evolução administrativa no século XIX

No início do século XIX, a província de Trás-os-Montes, de acordo com a estrutura administrativa de Antigo Regime, estava dividida em quatro comarcas: Vila Real, Bragança, Miranda e Moncorvo.

Apesar de em finais do Antigo Regime a Coroa ter iniciado a reforma das comarcas pela lei de 19 de julho de 1790 e pelo alvará de 7 de janeiro de 1792, a fim de resolver determinados problemas quanto à organização territorial e de proceder a maior centralização administrativa, as grandes alterações

⁵⁹ Para uma análise mais aprofundada das culturas agrícolas quanto a aspetos de distribuição geográfica, importância relativa, produtividade e métodos agrários, respeitante à região setentrional da província transmontana, veja-se Vergílio TABORDA, ob. cit., p. 76-90.

⁶⁰ José Maria Amado MENDES, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, 2ªed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 48-49.

⁶¹ Para uma visão completa sobre a importância e implantação destas culturas bem como da pecuária, veja-se ibidem, p. 71-85.

correspondentes ao que poderíamos considerar de grande reforma administrativa e que virá a definir uma nova estrutura na organização do território nacional, virão a ocorrer e a desenvolver-se paulatinamente após a revolução liberal de 1820.

Suscitando as preocupações dos deputados das cortes liberais, uma nova organização do território se impunha para corresponder ao ideário político entretanto implantado e resolver questões do ponto de vista da organização territorial e administrativa. Com efeito, esta estrutura evidenciava irracionalidades patentes na exagerada dimensão de algumas comarcas e na diminuta extensão de outras, na existência de encravamentos territoriais e, portanto, na existência de territórios descontínuos pertencentes a uma circunscrição, problemas que no seu conjunto dificultavam a eficácia do exercício da justiça e da administração em geral.⁶²

De modo que, entre os debates parlamentares que dividiam os deputados em posições centralizadoras e descentralizadoras quanto à questão da organização administrativa territorial, o texto constitucional de 1822 veio a dividir o país em distritos e concelhos, organização essa que depois se consubstanciou no projeto de divisão do território da Comissão de Estatística das Cortes Legislativas de 1823, que apontava a necessidade de se proceder a uma necessidade de reduzir o número de concelhos devido à irracionalidade do seu número e da sua dimensão. No entanto, as reformas previstas não tiveram implementação devido à instabilidade política decorrente da contrarrevolução. Tendo prosseguido o debate parlamentar acerca da organização administrativa a partir de 1826, foi prevista a criação de províncias, comarcas e concelhos, propostas de reforma que uma vez mais não vieram a ser implementadas devido à ocorrência da guerra civil.⁶³

A grande reforma administrativa de caráter centralizador e inspirada no modelo francês da revolução virá a ser encetada e desenvolvida por Mouzinho da Silveira entre 1832-1834, enquadrada por objetivos modernizadores que se prendiam com a racionalização de princípios e homogeneidade de serviços, com a unicidade institucional e a soberania popular, visando pôr fim a determinados particularismos e privilégios regionais e locais, e eliminando uma multiplicidade de unidades administrativas, substituídas por circunscrições lógicas e mais extensas.⁶⁴ Assim, o país era dividido em províncias, comarcas e concelhos com os respetivos magistrados e órgãos administrativos. A província de Trás-os-Montes ficou dividida em quatro comarcas (Bragança, Chaves, Moncorvo e Vila Real), que por sua vez integravam, na totalidade, 76 concelhos.

⁶² Luís Nuno Espinha da SILVEIRA, *Território e Poder – Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrimonia Histórica 1997, p. 51.

⁶³ *Ibidem*, p. 65-76.

⁶⁴ A. H. de Oliveira MARQUES, *A Organização Administrativa e Política*, in Nova História de Portugal (Dir. de Joel SERRÃO e A.H.de Oliveira MARQUES), *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, vol. IX, Lisboa, Presença, 2002, p. 218.

Muito criticada e com muitas dificuldades na sua implementação, a reforma de Mouzinho da Silveira deu lugar a posteriores discussões e novos planos de reforma administrativa a partir de 1835, que se consubstanciaram na lei de 25 de abril de 1835 e no decreto de 18 de junho do mesmo ano. Por esta legislação, o país era dividido em distritos administrativos que se subdividiam em concelhos e estes em freguesias.

O distrito de Vila Real passou a contar com 36 concelhos que virão a ser alvo de reformulação, principalmente no tocante à extinção de muitos deles, situação que se concretizou drasticamente no governo setembrista com o decreto de 31 de dezembro de 1836, que em Vila Real levou à extinção de 18 concelhos e à criação de 5 novos.⁶⁵

Quanto a novas configurações territoriais e administrativas respeitantes ao distrito de Vila Real, tem de referir-se o decreto de 31 de dezembro de 1853 que levou à extinção de outros 11 concelhos, numa evolução que pode ver-se no quadro 2.1.

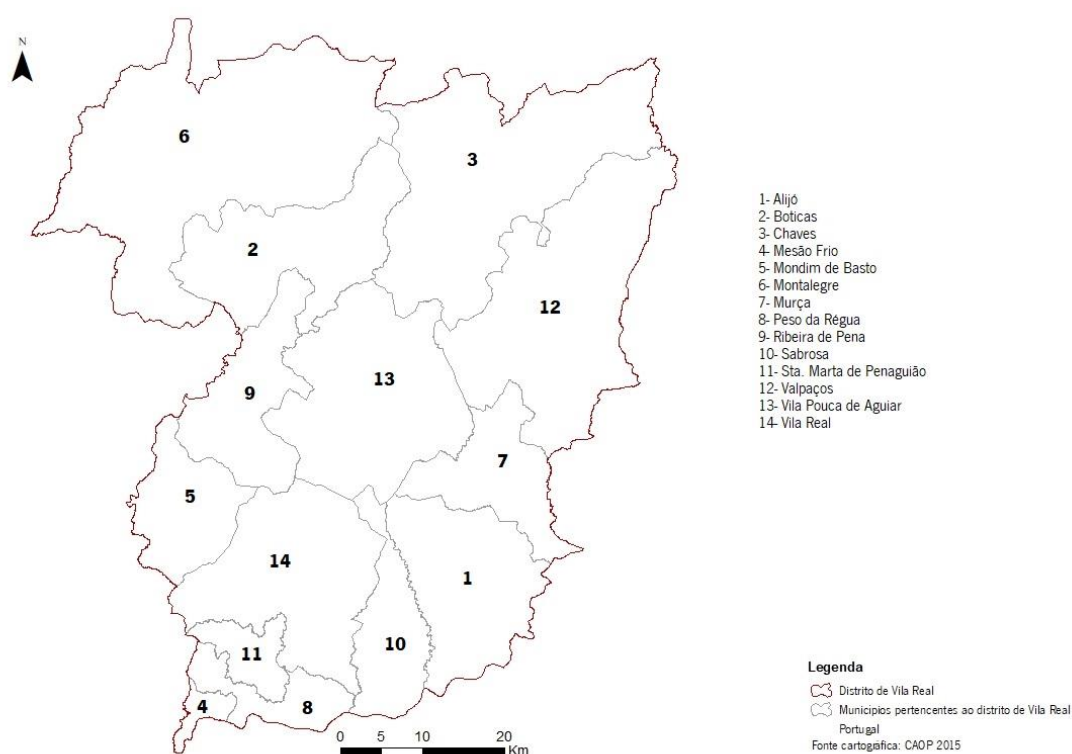
⁶⁵ Fernando de SOUSA, Manuel Silva GONÇALVES, *Os Governadores Cívicos do Distrito de Vila Real (1835-2002)*, Vila Real, 2002, p. 19.

Quadro 2.1: Evolução do número dos concelhos pelas reformas na administração local

Concelhos de Vila Real entre 1835 e 1853	Concelhos estabelecidos pela Carta de lei de 25.4.1835	Concelhos criados, extintos e subsistentes com o Decreto de 6.11.1836	Concelhos extintos e subsistentes com o Decreto de 31.12.1853
Água Revés	Água Revés	Extinto	
Alfarela de Jales	Alfarela de Jales	Subsistente	Extinto
Alijó	Alijó	Subsistente	Subsistente
Atei	Atei	Extinto	
Barqueiros	Barqueiros	Extinto	
Boticas		Criado	Subsistente
Canelas	Canelas	Subsistente	Extinto
Carrzedo de Montenegro		Criado	Extinto
Cerva	Cerva	Subsistente	Extinto
Chaves	Chaves	Subsistente	Subsistente
Dornelas	Dornelas	Extinto	
Ermelo	Ermelo	Subsistente	Extinto
Ervededo	Ervededo	Subsistente	Extinto
Favaio	Favaio	Subsistente	Extinto
Fontes	Fontes	Extinto	
Godim	Godim	Extinto	
Gouvães do Douro	Gouvães do Douro	Extinto	
Gralhas	Gralhas	Extinto	
Lordelo	Lordelo	Extinto	
Meixedo	Meixedo	Extinto	
Mesão Frio	Mesão Frio	Subsistente	Subsistente
Mondim de Basto	Mondim de Basto	Subsistente	Subsistente
Monforte do Rio Livre	Monforte do Rio Livre	Subsistente	Extinto
Montalegre	Montalegre	Subsistente	Subsistente
Murça	Murça	Subsistente	Subsistente
Padronelo	Padronelo	Extinto	
Parada do Pinhão	Parada do Pinhão	Extinto	
Pedroso	Pedroso	Extinto	
Peso da Régua		Criado	Subsistente
Provezende	Provezende	Subsistente	Extinto
Ribeira de Pena	Ribeira de Pena	Subsistente	Subsistente
Ruivães	Ruivães	Subsistente	Extinto
S. Mamede de Riba-Tua	S. Mamede de Riba-Tua	Extinto	
Sabrosa		Criado	Subsistente
Sta. Marta de Penaguião	Sta. Marta de Penaguião	Subsistente	Subsistente
Teixeira	Teixeira	Extinto	
Tourém	Tourém	Extinto	
Valpaços		Criado	Subsistente
Vila Pouca de Aguiar	Vila Pouca de Aguiar	Subsistente	Subsistente
Vila Real	Vila Real	Subsistente	Subsistente
Vilar de Maçada		Criado	Extinto
Vilar de Perdizes	Vilar de Perdizes	Extinto	

Pouco depois, pelo decreto de 24 de outubro de 1855 vai-se assistir a uma recomposição dos concelhos, mas apenas no que diz respeito à transferência de freguesias de uns para outros. Posteriores e esporádicas alterações verificaram-se pelos decretos de 26 de setembro de 1895 e de 26 de junho de 1896, o primeiro que levou à supressão do concelho de Santa Marta de Penaguião, o segundo à extinção do concelho de Mondim de Basto, entretanto restaurados pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.⁶⁶

Assim, consideradas em ligeira síntese as reformas relativas ao espaço administrativo nacional, deve dizer-se que com as alterações levadas a efeito pela legislação do ano de 1853, o distrito de Vila Real adquiriu, quanto à organização territorial e administrativa, a configuração idêntica à atual (mapa 2).



Mapa 2: Concelhos do Distrito de Vila Real na configuração atual

3. Aspetos demográficos

3.1. Efetivos globais, ritmos de crescimento e densidades

O conhecimento das realidades demográficas em Portugal até à realização do primeiro recenseamento merecedor desse nome é bastante incompleto e lacunar, pois só com o recenseamento de 1864 se passou a aplicar os métodos e as técnicas que se discutiam e adotavam nos congressos internacionais de estatística, onde marcavam presença algumas figuras portuguesas.

⁶⁶ Ibidem, p. 20.

Efetivamente, no século XIX, principalmente em todo o período que antecede o Censo de 1864, a quantidade e a qualidade das informações estatísticas são muito variáveis, relevando daqui um problema central que se prende com a fiabilidade dos dados respeitantes aos quantitativos populacionais e sua distribuição no espaço.⁶⁷ Embora a contagem e o levantamento das populações constituíssem uma preocupação dos organismos oficiais disso encarregues, o facto é que em todas as iniciativas promovidas para quantificar a população portuguesa desde finais do século XVIII não se passou daquilo que se considera uma fase proto estatística demográfica. Significa isto que, do ponto de vista da demografia e da contagem das gentes, a preocupação quantitativista limitava-se ao numeramento dos fogos.

Até finais do século XVIII, muito poucos são os levantamentos a que se pode reconhecer crédito. A preocupação quantitativista emergente desde finais de setecentos foi impulsionada pela reforma da Universidade de Coimbra e pela fundação da Academia Real das Ciências em 1779. Imbuídas que estavam do espírito e da cultura iluminista, desencadeou-se uma série de estudos que incidiram na análise de questões ligadas às atividades económicas de que são, a título de exemplo, expressão muito importante desse interesse analítico e quantitativo, as Memórias Económicas produzidas pela Academia, interesse esse que, por arrastamento, se alargou à contagem das gentes,⁶⁸ e para o qual contribuiu igualmente a ação importante de estadistas e altos funcionários como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, José António de Sá, Domingos Vandelli e Marino Miguel Franzini.

Até aos anos sessenta do século XIX a situação não se alterou grandemente. Além dos problemas conjunturais que marcaram o liberalismo português, dificultando o progresso das ações desenvolvidas para a contagem da população, acrescia a aplicação de limitados métodos e técnicas nos respetivos apuramentos. Já não se trata de escassez das fontes, mas sim o da fiabilidade dos seus dados. Sabe-se que ao censo realizado em 1837-38, devido ao trabalho de Franzini, outros se seguiram entre 1841 e 1851, sendo que, na maior parte deles, os resultados expressos consistiam em atualizações das contagens anteriores.⁶⁹ Apesar de todos estes condicionalismos, a generalidade dos autores considera que os dados disponíveis nos dão uma ideia de grandeza e permitem construir análises de conjunto, quer à escala nacional, quer regional.

⁶⁷ Teresa Ferreira RODRIGUES (coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, Cepese/Afrontamento, 2008, p. 291.

⁶⁸ Sobre os diversos levantamentos populacionais efetuados desde meados de setecentos, finais desse período e dealbar do século XIX, veja-se como síntese, Fernando de SOUSA, "A População Portuguesa em Finais do Século XVIII", *População e Sociedade*, n.º 1, Porto, CEPFAM, 1995, p. 41-55, e também João Pedro FERRO, *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, p. 13-29.

⁶⁹ Paulo Lopes MATOS e A.H. de Oliveira MARQUES, A Base Demográfica, in *Nova História de Portugal* (dir. de Joel SERRÃO e A.H. de Oliveira MARQUES), *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, vol. IX, Lisboa, Presença, 2002, p. 14-15.

Quanto ao espaço administrativo distrital de Vila Real, segundo Teresa Rodrigues,⁷⁰ a população cresceu a um ritmo anual médio de 0,76% entre 1837 e 1864 (quadro 2.2), valor modesto, uma vez que a este ritmo, a população levaria 91 anos a duplicar o seu volume (quadro 2.3). Ainda assim, esse crescimento situou-se acima do valor nacional de 0,64%. Porém, na segunda metade do século, o crescimento populacional do distrito de Vila Real é inferior à média nacional.

Segundo os cálculos por nós efetuados referentes às taxas de crescimento médio anual constantes do quadro 2.2, taxas de valor superior, indicativas de um ritmo de crescimento mais acentuado, são as registadas para o período entre 1850-1864, com um valor de 1,06%, e para o período de 1835-1864, com uma taxa de 0,97%, indicando um crescimento razoável.

⁷⁰ Teresa RODRIGUES, "A população portuguesa nos séculos XIX e XX. O acentuar das assimetrias de crescimento regional", *População e Sociedade*, n.º 1, Porto, CEPFAM, 1995, p. 60.

Quadro 2.2: População do Distrito de Vila Real (1835 –1864)

Anos	População	TCAM % ⁷¹
1835 a)	161430	—
1838 a) **	174067	2,54
1841 a)	182382	1,57
1843 a)	186125	1,02
1850 b)	183894	-0,17
1851 b)	184779	0,48
1852 *	185993	—
1853 b)	184938	0,04
1854 b)	185458	0,28
1855 b)	186631	0,63
1856 b)	185463	-0,63
1857 b)	186442	0,53
1858 b)	188411	1,06
1859 b)	193170	2,53
1860 *	193606	—
1861 c)	195834	0,69
1862 c)	204215	4,28
1863 *	196461	—
1864 c)	213 289	2,20

Fontes:

a) Censo da População do Reino de Portugal, no 1º de Dezembro de 1890, vol I, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção de Estatística Geral e Comércio, p. 62. Joel SERRÃO, *Fontes de Demografia Portuguesa, 1800-1862*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 122,135,141,153.

b) Fernando de SOUSA, "População e Economia do distrito de Vila Real em meados do século XIX", *Estudos Transmontanos*, nº 1, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1983, p. 20. Joel SERRÃO, *idem*, p. 170,171.

c) Censo no 1º de Janeiro de 1864, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. VI.

*População estimada pelo método da regressão linear segundo a fórmula, $Y=mx + b$

** Os dados de 1838 correspondem fundamentalmente ao ano de 1837. Cf. Joel SERRÃO, *ibidem*, p. 134.

Menores taxas de crescimento se verificam na década de 50 e inícios da década de 60, com valores percentuais de 0,55 e 0,57 para os períodos de 1850-1859 e 1850-1861, respetivamente, indicando fraco crescimento que é visível no tempo de duplicação em anos da população (quadro 2.3).

⁷¹ TCAM (Taxa de crescimento anual médio), calculada pela fórmula $P_n/P_0 = n \log (1+a)$.

Quadro 2.3: População do Distrito de Vila Real: crescimento e tempo de duplicação em anos

Anos	TCAM %	Tempo de duplicação (anos)
1835 – 1850	0,87	80
1835 – 1864	0,97	71
1838 – 1864	0,76	91
1850 – 1859	0,55	126
1850 – 1864	1,06	65
1859 – 1864	2,00	35

Se nos restringirmos ao valor da taxa de crescimento anual médio para a década de 50, verifica-se que o ritmo de crescimento é bastante modesto e em alguns anos foi mesmo negativo. Dever-se-ão tais índices a uma deficiente quantificação dos efetivos populacionais, ou estaremos perante os efeitos da emigração que foi aumentando ao longo dessa década, bem como à eclosão das epidemias de cólera, tifo e febre amarela que atingiram o distrito desde 1855 até 1860?

De 1860 a 1864, contrariamente à tendência anterior, o valor obtido para o crescimento populacional atinge um valor significativo, pois a esse ritmo a população duplicaria no espaço de 35 anos. De valores que não atingiam as duas centenas de milhar de pessoas até 1861, essa cifra é substancialmente ultrapassada em 1864, o que, aliás, já se tinha verificado em 1861, embora com valor inferior.

Relativamente aos anos de 1859, 1862 e 1864, as taxas de crescimento obtidas parecem improváveis por corresponderem a valores demasiado altos, destacando-se o valor obtido para o ano de 1864. Concomitantemente a estas interrogações, não deve esquecer-se que os métodos e técnicas utilizadas para efetuar os levantamentos se baseavam na contagem dos fogos, calculando-se depois a população pela aplicação de coeficientes que podiam ser arbitrários, além de muitos levantamentos terem objetivos diversos, ora relacionados com a necessidade dos recrutamentos militares ora para fins eleitorais, pouco consentâneos, portanto, com preocupações estatístico-demográficas, no sentido da contagem da população total.⁷²

Ademais, tenha-se em conta que no recenseamento de 1864 aplicaram-se os preceitos estatísticos emanados dos congressos internacionais, e que o processo de melhoria dos métodos se fazem já sentir na documentação atinente aos levantamentos de 1860 e 1862, sob o impulso de José António de Ávila no Ministério da Justiça.⁷³ Isto pode levar-nos a questionar se as contagens da década de 50 e inícios da década de sessenta não poderão ter subestimado o real volume da população! Ou ainda por outro lado:

⁷² Acerca das preocupações estatístico-demográficas e dos condicionalismos que influenciaram a contagem da população em Portugal desde inícios do século XIX até aos anos 60, veja-se Joel SERRÃO, *Fontes de Demografia Portuguesa, 1800-1862*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973, p. 35-41.

⁷³ Joel SERRÃO, *idem*, p.40-41.

o volume da população obtido para 1864 poderá ser o reflexo de um crescimento mais acelerado em virtude de uma diminuição geral da emigração que, como se sabe, começou a baixar nos inícios da década de 60, para se incrementar novamente nos finais da mesma década?

Cumpre ainda salientar, para melhor compreensão da dinâmica populacional, que em Portugal não ocorreu uma revolução demográfica propriamente dita, pelo que, até finais do século XIX, perdurou um regime demográfico antigo com taxas de natalidade e mortalidade altas e próximas entre si, que apenas asseguravam um lento crescimento, havendo que juntar a este quadro os efeitos da emigração que se acentuou na segunda metade de oitocentos.⁷⁴

Fazendo a análise por concelhos no escasso período entre os anos de 1853 e 1859 (quadro 2.4), verifica-se que alguns deles registam taxas de crescimento anual médio bastante altas, tais como Chaves, Mesão Frio, Peso da Régua, Ribeira de Pena, Sabrosa com um valor excepcional, Santa Marta de Penaguião e Valpaços. Mostra-se muito difícil explicar o valor da taxa relativa ao concelho de Sabrosa, especialmente se atendermos que esses anos foram marcados por epidemias e por um maior incremento da emigração a partir de 1856-57. Pode-se estar perante deficiente contagem das gentes, como já se referiu para o distrito. Quanto aos concelhos acima referidos e pertencentes à região do Douro, embora algumas taxas de crescimento se mostrem excessivamente elevadas, essa tendência ganha explicação na medida em que esta região, à escala da província, foi sempre mais povoada, resultado de um crescimento demográfico acentuado desde o século XVIII,⁷⁵ com valores de densidade de 45 a 50 habitantes por Km², por oposição aos valores da *Terra Fria* que eram inferiores à média da província e que chegavam a situar-se nos 10 a 15 habitantes por Km².

Outros concelhos registam taxas de crescimento negativo como os casos de Alijó, Boticas, Mondim de Basto, um valor excepcional para Murça, e Vila Pouca de Aguiar. O valor muito negativo da taxa de crescimento relativo ao concelho de Murça pode explicar-se pela recomposição administrativa dos concelhos na sequência do decreto de 24-10-1855 que operou a anexação e desanexação de freguesias, levando a que este concelho perdesse freguesias para os concelhos vizinhos de Alijó e de Valpaços.

⁷⁴ Teresa Ferreira RODRIGUES (coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da Modernidade*, Porto, CEPESE/Afrontamento, 2008, p. 327-328.

⁷⁵ Fernando de SOUSA, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, (dissertação de doutoramento), 1979, p. 237.

Quadro 2.4: População por concelhos do distrito de Vila Real e crescimento anual médio

CONCELHOS	Anos							TCAM % 1853-1859
	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	
Alijó	17430	15511	15012	14988	15256	15570	15678	-1,75
Boticas	10450	10288	9269	9336	9461	9207	9199	-2,10
Chaves	24052	24926	27200	25378	26324	27102	27475	2,24
Mesão Frio	5712	5875	6513	6530	6509	6516	6526	2,25
Mondim de Basto	6959	6455	6666	6530	6601	6694	6680	-0,68
Montalegre	16597	16371	16011	16219	15938	16285	16845	0,25
Murça	7132	7119	4732	4629	4662	4643	4873	-6,15
Peso da Régua	12664	13433	13963	13766	13700	14011	14513	2,30
Ribeira de Pena	5887	5796	5042	6236	5978	5968	6518	1,71
Sabrosa	8267	9257	11065	11655	11870	11738	11889	6,24
Sta. Marta Penaguião	8169	8223	8429	8375	8564	8834	8912	1,46
Valpaços	18635	20192	20294	20039	19975	19919	21947	2,76
Vila Pouca de Aguiar	14581	13925	14435	13845	13341	13451	13527	-1,24
Vila Real	28403	28087	28000	27937	28263	28473	28588	0,11
TOTAL Distrito	184938	185458	186631	185463	186442	188411	193170	0,73

Fonte: Fernando de SOUSA, "População e Economia do distrito de Vila Real em meados do século XIX", *Estudos Transmontanos*, n° 1, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1983, p. 21.

Contrariamente a todas as taxas de crescimento positivo verificadas para os diversos concelhos, impressiona, pelo seu diminuto valor, a taxa relativa ao concelho de Vila Real, por um lado, por ser o concelho com mais população, por outro, por se tratar do mais importante centro urbano da província e que, à partida, poderia constituir-se como polo de atração de população. Dever-se-á tal facto à emigração que neste concelho atingia as maiores cifras?

A densificação do território do distrito de Vila Real aumenta ao longo do século XIX, consequência natural do crescimento demográfico. Nos momentos dos censos realizados, esses valores variaram entre 41,4 hab/Km² em 1837 e 56,7 hab/Km² em 1900, situando-se, no entanto entre os de menor intensidade de povoamento nacional. E se em 1864 ainda se situava acima da média nacional (44,4 hab/Km²), em 1900 já se encontrava abaixo da média do conjunto nacional.⁷⁶

3.2. População urbana e população rural

De incipiente urbanização, a província de Trás-os-Montes apenas tinha duas cidades no início do século XIX, Bragança e Miranda, que englobavam 1,4% da população de toda a província, e só 6% da

⁷⁶ Teresa Rodrigues VEIGA, *As Realidades Demográficas*, in *Nova História de Portugal*, (dir. Joel SERRÃO e A.H. de Oliveira MARQUES), vol. X, Portugal e a Regeneração, Lisboa, Editorial Presença, 2003. p. 24-26.

população vivia em freguesias com mais de 2000 habitantes, pelo que, no seu conjunto, a população urbana correspondia à escassa proporção de 4,5%.⁷⁷

Com a decadência de Miranda e também de Bragança, cujo crescimento havia sido efémero, vai assistir-se à ascensão de Chaves, com um crescimento que se torna evidente desde a última década do século XVIII, devido a determinados fatores tais como a sua importância militar, o enquadramento geográfico e o dinamismo comercial, tendo-se evidenciado um crescimento demográfico importante entre 1793 e 1801, com uma taxa de crescimento anual médio de 3,85%. Com assinalável crescimento deve mencionar-se também Vila Real, cuja prosperidade económica contrastou com uma população estacionária.⁷⁸

A profunda ruralidade do distrito de Vila Real não sofreu alterações de monta nas primeiras décadas de oitocentos. Fernando de Sousa sublinhou que, em 1855, a vila capital do distrito não chegava aos cinco milhares de habitantes, Chaves não atingia os quatro milhares e o Peso da Régua ultrapassava em pouco os dois milhares. Assim, admitindo que apenas a população destas três vilas possa considerar-se urbana, resulta que a população rural corresponderia a 94,2% contra 5,8% da restante.⁷⁹

Tendo em conta que o crescimento demográfico português no século XIX, especialmente durante a segunda metade do século, se caracterizou pelo crescimento urbano que absorveu a maior parte do crescimento demográfico total, verifica-se que no respeitante ao distrito de Vila Real a taxa de variação da população urbana atingiu um valor acima do dobro do valor da taxa relativa à população rural, mas, ainda assim, se situa entre o grupo de distritos com valores mais baixos.

De igual modo, segundo os dados do Censo de 1864, o distrito tinha uma população urbana correspondente a 14% da sua população total, com fraco crescimento até 1890, fazendo parte do grupo de distritos cuja população urbana equivalia a menos de 20% nestas duas datas censitárias. A cidade de Vila Real, cujo estatuto derivava do facto de ser capital de distrito, estava também entre as últimas quanto à dimensão em termos do número de habitantes que se cifrava em 4800 e 6700, respetivamente em 1864 e 1900.⁸⁰

⁷⁷ Fernando de SOUSA, ob. cit., p. 191.

⁷⁸ Ibidem, p. 192-193.

⁷⁹ Fernando de SOUSA, "População e Economia do distrito de Vila Real em meados do século XIX", *Estudos Transmontanos*, n.º 1, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1983, p. 19-20.

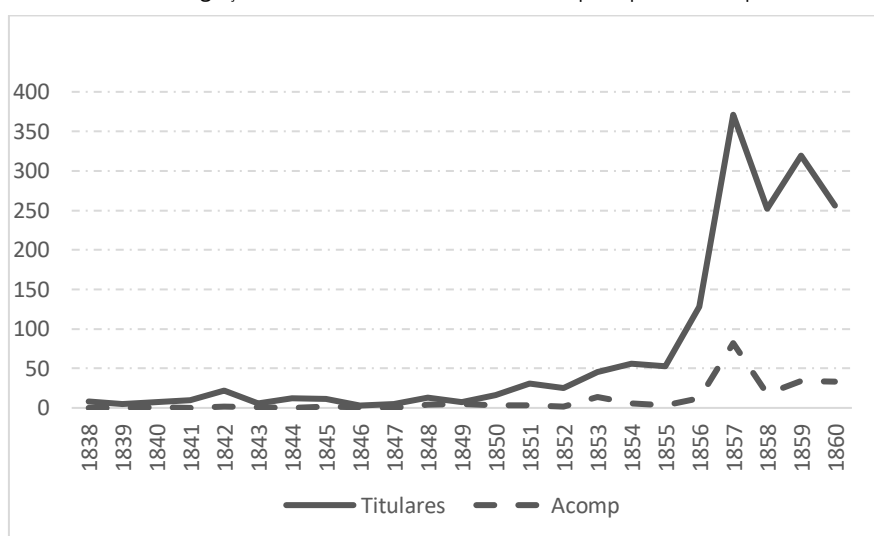
⁸⁰ Cf. estes enquadramentos demográficos em Teresa Rodrigues VEIGA, *As Realidades Demográficas*, ob. cit., p. 37-41.

CAPÍTULO III – EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DA EMIGRAÇÃO

1. Fluxos, ciclos e tendências

O levantamento sistemático dos registos de passaportes respeitantes aos naturais e residentes do distrito de Vila Real que no período compreendido entre 1838 e 1860 pretenderam rumar ao Brasil permitiu contabilizar uma população de 1887 indivíduos, sendo que entre estes 1661 são titulares de passaporte, e um número bastante reduzido, 226 indivíduos, são acompanhantes do titular, estando ligados entre si por relações de parentesco, na esmagadora maioria dos casos, e uma pequena minoria sem qualquer relação identificada (gráfico 3.1.).

Gráfico 3.1: Emigração do distrito de Vila Real: Titulares de passaporte e acompanhantes



A distribuição por anos desta população e a relação entre o total de passaportes e o total de pessoas permite concluir que se trata de uma emigração essencialmente individual, pois como expresso no quadro 3.1 a média de indivíduos por passaporte é de praticamente uma pessoa.

Quadro 3.1: Passaportes e pessoas por passaporte

Ano	Nº Passaportes	Nº Pessoas	Pessoas/ Passaporte
1838	8	8	1
1839	5	5	1
1840	7	8	1,1
1841	10	10	1
1842	22	24	1,1
1843	6	7	1,2
1844	12	12	1
1845	11	13	1,2
1846	3	4	1,3
1847	5	5	1
1848	13	17	1,3
1849	7	12	1,7
1850	16	19	1,2
1851	31	34	1,1
1852	25	27	1,1
1853	45	59	1,3
1854	56	62	1,1
1855	53	56	1,1
1856	128	140	1,1
1857	371	453	1,2
1858	252	270	1,1
1859	319	353	1,1
1860	256	289	1,1
Total	1661	1887	1,1

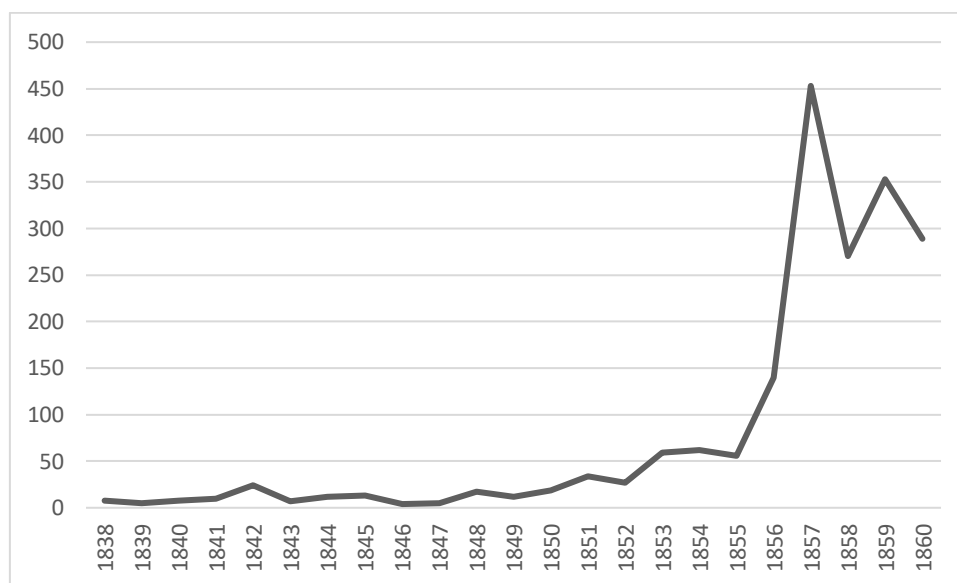
Esta população de emigrantes com destino ao Brasil integra-se no primeiro dos cinco ciclos curtos identificados por Joel Serrão para a emigração portuguesa durante o século XIX, cujo início se desconhece, mas que se prolonga até 1868.⁸¹

Tomando por referência os dados expressos no gráfico 3.2, que engloba todos os indivíduos com destino ao Brasil – titulares de passaporte e acompanhantes –, pode entrever-se na evolução das tendências o seguinte: um ciclo longo que vai de 1838 até 1855, em que os números são inexpressivos, existindo, no entanto, anos em que as cifras numéricas se elevam um pouco, ultrapassando a ordem das duas dezenas em 1842, subindo acima das três dezenas em 1851, atingem quase as seis dezenas em 1853 e ultrapassam esse valor no ano seguinte, permitindo dizer que tudo parece indicar o início de uma tendência ligeiramente ascendente de 1849 em diante e que marcará a década de 50; em 1855,

⁸¹ Serrão, Joel, *A Emigração Portuguesa*, 4ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982, p. 32-33.

apesar de neste ano o número dos que requereram passaporte ter baixado ligeiramente em relação ao ano anterior, inicia-se claramente uma tendência de alta nos dois anos imediatos, cujas cifras sobem acima da centena em 1856 e acima das quatro centenas em 1857, ano que marca o maior pico da série, podendo mesmo dizer-se que se verificou uma explosão na procura de passaportes com vista à deslocação para o Brasil; nos anos seguintes, a tendência indicia uma baixa, atenuada entretanto pela elevação verificada em 1859, logo seguida de nova baixa, prenunciando a diminuição da emigração verificada na década de 60.

Gráfico 3.2: Distrito de Vila Real – Emigrantes com passaporte por anos para o Brasil Titulares e acompanhantes



Ou seja, a década de 50 evidencia uma expansão na demanda dos destinos brasileiros por parte dos transmontanos de Vila Real, tendência essa que se acentua à medida que se avança para o final da década, ao contrário do que se verificava a nível nacional quando os quantitativos da emigração indicavam já uma tendência de diminuição. Esta tendência expansiva da emigração dos anos cinquenta verificou-se também em Viana do Castelo, como notou Henrique Rodrigues.⁸²

Ora, os destinos brasileiros não eram desconhecidos das populações transmontanas e particularmente do distrito de Vila Real, como pode constatar-se do estudo que Fernando de Sousa desenvolveu sobre o relato de uma Visitação efetuada a quarenta freguesias transmontanas pertencentes à Comarca de Vila Real, fazendo notar, no que à emigração diz respeito, que “todas as pessoas a que a Visita se refere como tendo abandonado o país, rumava à colónia do Brasil. Assim, aí estivera um

⁸² Henrique RODRIGUES, “Emigração, Conjunturas Políticas e Económicas”, *Emigração Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, Fragmentos, 1993, p. 63-77; p. 71 (nota 8).

sacerdote de Santa Marinha de Ribeira de Pena, e lá se encontravam outros dois de Telões.”⁸³ E acerca da imagem de sucesso dos que retornam, bem como sobre a forma de exteriorização desse sucesso, refere que, “Aparecem já referências a um tipo muito específico da sociedade oitocentista portuguesa, o “brasileiro, desta freguesia”, na Valoura. As igrejas, excelentes, da Valoura e de Afonsim, e a igreja de Salvador de Ribeira de Pena, o melhor templo de toda a Visita, tinham sido edificadas à custa de “brasileiros. Anote-se por fim, um ordinando que já fora ao Brasil duas vezes.”⁸⁴

Apesar de não serem desconhecidos os destinos brasileiros, o certo é que, como já se notou, a emigração até à década de 50, a partir do distrito de Vila Real, mostrou-se escassa. Pode mesmo dizer-se, a avaliar pelos passaportes emitidos, que a emigração legal no distrito ganha evidência notória apenas a partir de meados da década de 1850. Assim, assinala-se que até 1850 o volume de passaportes corresponde a 7,6% do total, até 1855 atingem a cifra de 12,6%, e entre 1856-1860 esse volume ronda os 80%, sendo ainda de destacar que ao ano de 1857 corresponde o valor de 24% dos passaportes em relação a toda a série.⁸⁵

Fernando de Sousa sublinhou que as relações de masculinidade encontradas confirmam uma emigração essencialmente masculina, que tendo pouco significado até 1855 se vai desenvolver de 1856 em diante. O mesmo autor refere ainda que nos anos de 1853-1859 as estatísticas do Governo Civil de Vila Real registaram a saída de 1387 pessoas, sendo apenas 69 do sexo feminino, e que a emigração era assegurada por jovens que na sua maioria tinham menos de 20 anos.⁸⁶

Essa tendência é-nos confirmada por informações coevas do processo emigratório, porquanto o termo de abertura do primeiro livro de registo de passaportes do Governo Civil de Vila Real regista que, “N.B. Principia a numeração dos Passaportes em N° 11, porque segue a d’hum Caderno onde os outros

⁸³ Fernando de SOUSA, “Subsídios para a História Social do Arcebispado de Braga – A Comarca de Vila Real nos fins do século XVIII”, *Bracara Augusta*, vol. XXX (T.II), n° 70 (82), Braga, 1976, p. 417. Outros exemplos, embora poucos, de deslocações para o Brasil de naturais do distrito de Vila Real durante as primeiras três décadas do século XIX podem ver-se em Fernando de SOUSA, Teresa CIRNE, “Portugueses do Norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832)”, *População e Sociedade*, (15), Porto, CEPESE/Afrontamento, 2007, p.215, 222, 225, 257.

⁸⁴ Fernando de SOUSA, *ibidem* p. 417.

⁸⁵ A evolução da série de Vila Real mostra semelhanças com o observado para Viana do Castelo. Excetuando o período até cerca de 1850, em que os quantitativos de Viana são muito superiores, os finais da década evidenciam uma tendência de subida muito idêntica, sendo que os maiores quantitativos de saídas se verificam em 1857, pico da série em ambos os distritos, baixando nos anos seguintes, sem, contudo, o ano de 1859 parecer contradizer a tendência para a baixa que se verificará na década de 1960. Cf. Henrique RODRIGUES, *Emigração e Alfabetização – O Alto Minho e a Miragem do Brasil*, Viana do Castelo, 1995, p. 47-49.

⁸⁶ Fernando de SOUSA, “População e economia do distrito de Vila Real em meados do século XIX”, *Estudos Transmontanos*, n° 1, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, Vila Real, 1983, p. 27. Na exploração sistemática dos registos de passaportes a que procedemos, para o período entre os anos de 1853-1859, não obtivemos esses quantitativos. Assim, os valores encontrados correspondem a um total de 1393 indivíduos, entre titulares e acompanhantes, sendo 1295 homens e 98 mulheres, o que em termos relativos corresponde a 93% e 7% respetivamente para o mesmo período.

Passaportes, passados no tempo da Adm^m G.^{al} se achão notados.”⁸⁷ Pode presumir-se, portanto, que por esta nota os registos anteriores não seriam numerosos.

No mesmo sentido, a Ata da sessão da Junta Geral de Distrito de 4 de agosto de 1843, que se reuniu para, entre outros assuntos, discutir o parecer da Comissão relativo à consulta feita pelo Ministério do Reino por meio da Portaria Circular de 7 de Julho de 1843,⁸⁸ cujos quesitos diziam respeito às causas que em cada Distrito tendiam a promover a emigração, foi respondido com seguinte teor: “Esta Junta, Senhora, não pode deixar de lisonjear-se com a circunstancia de ser quasi nulla, neste Districto a emigração para o estrangeiro, fazendo excepção a esta regra alguns indivíduos, que vãm para o Brasil. A explicação deste facto encontra-se em diversas causas. O nome de Brasileiro, ainda hoje está cercado d’um prestígio imenso, que seduz os mancebos na idade das concepções maravilhosas, com esperançosos calculos de riqueza extraordinária – as promessas, e solicitações de parentes estabelecidos n’aquelle Império – a falta d’arrumo para a Mocidade, e de recursos em geral – as privações que desgraçadamente tem resultado das comoções politicas, reduzindo muitas á desconsideração, despesa e miséria – o medo ao recrutamento – são os motivos principais da referida emigração – Falla-se em Comissões, que promovem a emigração para o Brasil, mas entre nós este facto está mal averiguado.”⁸⁹ Como pode constatar-se, sendo reduzida a emigração, aquela que se registava dizia respeito ao Brasil e era alimentada por gente jovem, animada pela imagem de prosperidade do *brasileiro*.

Em estudo recente relativo à freguesia de Santo André da Campeã, concelho e distrito de Vila Real, a tendência de baixa emigração verifica-se igualmente, sendo que os quantitativos apurados, embora de pequena monta, mostram ligeira tendência de subida para finais da década de 50, diminuindo depois na década de 60.⁹⁰

⁸⁷ ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/2 Livro de Registo de Passaportes, 1837-1852.

⁸⁸ Esta Portaria corresponde, efetivamente, ao Primeiro Inquérito Nacional à Emigração por iniciativa do Parlamento português, antecipando-se, portanto, ao que foi realizado bem mais tarde, também por iniciativa parlamentar, em 1873. Sobre este enquadramento, veja-se Fernando de SOUSA, O Primeiro Inquérito Português à Emigração (1843), *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*, Belém/Pa, Editora Paka-Tatu, 2010, p. 275, 278.

⁸⁹ ADVRL/ACD-JGDVR/A/001/Lv001, Livro de Actas das sessões, fls. 78v.-80. (Documento n° 4 do Anexo documental).

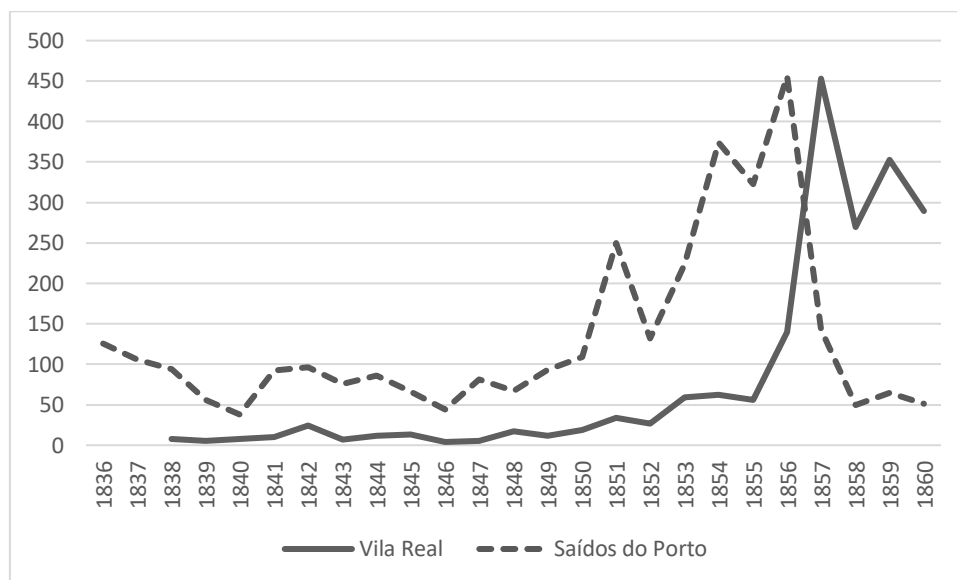
⁹⁰ Maria Celeste Alves de CASTRO, *A Emigração na freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)*, Porto, CEPESE/Afrontamento, 2010, p. 26. Tomando por referência o quadro 2, os números para esta freguesia são os seguintes:

Anos	1848	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	Total
Emigrantes	1	6	4	5	2	14	1	14	8	1	10	66

De 1863 até 1869, excluindo o ano de 1863 em que não se regista nenhum passaporte, o seu número, correspondente a outros tantos indivíduos, é de apenas 1 por ano.

No entanto, se por um lado o fenómeno emigratório se mostrava incipiente até à década de 50, por outro, não pode esquecer-se que um fluxo de gentes naturais do distrito de Vila Real emigrava rumo ao Brasil a partir do Porto,⁹¹ como pode ver-se pelo gráfico seguinte.

Gráfico 3.3: Emigrantes de Vila Real e emigrantes naturais de Vila Real saídos do Porto (1836-1860)



Fontes: Jorge ALVES, *Os Brasileiros – Emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, 1994, p.228; ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/2-6 Livros de Registo de Passaportes, 1837-1862.

Assim, atentando nas curvas relativas aos emigrantes naturais de Vila Real que saíram com passaporte emitido nesse distrito e os que o fizeram com passaporte emitido no Porto, verifica-se que os quantitativos destes são sempre muito superiores aos daqueles, com quantitativos que mostram um incremento acentuado a partir de 1852, atingem o pico máximo em 1856, altura a partir da qual se verifica uma descida acentuada e repentina, coincidente com um forte incremento das saídas a partir de Vila Real, iniciado em 1855 com crista em 1857.

Ora, no contexto da emigração nacional, e particularmente no que respeita ao movimento emigratório do noroeste de Portugal, o Porto desempenhava papel de destaque como centro polarizador das saídas, pelo menos até finais da década de sessenta, decrescendo essa importância na década de setenta e de forma mais acentuada no início da década de oitenta, altura em que o *rush* emigratório português deixou de se circunscrever principalmente à região do noroeste para se começar a alastrar a outras regiões do norte interior.⁹²

⁹¹ Cf. Jorge ALVES, *Os Brasileiros – Emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, 1994, p. 228.

⁹² *Ibidem*, p. 165-166. Segundo o autor, a preponderância do Porto situava-se nos 82% relativamente ao conjunto do fluxo emigratório nacional em 1855, continuou pelos anos seguintes, embora em decréscimo pois que, a partir de 1857 desce para 45%, assegurando, no entanto, até final da década de 60, uma quota oscilante em torno dos 50%. Avançando no século

Podemos pensar que a maioria dos emigrantes naturais de Vila Real que partiram para o Brasil com passaporte emitido no Porto se integrou no movimento da “emigração por etapas”, correspondente a uma situação que, face a determinadas dificuldades económicas e sociais ou anseios pessoais, levou muitos indivíduos a migrar para a cidade, permitindo-lhes criar condições para emigrar quando a altura se tornasse propícia. Como muito bem notou Jorge Alves, trata-se de uma situação possível de observar a partir do documento do passaporte, nos dados constantes relativos à naturalidade, que possibilitam fazer uma análise da importância da mobilidade interdistrital e avaliar o peso da “migração interna prévia à emigração”.⁹³

2. Emigração e Conjunturas

O modelo teórico desenvolvido por Ravenstein, segundo o qual as migrações podem ser explicadas pelos fatores de atração e repulsão (“push/pull”), modelo que dá primazia a variáveis de natureza económica e tem em consideração uma diversidade de fatores ligados quer à área de origem, quer à área de destino, constituiu-se como modelo mais significativo no campo explicativo dos movimentos e processos migratórios, contando com as modificações que lhe foram feitas e que resultaram num enriquecimento analítico desta problemática. Essas modificações consistem na consideração de variáveis intervenientes, tais como o diferencial de salários no país de origem e de destino, as taxas de emprego e desemprego e as diferenças nos mercados de trabalho, fatores que se mostram importantes no condicionamento da decisão de emigrar.⁹⁴

No contexto do modelo de repulsão/atração e das variáveis económicas subjacentes, desenvolveram-se vários estudos para explicar as migrações transatlânticas. Um desses estudos, o mais discutido e polémico, pertence a Brinley Thomas⁹⁵ segundo o qual, os países da Europa ocidental e do continente americano estavam integrados numa economia atlântica e, no contexto do crescimento económico, desenvolveram entre si relações quanto a movimentos de capitais e de mão-de-obra (força de trabalho), segundo ciclos de inversão. Dessa forma, a intensificação do investimento de capitais,

de oitocentos, a preponderância portuense no fluxo emigratório vai decaindo de forma notória, situando-se nos 15% ao começar a última década.

Relativamente ao peso relativo dos emigrantes com passaporte a partir do Porto, mas com naturalidade de outros distritos, sublinha-se o peso do distrito de Braga, seguindo-se-lhe a bastante distância Aveiro e depois Viana, Vila Real e Viseu. Os naturais de Vila Real saídos com passaporte do Porto, no período coberto por este trabalho, oscilam entre um máximo de 8,5% em 1838 e um mínimo de 1,8% em 1858. Em média, de 1836 até 1860, o peso dos vilarealenses no fluxo emigratório do Porto rondou os 8%. Cf. *ibidem*, p. 228-230.

⁹³ *Ibidem*, p. 226-233.

⁹⁴ John A. JACKSON, *Migrações*, Escher, Lisboa, 1991, p. 20-22

⁹⁵ Brinley THOMAS, *Migration and Economic Growth: A Study of Great Britain and the Atlantic Economy*, Cambridge University Press, Cambridge, 1954, apud Blanca Sánchez ALONSO, *Las causas de la emigración española 1880-1930*, Alianza Editorial S.A., Madrid, 1995, p. 37-38.

essencialmente ingleses, nos países do novo mundo gerava uma corrente emigratória europeia, ao passo que um aumento de investimentos na Grã-Bretanha tinha como consequência uma retração dessa emigração.

Entretanto, outros estudos vieram enriquecer a análise da problemática das migrações tendo em conta outras variáveis para além das económicas. Entre eles, Georges Tapinos⁹⁶ sublinhou que as migrações transoceânicas oitocentistas estão estreitamente ligadas às transformações ocorridas com o processo da industrialização e reconheceu, na linha do modelo de Brinley Thomas, que essas migrações se integram no conjunto de uma economia atlântica ligada por fatores complementares inscritos em ciclos internacionais, de modo que, por isso, os movimentos migratórios assumem um carácter inter-regional. Quanto à questão relacionada com os fatores de atração e repulsão, o autor dá primazia aos primeiros, porquanto considera mais determinante a disponibilidade de emprego como variável a curto prazo, enquanto que os diferenciais de rendimento, associados a outras variáveis dos fatores de repulsão, se afirmam no longo prazo. Contudo, para além das variáveis económicas que possam considerar-se, Tapinos chama a atenção para outros indicadores indispensáveis à explicação da emigração, tais como o grau de informação à partida detido pelos candidatos, que desempenha um papel fundamental na chamada “decisão de emigrar”.

No que respeita à emigração portuguesa oitocentista e às variáveis explicativas no campo do modelo de atração/repulsão, Costa Leite chamou a atenção para a complementaridade dos fatores, pelo que as migrações ocorrem pela conjugação das situações de necessidade e oportunidade.⁹⁷ Referindo-se à interpretação tradicional da historiografia portuguesa, segundo a qual as flutuações da emigração estavam dependentes da evolução da economia nacional, ou seja, que a momentos de crise económica correspondiam vagas emigratórias e, pelo contrário, a situações de maior prosperidade correspondia uma diminuição das saídas, com o fim de se clarificar o peso relativo da atração e da repulsão, o autor propõe que se observem os vários contingentes emigratórios do ponto de vista do país de acolhimento. Assim, se os contingentes de vários países evidenciarem flutuações diferentes, significa que pode tomar-se como fator influenciador a situação económica dos países emissores, no caso de as flutuações evidenciarem semelhanças, pode admitir-se estarmos perante a influência das economias de destino, ou seja, da atração. Neste enquadramento, a emigração portuguesa variou no tempo em função das

⁹⁶ Georges TAPINOS, *L'Economie des Migrations Internationales*, Armand Colin/P:F,N,S,P,, Paris, 1974, apud Jorge Fernandes ALVES, *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, 1994, p. 25-30.

⁹⁷ Joaquim COSTA LEITE, *O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)*, *Fazer a América, A Imigração em massa para a América Latina*, 2ªed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 183.

oportunidades existentes nos países de destino, não obstante termos de admitir as dificuldades económicas e sociais dos emigrantes que esperam o melhor momento para sair.⁹⁸

A emigração portuguesa no século XIX insere-se no quadro mais lato da emigração europeia e reflete as transformações económicas e sociais a que se assistiu, quer nas zonas de origem como nas de destino, pois a transferência de grandes contingentes de mão-de-obra europeia torna-se compreensível tendo em conta o pauperismo de vastas camadas da população perante o desenvolvimento do processo do capitalismo e do crescimento demográfico nos países europeus, ao mesmo tempo que nos novos países americanos, nomeadamente o Brasil, se encetava um processo de crescimento económico e em que começava a escassear a principal fonte de mão-de-obra, os escravos.⁹⁹

Contudo, a emigração dos países cujas estruturas se modificam em função do desenvolvimento do capitalismo industrial não radica nas mesmas razões dos países mediterrânicos, inclusivamente Portugal, que se encontram atrasados em relação ao crescimento industrial e onde as estruturas de Antigo Regime teimam em permanecer. Assim, enquanto a emigração dos países industrializados constituía uma resposta à diminuição do desemprego e da pobreza, nos países mediterrânicos, aquém do desenvolvimento industrial, portanto, a emigração decorre do processo de desagregação da sociedade de antigo regime, do fraco desenvolvimento do capitalismo e da dependência externa. Ademais, a emigração da Europa mediterrânica, em que se integra a portuguesa, não se constituiu como um fator equilibrador do crescimento industrial, tendo contribuído antes para acentuar o subdesenvolvimento económico e social e a dependência externa, bem como ameaçando o crescimento demográfico.¹⁰⁰

Joel Serrão fez notar muito bem as diferenças e a peculiaridade da emigração entre os países da Europa de além-Pirinéus e os da Europa mediterrânica onde o processo de desenvolvimento industrial foi determinante no movimento das populações, quer no respeitante a migrações internas, quer na saída rumo aos países de além-mar. Se nos países europeus pioneiros no industrialismo a modificação das suas estruturas não se fez tão rapidamente, de modo a absorver o excesso de mão-de-obra decorrente não só do crescimento demográfico mas também do aumento da produtividade agrícola, o que implicou que as populações se movimentassem internamente na direção das cidades e para fora da Europa, nos países mais atrasados relativamente ao processo industrial, as suas populações compelidas entre o crescimento demográfico, que também se verificava, e a manutenção de estruturas de Antigo Regime eram atraídas pelas condições existentes no mercado de trabalho de outros países, nomeadamente os

⁹⁸ Id. *Ibidem*, p. 183-184.

⁹⁹ Miriam Halpern PEREIRA, *A Política Portuguesa de Emigração 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, p. 10; Joel SERRÃO, *A Emigração Portuguesa – sondagem histórica*, 4ªed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982, p. 111.

¹⁰⁰ Miriam Halpern PEREIRA, *ob. cit.*, p.12.

países americanos.¹⁰¹ Ou seja, no que concerne à emigração dos diferentes países europeus, se os problemas individuais eram semelhantes, as razões nacionais que os expulsavam não eram as mesmas pois, “os ritmos de transformação dos seus países eram diversos de acordo com condicionalismos históricos por vezes remotos de séculos”, pelo que, “princípios-se-á a entender o condicionalismo específico da emigração portuguesa, a partir do momento em que se admita que ela não entronca nos mesmos motivos de raiz que obrigavam ao expatriamento de ingleses ou de alemães, na segunda metade do século passado.”¹⁰²

No contexto internacional das transferências de capitais portugueses e de outros países europeus, principalmente britânicos, para o Brasil, Sacuntala de Miranda, na linha de Brinley Thomas, procurou relacionar a emigração portuguesa para o Brasil nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX com os ciclos de investimento.¹⁰³ A autora concluiu que de 1872 em diante havia uma relação clara entre os picos da emigração portuguesa para o Brasil e os fluxos mais volumosos de capitais britânicos para a América do Sul, relação essa observável pela representação gráfica desses dados que lhe sugeriam que um ciclo de investimento arrastava fluxos de mão-de-obra europeia, nomeadamente portuguesa.¹⁰⁴

Assim, e no contexto do desenvolvimento do capitalismo oitocentista, as transferências de capital da Europa para o continente americano e as vagas de emigração decorrem paralelamente, sendo que a emigração portuguesa de 1870 a 1914 integra-se no contexto mundial crescentemente marcado pela internacionalização do capital e do trabalho. Mais ainda, a emigração europeia na segunda metade do século XIX, principalmente a partir do último quartel do século, está ligada ao processo de decadência do sistema de produção escravocrata e a uma economia marcada pela expansão da cultura do café, ao mesmo tempo que se processa o desenvolvimento de infraestruturas, indispensáveis para o crescimento de uma economia de exportação dependente de capital estrangeiro, essencialmente britânico.¹⁰⁵

Contudo, para além das variáveis de carácter económico que se faziam sentir quer nos países de origem dos emigrantes, quer nos países de destino, importa considerar, na linha de pensamento de Tapinos,¹⁰⁶ outros aspetos importantes para a decisão de emigrar referentes à informação detida pelos

¹⁰¹ Joel SERRÃO, ob. cit., p. 111-113.

¹⁰² Idem, ibidem, p. 113.

¹⁰³ Sacuntala de MIRANDA, Emigração e Fluxos de Capital, 1870-1914, *Emigração Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos. XIX-XX)*, Fragmentos, 1993, p.47-62.

¹⁰⁴ Idem, ibidem, p. 48-49.

¹⁰⁵ Idem, ibidem, p. 54-58.

¹⁰⁶ Veja-se supra, p. 41.

potenciais emigrantes e que determinavam, por decisão individual, o momento considerado propício para sair em direção ao Brasil.

Neste âmbito e em relação à emigração portuguesa, Costa Leite analisou a polémica existente no século XIX, muito presente nos meios políticos e na imprensa, sob o ponto de vista da “tese da propaganda” e, por oposição, a “tese da informação”.¹⁰⁷ Em traços gerais, nas discussões acerca da emigração na Câmara dos Deputados e nas formas de atuação governamental, pretendia-se acentuar e divulgar a ideia de que a emigração que se fazia sentir ficava a dever-se principalmente à propaganda de engajadores que aliciavam os emigrantes com as promessas de enriquecimento fácil e rápido no Brasil, propaganda essa que lograva alcançar os seus objetivos, uma vez que era dirigida a uma massa de população inculta e que, as mais das vezes, ia encontrar no destino uma vida de dificuldades e de indigência. Tanto a ação dos engajadores, como o exemplo de “brasileiros” que nas suas terras exibiam riqueza, crescendo os indivíduos que atraíam ao Brasil alguns dos seus familiares, a todos estes exemplos de solicitação reagiram políticos e governos no sentido de refrear a corrente emigratória, através das leis e outras iniciativas, tal como a tentativa de sensibilização das populações para os perigos que encontrariam em terras brasileiras. Um exemplo que chama a atenção pelo grau de cobertura informativa que teria entre as populações, foi a ordem governamental para que “os párcos lessem na missa dominical listas de emigrantes falecidos, exortando contra a emigração.”¹⁰⁸

¹⁰⁷ Joaquim Costa LEITE, Informação ou Propaganda? Parentes Amigos e Engajadores na Emigração Oitocentista, *Emigração Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos. XIX-XX)*, Fragmentos, 1993, p. 98-107.

¹⁰⁸ Ibidem, p.102.

A Portaria-Circular do Ministério do Reino de 9 de Setembro de 1859, publicada no Diário do Governo n.º213, foi enviada aos Governadores Cívicos dos diferentes distritos a fim de se divulgar os nomes dos portugueses emigrados no Brasil e lá falecidos, “para que seus paes ou parentes tenham a noticia devida d’esse facto e possam pugnar pelos direitos que lhes competirem já em relação ao espolio ou bens que os fallecidos deixassem, já quanto a quaesquer outros que lhes provenham do mesmo facto”, e nesse sentido, mandava-se aos Administradores de Concelho que “das mesmas relações extrahiam listas parciais dos finados que n’ellas houver pertencentes sómente ás freguesias dos seus respectivos concelhos, e as enviem aos Parochos competentes, convidando-os a que as leiam em dois domingos successivos á hora da missa conventual, e as façam depois affixar no logar mais publico da séde do concelho as relações gerais impressas que se lhes remeterem, para geral conhecimento...” Cf. *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1859*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 558. No ano seguinte, a Portaria-Circular do Ministério do Reino de 29 de Agosto, publicada no Diário de Lisboa n.º 197, vinha ordenar de modo semelhante a publicitação dos emigrantes portugueses falecidos no Brasil, mas agora, o seu conteúdo evidenciava uma posição paternalista de modo a desincentivar a ida para a ex-colónia. Depois de enunciar o seu propósito, continua referindo que “É horroroso e lamentavel o quadro que apresenta a lista da mortalidade dos nossos concidadãos emigrados no Brazil, que de dia para dia vae augmentando segundo as noticias que successivamente se recebem; e por isso é da maior necessidade que os povos tenham cabal noticia dos perigos a que vão expor-se deixando os lares pátrios para se transportarem a um paiz ora insalubre, arrastados talvez por idéias de imaginárias prosperidades ou por insidiosas suggestões.” Continua a Portaria frisando que não obstante o direito de cada um dispor de si mesmo, orientando o seu rumo de vida como pretender, alude à ignorância sobre o estado de insalubridade no Brasil pelo que, “assim quer e muito recommenda o mesmo augusto senhor que o sobredito magistrado faça neste sentido as ponderações adequadas ás auctoridades administrativas dos concelhos da sua jurisdição a fim de que ellas as transmitam aos reverendos párcos, e estes as insinuem no animo dos povos para seu conhecimento e desengano; devendo mais particularmente elle governador civil patentear a todos aquelles que lhe solicitarem passaporte para se dirigirem a paizes estrangeiros no ultramar, os riscos

Porém, em contraste com a tese da propaganda, o autor a que nos vimos referindo sublinha a vantagem das pessoas em acumular informação disponível sobre a realidade da emigração a partir das notícias e das remessas monetárias que chegavam, ou a ausência delas, da informação transmitida por retornados e por uma forte e crescente corrente de correspondência que se acentua durante a segunda metade do século entre os dois lados do Atlântico. Portanto, “nem os engajadores nem os críticos da emigração lidavam com gente amorfa num vazio social...Não era necessário ser letrado para ver, ouvir, tomar parte nas conversas e tirar conclusões.”¹⁰⁹

Deste modo, contava mais a evidência da realidade económica e social que tinha essencialmente a ver com as melhores condições salariais oferecidas pelo mercado de trabalho brasileiro pois que, em relação a algumas ocupações profissionais, tais como a de carpinteiro e pedreiro, ou mesmo outras de trabalho não qualificado, o Brasil levava vantagem. Os salários no Rio de Janeiro podiam ser três ou quatro vezes superiores aos salários em Portugal pelo que, a maior capacidade de poupança atraía muitos emigrantes portugueses, mesmo os que se encontravam em idades na casa dos trinta ou quarenta anos, ainda que para tal tivessem de mudar de ocupação profissional.¹¹⁰

Portanto, por oposição à chamada “tese da propaganda”, é a “tese da informação” que melhor permite enquadrar e contextualizar a realidade sociológica da emigração portuguesa oitocentista, tendo de admitir-se ao mesmo tempo os amplos interesses dos engajadores que propagandeavam o miraculoso Brasil, como também a possibilidade real de uma avaliação errada da parte dos emigrantes. Assim, e segundo Costa Leite, “Mais do que os argumentos de engajadores ou críticos da emigração, qualquer

e danos a que vão expor-se...” Cf. *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, Anno de 1860, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, p. 491-492. Os nomes dos portugueses falecidos no Brasil conheciam divulgação na imprensa da época, nomeadamente nos órgãos oficiais como o *Diário do Governo* e o *Diário de Lisboa*. Regra geral, as listas dos indivíduos falecidos no Brasil que eram oficialmente comunicadas às autoridades portuguesas, mostram-se mais completas as provenientes do Estado do Rio de Janeiro quanto à identificação dos indivíduos, à sua filiação, idade, profissão e causa da morte, do que as provenientes de outros Estados, que praticamente apenas referem o nome dos indivíduos.

No que concerne ao período cronológico do âmbito deste trabalho e ao espaço do território da província de Trás-os-Montes, apurou-se o nome de alguns indivíduos falecidos no Estado do Rio de Janeiro, uns melhor identificados que outros.

Outras relações de falecidos comunicadas pela autoridade consular do Rio de Janeiro, mas relativas a várias cidades de outros Estados do Brasil raramente referem a naturalidade dos indivíduos, o mesmo acontecendo com os cônsules de Portugal noutras cidades, nomeadamente do Pará. Cf. *Diário de Lisboa*, n°207 de 14-09-1861, p.2553-2554; Idem, n°212 de 20-09-1861, p.2597-2599; Idem, n°223 de 3-10-1861, p. 2686-2687. Veja-se quadro n° 7 do Apêndice.

¹⁰⁹ Ibidem, p.103-104.

Acerca da correspondência que circulava entre Portugal e o Brasil, trazida pelos paquetes da América do Sul, fora a que era transportada pelos veleiros, Costa Leite mostrou a existência de uma estreita correlação entre os volumes de cartas e postais expedidos e recebidos em Portugal e a imigração portuguesa registada no Brasil entre 1884-1911, verificando-se, portanto, correlações elevadas entre os movimentos de correspondência e a entrada de imigrantes portugueses no Brasil.

¹¹⁰ Joaquim Costa LEITE, O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914), *Fazer a América, A Imigração em Massa para a América Latina*, 2ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p.186-187.

potencial emigrante podia tomar em consideração os conselhos, informações e resultados à sua volta, recorrendo aos parentes e amigos cujas expressões e silêncios ele saberia avaliar.”¹¹¹

Deste modo, avaliemos, na medida do possível, os fatores respeitantes à expulsão e atração das populações de Vila Real que se transpuseram para o Brasil.

2.1. Conjunturas económicas nacionais

A evolução da economia portuguesa durante o período cronológico do presente trabalho, além do atraso que a caracterizava relativamente a alguns países europeus, evidenciou muitas dificuldades quanto ao seu crescimento e consolidação como economia integrada no sistema capitalista. Sumariamente, pode chamar-se a atenção para diversas conjunturas político-económicas que durante a primeira metade dos anos de oitocentos constituíram barreiras ao desenvolvimento, tais como as invasões francesas e o consequente desequilíbrio que implicaram na nossa economia, bem como as inúmeras dificuldades que se seguiram à revolução liberal de 1820, que a breve prazo lançaram o país num confronto entre setores liberais e absolutistas, patentes nos movimentos de contrarrevolução ao vintismo.¹¹² Após 1828, o contexto político-económico nacional agravar-se-á com a restauração do absolutismo miguelista e das guerras liberais. Com a vitória definitiva do liberalismo em 1834, o país debater-se-á ainda com diferentes contextos político-ideológicos de diferente orientação económica, como o setembrismo e o cabralismo, nas suas duas fases, até à estabilização política da Regeneração, pretendida e aceite de forma geral

¹¹¹ Idem, Informação ou Propaganda? Parentes Amigos e Engajadores na Emigração Oitocentista, *Emigração Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos. XIX-XX)*, Fragmentos, 1993, p.105.

¹¹² A economia portuguesa de finais do século XVIII registou um progresso do comércio externo, cujo crescimento atingiu o quádruplo entre 1789 e 1806, tendo para isso que se salientar a expansão industrial ocorrida por volta de 1770, a importância comercial dos produtos coloniais brasileiros e a subida das exportações metropolitanas de produtos agrícolas, o que permite falar-se de prosperidade comercial com o estrangeiro, porquanto a respetiva balança regista saldos positivos em 1786, 1798, 1800, e mesmo de 1800 a 1810. Para este quadro deve ter-se em consideração a situação internacional, nomeadamente a neutralidade portuguesa no quadro da política internacional. No entanto, revelando prosperidade, mas não desenvolvimento, uma vez que não estamos perante um equilíbrio dos diversos setores de atividade, a economia portuguesa assenta em bases frágeis. Cf. Albert SILBERT, *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, 3ªed., Livros Horizonte, 1981, p. 43-44. Também Borges de Macedo acentua a grande prosperidade que se vive em Portugal em finais de setecentos, favorecida pelas guerras napoleónicas que fizeram crescer o comércio externo português, uma vez que se tornou num importante abastecedor da França em produtos coloniais. As invasões francesas e todas as consequências que delas derivaram, como a partida real para o Brasil e a abertura dos seus portos ao comércio internacional, implicaram a baixa dos produtos coloniais, o que, no entanto, acabou por ter efeitos atenuados devido ao aumento da venda de produtos metropolitanos primários. Cf. Borges de MACEDO, *Comércio Externo*, *DHP*, vol. II, p. 118. Considerando a situação económica portuguesa de finais do século XVIII e dos prejuízos que sobre ela tiveram as invasões francesas, Villaverde Cabral aventa que “a economia portuguesa se encontraria em finais de Setecentos, em situação relativamente favorável para encarar a sua entrada na era industrial”, ou de outra forma, que “a posição relativa de Portugal na divisão internacional de trabalho e dos mercados se degradou pronunciadamente durante as guerras napoleónicas.” De modo que decorre das invasões francesas a imposição ao regente português dos tratados de comércio que levariam a Inglaterra a dominar o mercado brasileiro em 1808 e mais tarde o mercado nacional, em 1810, acrescendo a tudo isto que a ocupação francesa arruinou as forças produtivas nacionais, assim como obrigou à expatriação de capitais pela ausência forçada da Corte no Brasil. Cf. Manuel Villaverde CABRAL, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*, 3ª ed., Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, p. 58-59.

pelas diversas forças políticas, com vista a proporcionar o almejado desenvolvimento económico que se iniciou com a política de circulação do fontismo.

A situação económica nacional da primeira metade do século XIX está patente na evolução dos preços em movimento de longa duração que foram estudados por David Justino. Assim, segundo este autor, os preços evidenciam clara tendência para a baixa desde 1811 até meados do século, sendo o ano de 1845 aquele em que se verifica o valor mais baixo do índice dos preços para todo o século. Mais ainda, não se verifica tendência altista até 1852 e o ano de 1849 pode considerar-se no limite do movimento descendente iniciado em 1811. A segunda metade do século evidencia tendência inversa, com alta muito pronunciada até 1856, estabilizando depois até 1867.¹¹³

Aparte algumas especificidades de comportamento relativamente a alguns produtos, a tendência de baixa dos preços característica da primeira metade do século abrange bens essenciais tais como os cereais (trigo, milho, centeio), azeite e vinho, tendência essa que pode tomar-se como indicativa da situação de dificuldades e estagnação do setor agrícola. Ainda segundo o pensamento de David Justino, a tendência altista característica da segunda metade do século terá correspondido a um aumento da procura pela alteração e diversificação dos padrões de consumo, não acompanhada, no entanto, pela oferta, o que revela a incapacidade de resposta do setor agrícola. Assim, a inexistência de um trend secular de baixa ter-se-á devido ao demasiado peso das atividades do setor primário em Portugal e à incapacidade do setor agrícola em atingir níveis de produtividade crescentes que, caso se verificasse, conduziria ao embaratecimento dos produtos, como nos ensina a história dos preços.¹¹⁴

Relativamente aos preços agrícolas no mercado de Vila Real, entre os anos de 1856 e 1862, englobando o trigo, o milho, o centeio, o vinho e o azeite, verifica-se que a tendência para a alta, ainda que pouco acentuada, é perceptível a partir de 1858,¹¹⁵ tendo de presumir-se que durante a primeira metade do século terão revelado tendência de baixa idêntica ao conjunto nacional.

A economia do distrito de Vila Real era quase exclusivamente agrícola, contando com outras atividades do setor primário tais como a silvicultura e a pecuária. Agricultura tradicional quanto a técnicas e processos, de produtividade dependente da extensão do solo cultivado, a paisagem agrária, semelhante à atual, estava marcada pela dominância da cultura vitivinícola no sul do distrito, enquanto no norte e

¹¹³ David JUSTINO, *A Formação do Espaço Económico Nacional – Portugal 1810-1914*, vol. II, col. Documenta Histórica, Lisboa, Vega, s.d., p.17-19.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 41-43.

Acerca do comportamento dos preços e da sua importância para ilustrar diversas facetas da vida económica e social, pode ver-se sucintamente, Armando de CASTRO, *Preços na época contemporânea, DHP* (dir. de Joel SERRÃO), vol. VI, Porto, Figueirinhas, s.d., p.517.

¹¹⁵ Cf. médias anuais dos preços do trigo, milho, centeio, azeite e vinho, entre 1856 e 1862, nos vários mercados nacionais em David JUSTINO, *ob. cit.*, p. 317-326.

centro a produção se ligava à pecuária, à cultura da batata e dos cereais.¹¹⁶ Relembre-se que, dependendo das condições de clima, orografia e características dos solos, a distribuição e concentração das culturas agrícolas no espaço administrativo respeitante ao distrito de Vila Real faz-se distinguindo, a sul, a região do Alto Douro e, a norte, o conjunto de territórios correspondentes ao Alto Trás-os-Montes.

O setor secundário tinha pouco peso na economia do distrito. As poucas e incipientes “indústrias” existentes até meados do século XIX não passavam de instalações oficinais com pouca concentração de mão de obra e muitas delas de trabalho temporário, ligadas à destilação de aguardente e vinhos, ferrarias, serrações, manufaturas de curtumes, chapéus e velas, extração de cal, e apenas uma de fabrico de telha. O inquérito industrial de 1845-1846 contabilizava para o distrito 65 fábricas em 9 concelhos onde trabalhavam 166 operários, que juntamente com os 18 proprietários totalizavam 184 pessoas. Até 1860, não existia no distrito nenhuma máquina a vapor em funcionamento, o que é sintomático do fraco desenvolvimento industrial.¹¹⁷ Pelo inquérito industrial de 1852, sabemos que no distrito apenas um estabelecimento industrial ligado à produção de fósforos no Peso da Régua tinha mais de 10 operários, e outros três estabelecimentos com 10 operários situavam-se dois no concelho de Alijó e um em Vila Real.¹¹⁸

A indústria têxtil do linho, lã e seda estava dispersa pelo distrito e assumia um carácter doméstico, artesanal e rural, a maior parte das vezes como atividade complementar das atividades agropecuárias, como sublinha Fernando de Sousa.¹¹⁹ A lã, como matéria-prima, era quase toda vendida, destacando-se a indústria de chapelaria de Braga como grande consumidora das lãs transmontanas, já que a sua transformação no distrito de Vila Real se verificava predominantemente na região do Barroso.¹²⁰

As dificuldades económicas e consequentes dificuldades sociais constituem-se como fatores repulsivos responsáveis pela emigração. Ao analisar a evolução dos preços, bem como dos salários dos jornaleiros no Porto desde o último terço do século XVIII até à segunda década do século XIX, Vitorino Magalhães Godinho observa que esse salário aumentou por patamares até 1819, começando nesta data a baixar. Situando-se no valor de 80 réis no período de 1768-1780 e em 400 réis em 1813-1819, tendo em conta que a evolução dos preços dos géneros registou uma subida menor, verificou-se uma melhoria do poder de compra do salário do trabalhador agrícola na região do Porto. Essa melhoria começou a inverter-se a partir de 1819 de modo que de 1823 a 1831 situa-se em metade do máximo atingido, cai

¹¹⁶ Fernando de SOUSA, ob. cit., p. 27-29.

¹¹⁷ Ibidem, p. 38.

¹¹⁸ Ibidem, p. 38; David JUSTINO, ob. cit., vol.1, p. 83.

¹¹⁹ Fernando de SOUSA, ob. cit., p. 40.

¹²⁰ Ibidem, p. 41; David JUSTINO, ob. cit., vol.1, p. 108-109.

para 160 réis em 1828, enquanto os preços dos bens descem menos.¹²¹ Conjugadamente, não podem ignorar-se algumas crises cíclicas ocorridas na primeira metade do século XIX que tiveram reflexos em Portugal.¹²²

Embora diga respeito apenas à região do Porto, a situação descrita deve ter-se verificado em várias regiões do país, nomeadamente em Trás-os-Montes e, portanto, também no distrito de Vila Real, tendo contribuído para alguma emigração que, como se viu, foi relativamente escassa durante a primeira metade do século.¹²³

Começando a emigração a ser mais expressiva a partir do início da segunda metade do século, particularmente após 1855, vejamos alguns aspetos de conjuntura que possibilitam explicá-la.

2.1.1. Crises agrícolas

O conhecimento do panorama agrícola em Portugal nas primeiras décadas do século XIX coloca algumas dificuldades de modo que algum conhecimento que possamos ter sobre a evolução do setor agrícola faz-se por interpretação de fontes qualitativas e da sua relação com os movimentos de importação e exportação de produtos agrícolas.¹²⁴ Ainda assim, é possível, com base na observação do movimento dos preços, distinguir os períodos de abundância ou escassez e consequentes dificuldades.

¹²¹ Vitorino Magalhães GODINHO, *Preços e Conjuntura do século XV ao XIX, DHP*, vol. VI, Porto, Figueirinhas, s.d. p. 514-515. O autor realça ainda que a baixa dos salários verificada a partir de 1819, piorando as condições de vida, pode contribuir para explicar a atitude das massas rurais nas lutas entre liberalismo e miguelismo.

¹²² Saliente-se as seguintes: crise de 1808 em França, que apesar de ter tido efeitos ligeiros sobre o país, combinou-se com as dificuldades provocadas pelas invasões francesas visíveis na quebra das exportações para as colónias, descida dos preços agrícolas, desorganização da agricultura e regressão demográfica; crise de sobreprodução em 1818 com reflexos em Portugal ao nível da redução da emissão monetária, desvalorização cambial do cruzado em Amesterdão e queda dos preços agrícolas, sobretudo no Porto; crise de 1825, sobretudo em Inglaterra, e que em Portugal criou dificuldades bancárias em 1827 e descida dos preços entre 1825 e 1826; depressão cíclica de 1836-37 sentida nas dificuldades bancárias e descida de preços; crise financeira de 1846 em Portugal cujos efeitos se ligam à crise de sobreprodução que começa a sentir-se em alguns países europeus no ano seguinte e com quem Portugal tinha relações económicas. Cf. Armando de CASTRO, *Crises Económicas e Financeiras*, in *DHP*, vol. II, Porto, Figueirinhas, s.d. p. 230-232.

¹²³ Sendo a emigração de Vila Real escassa durante a primeira metade do século, tenha-se em conta que muitos naturais do distrito o fizeram documentadamente desde 1836 a partir do Porto. Veja-se supra, p.39.

Sobre a relação entre o nível dos preços e o volume emigratório, Henrique Rodrigues observou para Viana do Castelo que o surto de emigrantes acompanha a linha evolutiva descendente dos preços. Assim, em 1837, quando se verifica uma descida dos preços nos mercados de Viana e Ponte de Lima, assiste-se à primeira vaga de emigrantes para o Brasil, enquanto que, perante a subida do custo dos cereais em 1838 as saídas de emigrantes diminuem. No ano seguinte, se por um lado a saída de emigrantes é reposta a nível moderado, e por outro os preços evidenciam uma ligeira cava, o paralelismo entre a curva dos preços dos cereais, como o milho e centeio, e a curva da emigração torna-se mais evidente em 1842. Apesar de a partir de 1843 se verificar uma quebra do valor de todos os cereais, e de no triénio de 1845 a 1848 o volume de saídas para o Brasil ser muito reduzido, parecendo contrariar a associação das curvas descendentes de preços e da curva ascendente da emigração, o autor sublinha que nesse triénio se registam ausências para Gibraltar. Cf. Henrique RODRIGUES, *Emigração e Alfabetização – O Alto Minho e a Miragem do Brasil*, Viana do Castelo, 1995, p. 50-52.

¹²⁴ Conceição Andrade MARTINS, "A Agricultura", *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. II, O Século XIX (org. Pedro LAINS; Álvaro Ferreira da SILVA), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005, p. 221.

Segundo David Justino,¹²⁵ o início do século ficou marcado pela crise de 1817, tendo-se registado uma subida dos preços que veio interromper a tendência de baixa que se verificou entre 1811 e 1820-21.

Ao analisar as crises económicas dos anos 30/40, o mesmo autor destaca a alta dos preços nos finais da Guerra Civil, mais notória no sul do país, expressão da má colheita de 1834 cuja razão principal terá sido a seca. Assim, regista-se a subida do preço do milho no Porto nos últimos meses desse ano, num movimento que culmina em junho de 1836. Ao mesmo tempo, contrastando com os preços dos cereais, os preços do vinho mantêm-se em níveis muito baixos. Em 1835, no norte do país e especialmente no Porto, a escassez da colheita de milho vai impulsionar os preços para a alta com correspondência ao que se passa com o centeio em Mirandela. Este ano de 1835, iniciado com más colheitas, vai ter graves consequências, pois no norte do país a escassez e a carestia são comuns.¹²⁶ Segundo Silbert,¹²⁷ esta situação conjuntural de dificuldades agrícolas explica os incidentes do Porto de 1836. O segundo semestre desse ano retomará a descida dos preços cujos valores se situam a níveis idênticos aos verificados nos primeiros meses de 1834, porquanto de 1837 a 1839 os preços dos cereais e do azeite vão manter-se a níveis muito baixos, suscitando agora a preocupação daqueles que se encontravam ligados ao setor da comercialização.¹²⁸

E se os primeiros anos da década de 40 vão ser marcados por nova subida dos preços dos cereais e do azeite, que em 1840 e 1843 evidenciam alguns picos isolados, principalmente no norte do país, esse movimento é apenas pontual pois que, paralelamente aos valores do vinho que vinham a descer estabilizando até finais da década, também os cereais e o azeite, fruto das boas colheitas no ano de 1843, registarão nos dois anos seguintes os mais baixos preços de todo o século. Decorrente desta situação emerge novamente o espectro da estagnação expresso em testemunhos de muitas autoridades, nomeadamente o governador civil de Vila Real, que se queixam da entrada ilegal de cereais no reino, assacando-lhe a responsabilidade pela depreciação geral.¹²⁹

A conjuntura agrícola que precede os anos de 1846 é fundamental para se compreender as motivações dos diversos grupos sociais e dos momentos da Maria da Fonte. Com efeito, entre 1845 e 1846 uma alta dos preços do trigo e do azeite no mercado de Lisboa e do milho no Porto refletia as más colheitas que juntamente com os novos impostos e as *Leis da Saúde* fez estalar a revolução popular da

¹²⁵ David JUSTINO, ob. cit., p. 50.

¹²⁶ Ibidem, p. 63-65.

¹²⁷ Albert SILBERT, ob. cit., p. 185-186.

¹²⁸ David JUSTINO, ob. cit. p. 66.

¹²⁹ Ibidem, p. 68.

Maria da Fonte que levaria à queda de Costa Cabral.¹³⁰ As convulsões sociais iniciadas no Minho acabariam por alastrar a toda a província transmontana onde a par dos movimentos revoltosos de populares tiveram lugar movimentações militares.¹³¹

Entrados na década de 1850, os anos correspondentes à primeira metade são de crise acentuada, o que levou David Justino a considerar que o “período compreendido entre 1853 e 1858 terá sido dos mais funestos para a economia portuguesa.”¹³² E continuando na linha de pensamento do mesmo autor, se para as décadas de 30 e 40 as dificuldades decorriam da instabilidade dos preços, quer para a alta quer para a baixa, refletindo o movimento da produção, a primeira metade da década de 1850 fica marcada pela “convergência de factores adversos de que sobressai a prolongada crise da vinicultura com todos os efeitos que teve sobre uma variedade de sectores que andam associados à sua evolução...”¹³³

Para o distrito de Vila Real, Fernando de Sousa¹³⁴ mostrou os efeitos decorrentes dos maus anos agrícolas entre 1852 e 1855, em que a escassez das colheitas desencadeou uma subida acentuada dos preços de bens de primeira necessidade. Assim, com referência aos concelhos que eram também mercados reguladores dos preços naquele distrito (Peso da Régua, Vila Real, Chaves), e tomando em conta os preços médios anuais a partir dos preços mensais, a percentagem de aumento dos preços de alguns produtos atingiu os valores que se resumem no quadro a seguir.

Quadro 3.2: Aumento dos preços de alguns produtos em três mercados do distrito de Vila Real (%)

Produtos	Mercados		
	Peso da Régua	Vila Real	Chaves
Centeio	67%	95%	189%
Milho	61%	82%	112%
Trigo	61%	57%	20%
Batata	21%	60%	106%

Fonte: Fernando de SOUSA, “População e economia do distrito de Vila Real em meados do século XIX”, *Estudos Transmontanos*, n.º 1, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, Vila Real, 1983, p. 26-27.

¹³⁰ Manuel Villaverde CABRAL, ob. cit., p. 134-142.

¹³¹ Veja-se sobre este assunto José Viriato CAPELA, *A Revolução do Minho de 1846 segundo os Relatórios de Silva Cabral e Terena José*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.

¹³² Ibidem, p. 78.

¹³³ Ibidem, p. 78.

¹³⁴ Fernando de SOUSA, ob. cit., p. 26-27.

Segundo o mesmo autor, esta carestia que coincidiu com o aparecimento da cólera, levou-o a considerar que se “está perante uma violenta crise de subsistências de tipo Antigo Regime, a preceder e a acompanhar a invasão da cólera no distrito.”¹³⁵

Mas no conjunto das dificuldades agrícolas nacionais relevam as crises vinícolas que ocorreram mais gravemente na segunda metade do século, com prejuízos significativos na economia, destacando-se no conjunto desta produção a região do Alto Douro, produtora do vinho do Porto, produto de forte mercantilização e de maior importância em termos de valor na economia portuguesa.¹³⁶ Vejamo-las.

2.1.1.1. Crises vinícolas

Tendo a produção de vinhos do Douro conhecido notório incremento a partir de 1837 verificou-se o aumento da produção bem como a baixa contínua dos preços,¹³⁷ situação que é coincidente com a diminuição das exportações devido à retração do mercado mundial, vindo também a desencadear-se uma crise no setor comercial interno, mais grave ainda do que para o setor exportador.¹³⁸ Quanto à evolução dos preços do vinho, David Justino verificou que até meados do século seguiram tendência idêntica à dos cereais, com descida rápida até 1820 e depois mais moderada até meados do século, fase que só se inverte no sentido da subida por volta de 1848, ou seja, na passagem para a segunda metade do século.¹³⁹

Especificamente quanto ao vinho do Porto, e no que respeita ao mercado externo, são muitas as dificuldades pois as exportações sofrem quebras significativas a partir do final da primeira década do século XIX, devido à quebra da procura inglesa que passou a preferir vinhos mais baratos e mais leves, a que não ficou igualmente alheia a abertura dos portos brasileiros em 1808 que, implicando a diminuição geral do comércio marítimo com Portugal, teve consequências negativas sobre o comércio daqueles vinhos.¹⁴⁰ Pese embora o mercado brasileiro ter sido impulsionador de uma recuperação a partir de 1815, porquanto foi o Brasil responsável pelo aumento das exportações nos anos seguintes até cerca do final da década de 1830, a evolução deste comércio ficou marcada por algumas crises de diferente intensidade.

Com efeito, a primeira dessas crises verificou-se entre 1829-1833 com diminuição dos volumes exportados e das receitas, tendo ficado a dever-se à redução das importações inglesas e brasileiras,

¹³⁵ Ibidem, p. 27.

¹³⁶ David JUSTINO, ob. cit., p. 49.

¹³⁷ Fernando de SOUSA, ob. cit., p. 30.

¹³⁸ Conceição Andrade MARTINS, *Memória do Vinho do Porto*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990, p. 96.

¹³⁹ David JUSTINO, ob. cit., vol. II, p. 28-29.

¹⁴⁰ Conceição Andrade MARTINS, ob. cit., p. 92.

assim como aos problemas internos decorrentes da restauração do absolutismo miguelista, com efeitos diretos sobre a cidade do Porto, pela falta de transportes e insegurança geral. Nova crise de menor intensidade entre 1841-1843, que ocorreu no contexto de uma crise geral da economia europeia, a que se seguiu a mais grave de todas, entre 1857 e 1860, com as exportações a caírem quase para metade, não se tendo verificado tanta intensidade sobre as receitas, uma vez que os preços estavam relativamente elevados desde 1853.¹⁴¹

A entrada na segunda metade do século virá a ser marcada por crise vinícola geral ao nível da produção em quase todo o país, particularmente na região do Alto Douro. Com efeito, entre 1852 e 1858 as vinhas vão ser invadidas pela praga biológica do *oidium tuckeri*. Neste contexto, estimativas globais apontam para uma quebra na produção portuguesa de vinhos da ordem dos 70%.¹⁴² Esta crise ao nível da vinicultura torna-se tanto mais importante quanto os seus efeitos se fazem sentir sobre diversos setores que lhe estão associados. Nesta medida, o vinho que constituía como um produto comercializável importante, mesmo para os pequenos produtores, contribuía igualmente para a fixação das populações devido à exigência de mão-de-obra que requeria durante todo o ano. A crise vinícola lançava, assim, muita gente na inatividade e, conseqüentemente, para a emigração, como refere David Justino.¹⁴³ O mesmo autor, tomando em consideração dados relativos à média anual do arrolamento de pipas de vinho no quinquénio de 1846-1850 e comparando com os valores obtidos para o quinquénio de 1856-1860, verificou que a média deste último período pouco ultrapassa um quarto do valor do período anterior. Mais ainda, se se considerar o biénio de 1856-57, correspondente ao período de mais fraca produção, o valor encontrado não atinge mais de um sexto da produção.¹⁴⁴

O gráfico 3.4, que inclui dados combinados dos valores da produção de vinho na região demarcada do Douro e o volume de passaportes emitidos de 1838 a 1860, permite observar uma relação entre as duas séries (emigração e produção vinícola). A emigração, como já se fez notar, é escassa durante a primeira metade do século, quando as crises vinícolas não haviam ocorrido com a mesma intensidade. Dobrado o meio século, a emigração conhece um incremento crescente que se intensifica para finais da década, acompanhando a drástica diminuição da produção vinícola.

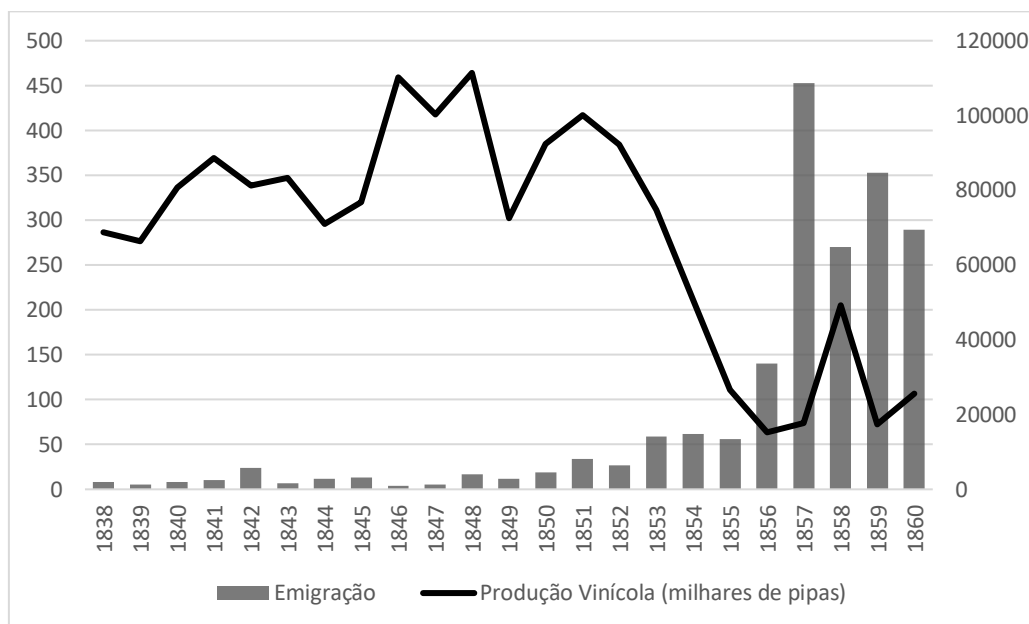
¹⁴¹ Ibidem, p. 95-96.

¹⁴² Cf. *Nova História de Portugal* (dir. Joel SERRÃO e A.H. de Oliveira MARQUES), vol. X, *Portugal e a Regeneração*, Lisboa, Editorial Presença, 2003, p. 78.

¹⁴³ David JUSTINO, ob. cit., p. 78; 144.

¹⁴⁴ Cf. David JUSTINO, ob. cit., p. 76.

Gráfico 3.4: Produção Vinícola na Região Demarcada do Douro e Emigração



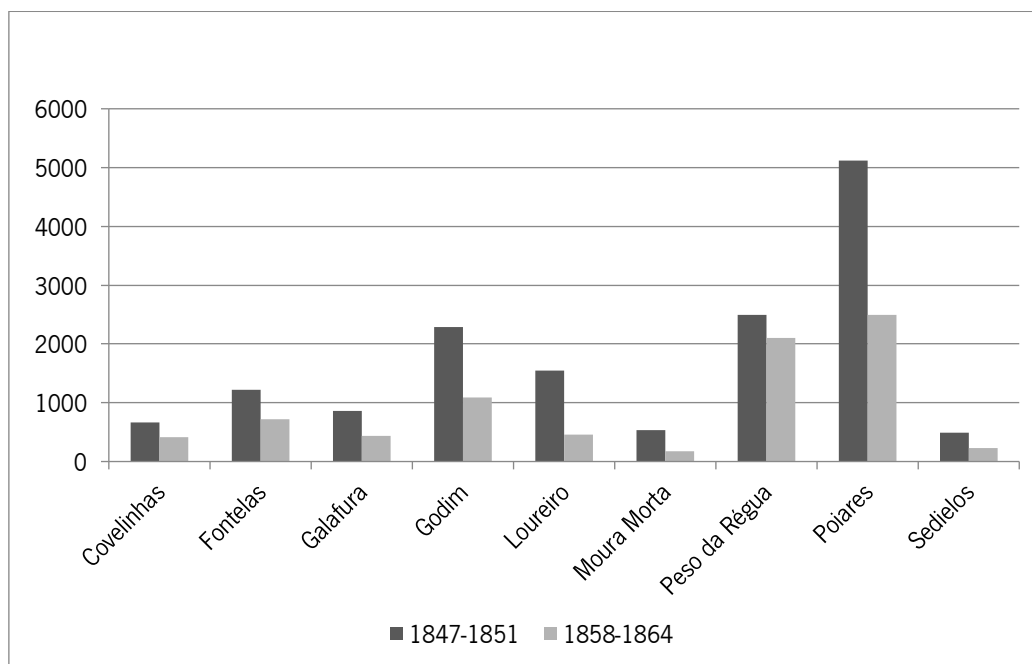
Fontes: ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/2-6 Livros de Registo de Passaportes, 1837-1862; Conceição Andrade MARTINS, *Memória do Vinho do Porto*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990, p. 202.

A grave crise vinícola na região do Douro foi observada por Miriam Halpern Pereira,¹⁴⁵ concretamente no que diz respeito à produção de vinho em algumas freguesias vinhateiras do concelho de Peso da Régua, números esses que se fazem refletir no gráfico 3.5 em dois períodos distintos que permitem avaliar bem a diminuição da produção de vinho. O período entre 1858-1864, comparativamente ao anterior em que ainda não se verificava a existência da praga do oídio, exhibe claramente uma forte quebra da produção nessas freguesias onde os principais recursos provinham da viticultura e que, como pode ver-se, foi bastante drástica nas freguesias de Poiares, Godim e Loureiro, principalmente. Essas dificuldades vitícolas do Douro suscitaram a expansão da plantação de amoreiras com vista à criação do bicho-da-seda por interesse dos viticultores a braços com a crise da produção vinícola, aumentando a produção de seda nos concelhos de Alijó, Murça, Régua e Mesão Frio.¹⁴⁶

¹⁴⁵ Miriam Halpern PEREIRA, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1983, p. 128.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 122.

Gráfico 3.5: Produção de vinho (pipas) em freguesias do concelho de Peso da Régua em 1847-1851 e 1858-1864



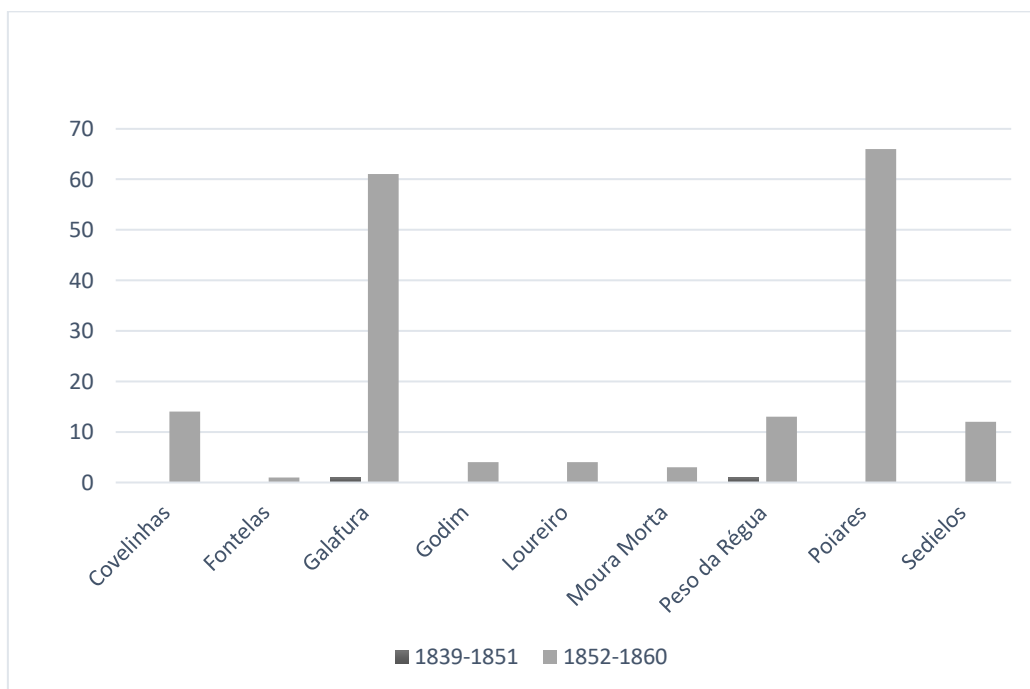
Fonte: Miriam Halpern PEREIRA, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico - Portugal na segunda metade do século XIX*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1983, p. 128.

O aparecimento do oídio em 1852, além de ter provocado a quebra significativa da produção que se revelou mais intensa no Baixo e Cima Corgo, acabou por implicar também alterações ao nível da geografia da produção vinícola com a intensificação da cultura no Douro Superior e, concomitantemente, consequências sociais ligadas à ruína de muitos lavradores que não suportaram as despesas resultantes dos tratamentos químicos da doença, o que, por sua vez, levou à transferência da propriedade para as mãos de comerciantes e capitalistas.¹⁴⁷

Com vista a ilustrar a relação entre as dificuldades surgidas na sequência da eclosão e expansão do oídio no Douro e a emigração em períodos análogos, fez-se um confronto dos dados da produção vinícola (gráfico 3.5) com o número de passaportes emitidos para os indivíduos das freguesias vinhateiras de Peso da Régua (gráfico 3.6). Assim, pode-se concluir que a emissão de passaportes é quase nula até 1851 e regista um grande crescimento do ano de 1857 em diante, mais notório nas freguesias de Poiares e Galafura, refletindo, portanto, as dificuldades vinícolas apontadas.

¹⁴⁷ Carla SEQUEIRA, *O Alto-Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo. A "questão duriense" na economia nacional*, Porto, CITCEM/Afrontamento, 2011, p. 31.

Gráfico 3.6: Emigração em freguesias do concelho de Peso da Régua em 1839-1851 e 1852-1860



Evidentemente, o contexto de dificuldades agrícolas, em particular na viticultura, funcionou como condição repulsiva, tendo tido papel determinante na emigração, pois a quebra da produção vinícola provocada pelo oídio que se acentua a partir de 1853 suscitou lamentosos escritos descritivos da desolação vivida no Douro.¹⁴⁸ Segundo David Justino, as crises vinícolas, como fator conjuntural, associaram-se a uma tendência estrutural, a emigração, podendo concluir-se, “que a evolução conjuntural da emigração portuguesa durante a segunda metade do século XIX é, antes de mais, condicionada por problemas regionais, em especial na região Norte, e claramente ampliada pela evolução do sector agrícola, em especial o seu ramo vinícola.”¹⁴⁹

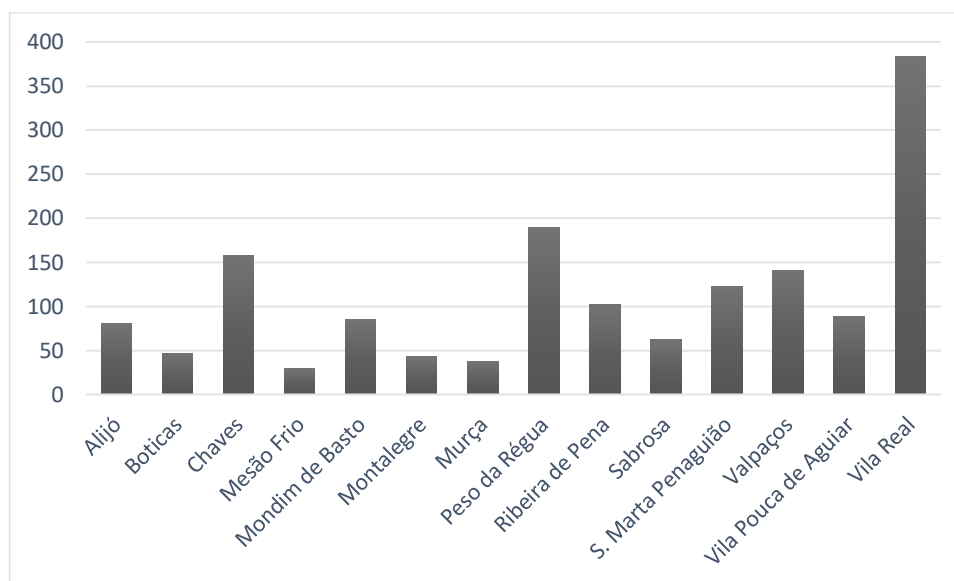
Particularmente acentuada a partir de 1855-56, a emigração vilarealense não deixa de refletir essas dificuldades, atingindo quantitativos máximos em 1857 e mantendo valores relativamente elevados nos três anos seguintes. Tendo em conta a distribuição dos passaportes por concelhos de 1855 até 1860 (gráfico 3.7), além dos máximos atingidos no concelho de Vila Real, em que algumas das suas freguesias situadas na parte sul têm uma ligação direta com a região do Douro, podem observar-se quantitativos significativos noutros concelhos cuja economia assentava essencialmente na vitivinicultura, como Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião. Com valores igualmente importantes no que à emigração diz

¹⁴⁸ Veja-se a este propósito, as citações constantes em David JUSTINO, ob. cit., 74-75.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 145.

respeito, Chaves e Valpaços, no Alto Trás-os-Montes, são concelhos onde a cultura da vinha assumia também uma importância a ter em conta.¹⁵⁰

Gráfico 3.7: Emigração por concelho de naturalidade e/ou residência – Titulares e Acompanhantes (1855-1860)



2.2. Conjunturas brasileiras

Além dos fatores repulsivos, a decisão de emigrar dependia igualmente, ou ainda mais, dos fatores de atração, que no respeitante ao Brasil foram determinantes para alimentar o fluxo humano que emigrou em direção à ex-colônia portuguesa da América do Sul. Vários autores¹⁵¹ sublinharam como fator fundamental a política de imigração brasileira que, com algumas variantes e adaptações conjunturais, pretendeu atrair emigrantes europeus como solução para as dificuldades de mão-de-obra criadas pela limitação e fim do tráfico negreiro, ao mesmo tempo que se efetivava a expansão económica brasileira.

Em traços gerais, o crescimento económico do Brasil verificar-se-á de forma mais acentuada a partir da segunda metade do século XIX, após um período de estagnação ou mesmo decadência desde o último quartel do século XVIII. Em todo o caso, o crescimento económico será feito com base na

¹⁵⁰ Tomando em conta as observações de Vergílio Taborda, a vinha adapta-se por toda a parte excluindo os planaltos da região de Chaves, da Padrela e do Alvão e quase todo o Alto Barroso. A variedade de condições climáticas, altitude e exposição, contribui para uma rica variedade de vinhos, não existente noutras regiões portuguesas. Duas regiões onde a vinha ocupa lugar de relevo são Valpaços e a ribeira da Oura, esta última o maior centro vitícola da região transmontana do Norte. Dos concelhos do Alto Trás-os-Montes o maior produtor é Chaves, devido sobretudo à ribeira da Oura. Cf. Vergílio TABORDA, ob. cit., p. 85-87.

¹⁵¹ Entre eles, Miriam Halpern PEREIRA, *A Política Portuguesa de Emigração 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, p. 15-21. Joel SERRÃO, ob. cit., p. 49, 110-111; Idem, *A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do Século XIX* (esboço de problematização), *Temas Oitocentistas I*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 166-167; 171-173; Idem, *Brasil-Portugal, 1826/1889, História Geral da Civilização Brasileira* (dir. Sérgio Buarque de Holanda), tomo II – O Brasil Monárquico, 4º vol., Declínio e Queda do Império, 4ª ed., São Paulo, Difel, 1985, p. 210-211. Cecília Maria WESTPHALEN, Altiva Pilatti BALHANA, *Política e legislação imigratórias brasileiras e a imigração portuguesa, Emigração Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos. XIX-XX)*, Fragmentos, 1993, p.17-27.

expansão agrícola e da sua integração nos circuitos do comércio internacional, já que a revolução industrial, com tudo o que ela implica relativamente à expansão capitalista, pouco se fazia sentir nos inícios do século XIX. Algumas visões analíticas do problema ligado à industrialização do Brasil não a admitem até à década de setenta, considerando que apenas se verificaram algumas tentativas que problemas de ordem interna e externa fizeram malograr. Neste contexto, aponta-se que a ausência de industrialização se devera à estrutura política e social de Antigo Regime onde os interesses mercantis estavam fortemente implantados e, portanto, as poucas fábricas existentes nas décadas de 1840 a 1870 só se mantiveram devido a privilégios de exploração e apoios governamentais diversos no quadro de um mercantilismo tardio.¹⁵²

A economia agrícola brasileira a partir dos inícios de oitocentos fica marcada pela crise das culturas tradicionais do açúcar, bem como do algodão. Quanto ao açúcar, podemos apontar dificuldades devidas a fatores de concorrência tais como a produção europeia de açúcar de beterraba, ou o abastecimento do mercado britânico pelas colónias das Antilhas, a que acresce a diminuição das importações dos EUA, que havia incrementado a sua produção na Louisiana, e o aparecimento de um novo fornecedor como Cuba. Já no que respeita ao algodão, que constituía o segundo produto das exportações brasileiras, encontrava-se em pior situação face à produção em grande escala por parte dos EUA, provocando uma acentuada baixa dos preços, de modo que, tendo esta cultura representado muita importância em algumas regiões do Brasil, nomeadamente o Maranhão, passou a constituir-se como complemento de uma economia de subsistência entre essas populações.¹⁵³ Assiste-se portanto, a um deslocamento da primazia económica das antigas regiões agrícolas do norte, para a afirmação progressiva ainda durante a primeira metade do século XIX, de regiões do centro-sul como o Rio de Janeiro, as zonas limítrofes de Minas Gerais e São Paulo, a que corresponde, como já se referiu, a decadência de culturas tradicionais em favor da expansão de uma cultura que tendo ainda pouca importância nos inícios de oitocentos se irá afirmar rapidamente no conjunto da economia brasileira.¹⁵⁴

Com efeito, uma nova cultura em expansão, o café, começa a mostrar algum peso após cerca de dez anos da independência, porquanto representa cerca de 18% das exportações do Brasil e assume o terceiro lugar a seguir ao açúcar e ao algodão. Apesar da baixa dos preços provocada pela expansão da cultura cafeeira noutras partes da América e da Ásia, nem por isso a produção brasileira se desencorajou,

¹⁵² Para uma visão de conjunto sobre a questão industrial do Brasil no século XIX, veja-se Nícia Vilela LUZ, *As tentativas de industrialização no Brasil*, in *História Geral da Civilização Brasileira* (dir. Sérgio Buarque de Holanda), tomo II – O Brasil Monárquico, 4^o vol., Declínio e Queda do Império, 4^a ed., São Paulo, Difel, 1985, p. 28-41.

¹⁵³ Celso FURTADO, *Formação Económica do Brasil*, 10^a ed., São Paulo, Editora Nacional, 1970, p. 112-113.

¹⁵⁴ Caio Prado JÚNIOR, *História Económica do Brasil*, 2^a ed., vol. II, São Paulo, Editora Brasiliense Ltda., 1949, p. 167.

de modo que entre o período de 1821-30 e 1841-50 as exportações quintuplicaram, tendo passado a ocupar o primeiro lugar com peso superior a 40% no conjunto das exportações brasileiras.¹⁵⁵

A cultura cafeeira, cuja produção se concentrou na região montanhosa próxima do Rio de Janeiro, beneficiou de alguma disponibilidade de mão-de-obra subutilizada decorrente da desagregação da economia mineira, e apresentava vantagens relativamente à economia açucareira quanto a aspetos relativos ao menor grau de capitalização e custos monetários menores relativamente à mão-de-obra, tendo por isso constituído um setor que levou o Brasil a reintegrar-se nas correntes do comércio mundial. Após a fase de gestação, a economia do café criou condições para autofinanciar a sua expansão.¹⁵⁶ Ao mesmo tempo, a expansão da cultura do café implicou entre os seus produtores uma maior consciência dos seus interesses, acabando por os distinguir dos restantes produtores açucareiros, distinção essa sintetizada na diferença entre o fazendeiro e o empresário.¹⁵⁷

O crescimento da cafeicultura e a sua mercantilização ligada ao mercado externo funcionaram como fator estimulante de outros setores da economia já que, dos capitais gerados, uma parte deles representou poder aquisitivo de parte da sociedade brasileira, com ênfase para a população urbana, ao mesmo tempo que por via do aumento e diversificação do consumo, outra parte desses capitais foram investidos em outras atividades económicas, artesanais ou fabris, correspondendo esses investimentos a uma estratégia de garantia dos capitais em face das flutuações da economia cafeeira.¹⁵⁸

Perante o crescimento económico, por um lado, e o incipiente crescimento demográfico, por outro, a que virá a juntar-se desde inícios do século XIX o espectro do fim do abastecimento de escravos, o Brasil vai debater-se com o problema da disponibilidade de mão-de-obra, de que tanto necessitava, e que virá a ditar a adoção de políticas de imigração.

Relativamente à mão-de-obra escrava, sustentáculo indispensável da economia brasileira, nomeadamente a defesa de ideias contra a escravatura que começam a difundir-se no contexto da ideologia liberal, tem de considerar-se que o Brasil não estava em condições de as defender e aplicar devido à dependência da economia e da sociedade quanto a esse tipo de força de trabalho. De modo que, até à Lei Áurea de 1888, que terminou definitivamente com a escravatura, o processo abolicionista vai atravessar várias fases marcadas por avanços e recuos, processo esse que se inicia pelas tentativas de supressão do tráfico africano por pressão da Inglaterra.

¹⁵⁵ Celso FURTADO, ob. cit., p. 113-114.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 116.

¹⁵⁷ *História Geral da Civilização Brasileira* (dir. Sérgio Buarque de Holanda), tomo II – O Brasil Monárquico, 4º vol., Declínio e Queda do Império, 4ª ed., São Paulo, Difel, 1985, p. 307.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 311.

Remontando o interesse inglês na supressão do tráfico africano a 1808, e não tendo conseguido fazer valer a sua vontade junto do rei português para a sua extinção, ficou estipulado por tratado de 1810 que o comércio de escravos ficava confinado aos territórios sob o domínio português, ou seja, as suas colónias. Em 1815, no Congresso de Viena, a questão voltou a ser colocada e a Inglaterra, reconhecendo que durante os anos anteriores tinha extravasado no direito de policiamento do tráfico, obrigou-se por isso a indemnizar os lesados, vítimas desses abusos, e, em contrapartida, conseguiu que o tráfico negreiro fosse abolido a norte do Equador, mantendo-se, portanto, nas possessões portuguesas que mais alimentavam esse comércio.

O incumprimento dos acordos assinados em 1815, o que significou a continuação da perseguição ilegal pelos navios ingleses, levou à assinatura de uma convenção adicional em 1817 que ratificando os acordos de 1815 concedia aos ingleses mais poderes nos atos de fiscalização consubstanciados no direito de visita em alto mar aos navios que fossem suspeitos de tráfico ilegal, disposição esta que se manteria durante quinze anos após a abolição total do tráfico que Portugal se comprometia a efetivar brevemente.

Não obstante estas limitações, a realidade é que na época da independência brasileira o comércio de negros continuava a desenvolver-se, estimando-se que entravam no Brasil anualmente cerca de 40 mil escravos, ultrapassando-se quantitativos anteriores devido ao crescimento económico que se vinha verificando.¹⁵⁹

No contexto da independência brasileira, a Inglaterra, jogando com argumentos de ordem política ligados ao reconhecimento da nova nação, faz novas exigências que serão estabelecidas no tratado anglo-brasileiro de 1826, segundo o qual o tráfico seria proibido no prazo de três anos após as ratificações de 1827, e nesse enquadramento o comércio de escravos era considerado pirataria. Este acordo, que segundo alguns teria como consequência o fim do comércio negreiro, acabou por implicar a intensificação do tráfico pelo que a exportação de escravos para o Brasil atingiu números elevados no final da década de 20, sendo que para o período de 1827-29 rondaria os 135 000 com máximo verificado em 1829, caiu moderadamente em 1830 e mais acentuadamente nos anos seguintes, pelo que em 1831 e 1832 o número de negros desembarcados no Brasil apenas atingiu alguma centenas, e em 1833 e 1834 pouco mais de 2000.¹⁶⁰

As décadas de 1830 e 1840 continuaram marcadas por posições dúbias por parte do governo brasileiro e pelo endurecimento da posição inglesa sobre a questão. Se em 1831 pela lei de 7 de

¹⁵⁹ Caio Prado JÚNIOR, ob. cit., p. 155-156.

¹⁶⁰ Valentim ALEXANDRE, "Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51)", *Análise Social*, n.º 111, 1991 (2.º), p. 294-295.

dezembro o Brasil proibia o tráfico africano, considerando livres todos os negros desembarcados a partir daquela data, tal determinação não terá aplicação prática devido à oposição dos proprietários rurais que se haviam tornado influentes no governo da regência após a abdicação de D. Pedro I, ao mesmo tempo que perante a pressão inglesa para que se cumprisse todo o estipulado anteriormente, a Câmara dos Deputados vai rejeitar a aprovação de outro tratado com a Inglaterra, e o mesmo fará em 1834 quanto a um projeto para reforço da lei de 1831.¹⁶¹

As exigências inglesas e a sua atitude de arrogância exorbitante perante os acordos estabelecidos tiveram como reação a indignação brasileira e o incremento do tráfico a partir de 1835, sendo evidente o aumento em flecha de africanos provenientes das possessões africanas de Portugal para o Brasil desde meados da década de 30, fluxo que se manterá elevado até final da década.¹⁶² Após 1840 o número médio anual de africanos entrados no Brasil ascenderá a mais de 50 000.¹⁶³

O agravamento das relações entre o Brasil e a Inglaterra atingem o seu ponto alto em 1845, porquanto à vista do decretado em 1831 estava a esgotar-se o prazo de 15 anos após a abolição do tráfico naquele ano, bem como o direito de visita em alto mar pelos cruzadores ingleses aos navios suspeitos de tráfico ilegal. Não tendo a Inglaterra obtido do governo brasileiro a renovação desse prazo, de forma unilateral o Parlamento britânico aprovou a *Bill Aberdeen* segundo a qual era lícito o apresamento das embarcações empregues no tráfico de escravos e os infratores podiam ser julgados por pirataria pelos tribunais britânicos, o que provocou a indignação do Brasil, pois a partir deste momento a Inglaterra desenvolveu uma perseguição aos traficantes sem qualquer respeito pelas águas territoriais, portos ou praias brasileiras, num estado próximo de guerra.

A questão será resolvida no início da década de 1850 quando o Brasil aplicou de forma mais eficiente as leis proibitivas do tráfico negreiro, entre as quais a expulsão dos grandes traficantes portugueses, de modo que, se em 1849 o número de negros entrados ainda atingiu os 54 000, já em 1850 desce para menos de metade, em 1851 queda-se em pouco mais de 3 000, e em 1852 entram pouco mais de sete centenas para depois terminar por completo.¹⁶⁴

Com o fim do tráfico de escravos abre-se amplamente a discussão do problema da escravatura, sob o impulso de intelectuais, plasmado em escritos diversos que abordam a questão do ponto de vista económico, social e político. Em traços largos, a evolução na segunda metade do século ficará marcada pelo confronto entre os setores político-sociais favoráveis à manutenção do regime escravocrata e os

¹⁶¹ Caio Prado JÚNIOR, ob. cit., p. 158.

¹⁶² Valentim ALEXANDRE, ob. cit., p. 296.

¹⁶³ Caio Prado JÚNIOR, ob. cit., p. 159.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 160-161.

defensores da sua abolição apoiados na maioria da opinião pública do país. E se ainda na década de 70 algumas disposições legais visam hipocritamente resolver o problema, como é o caso da *Lei do Ventre Livre* de 28 de setembro de 1871, o movimento abolicionista ganha força na década seguinte com a exigência incondicional do fim da escravidão e com o aparecimento de sociedades abolicionistas, que acabam por impulsionar a fuga de escravos. Com a queda do último governo escravocrata do Brasil em 1888, será quase imediatamente promulgada a lei de 13 de maio, conhecida como a *Lei Áurea*.

As diversas tentativas para limitar e terminar com o tráfico negreiro durante a primeira metade do século XIX despertaram para a percepção de um problema que, do ponto de vista da economia brasileira, se ligava ao drama da diminuição da mão-de-obra num contexto de expansão agrícola caracterizada pelo crescimento da cultura do café no sul do país. Verificando-se a diminuição da imigração dos negros africanos, foram tentadas soluções internas para o problema da escassez de braços que passaram pela transferência de escravos das regiões de economia menos produtiva, caso das regiões de economia algodoeira em decadência como o Maranhão, para as regiões em expansão no Sul.¹⁶⁵ Alguns números são esclarecedores dessa realidade durante a década de 50, pois alguns autores avaliam em pouco mais de 5000 os escravos exportados anualmente do Nordeste para o Rio de Janeiro, enquanto outros apontam para cerca de 37 000 os negros entrados também no Rio entre 1850 e 1862. Idênticas avaliações sobre o processo de deslocamento de escravos no Brasil podem fazer-se tendo em conta que em 1823, Minas Gerais, Rio e São Paulo contavam com cerca de 386 000 escravos, enquanto a Baía, Pernambuco e Maranhão tinham na mesma altura cerca de 484 000. Ora, após cinquenta anos, a situação inverte-se de modo que enquanto as últimas regiões apontadas contavam com 346 237 escravos, as províncias cafeeiras concentravam perto de 800 000.

Outro exemplo claro do deslocamento interno de mão-de-obra escrava, relativo a um dos distritos mais importantes em termos da produção de café da província do Rio de Janeiro, é o de Cantagalo, que em 1850 possuía um quantitativo de 9850 escravos, menos de sete anos depois já regista 19 537 escravos, e em 1873 atinge já o número impressionante de 35 000.¹⁶⁶

Constatada a escassez populacional brasileira pelas autoridades governamentais, pressentida a crise de mão-de-obra desde os inícios de oitocentos — que mais tarde é melhor apercebida quando os

¹⁶⁵ Segundo Celso Furtado, a crise de escravos em resultado da diminuição do tráfico e da conseqüente elevação do seu preço terá provocado uma intensificação na utilização dessa mão-de-obra que acabou por conduzir a um maior desgaste da população de escravos negros, agravando o problema da disponibilidade de força de trabalho. Cf. do autor, *Formação Económica do Brasil*, ob. cit., p. 119.

¹⁶⁶ Para estes e outros quantitativos estatísticos relativos à população escrava no contexto da transferência interna de mão-de-obra dessa natureza, cf. Emilia Viotti da COSTA, O escravo na grande lavoura, *História Geral da Civilização Brasileira* (dir. Sérgio Buarque de Holanda), tomo II – O Brasil Monárquico, 3º vol., Reações e Transações, 5ª ed., São Paulo, Difel, 1985, p. 156-157.

traficantes de escravos se começam a debater com dificuldades crescentes no transporte para o Brasil dos negros africanos —, vão ensaiar-se experiências de atração de mão-de-obra europeia para colmatar a progressiva diminuição da força de trabalho dos escravos.

Com a transferência da corte para o Brasil, e já depois com o Brasil independente, desenvolveu-se uma política de fixação de colonos em determinadas regiões, nas chamadas colônias oficiais, cuja preocupação, agora de caráter demográfico, a diferencia da que foi desenvolvida na segunda metade do século XVIII, com objetivos político-militares, para consolidar a posse de áreas territoriais disputadas no sul do Brasil, tais as regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Durante o período de permanência da Corte no Brasil, a tentativa de ocupar com colonos europeus de origem alemã, suíça e também açoriana, persistiu em algumas regiões, nomeadamente Espírito Santo, Rio de Janeiro e em menor escala Santa Catarina, política essa que tendo sido continuada pelos governos do Brasil independente, se saldou por uma imigração fraca. Para o fracasso dessas colônias concorriam vários problemas de natureza económica pois muitas vezes, ficando entregues a si próprias, definhavam para uma economia rudimentar de subsistência, difícil de contornar por não haver mercado para os seus excedentes de produção que, por assim dizer, não permitia o desenvolvimento do setor monetário nem o sistema de divisão do trabalho.¹⁶⁷

Com a iminência do fim do tráfico negreiro, a política de imigração brasileira virá a adaptar-se rapidamente às novas condições impostas pela escassez de braços, em novas fórmulas que caracterizam a década de 1840, e que levará ao Brasil muitos europeus para fazendas ou colônias dirigidas por particulares com apoio governamental, segundo contratos de locação de serviços, onde trabalham no chamado regime de parceria ou meação, iniciado pelo Senador Nicolau de Campos Vergueiro em 1847 na sua fazenda de Ibicaba, no que foi seguido por outros fazendeiros de café da província de São Paulo e outras regiões, embora em menor escala. A política de atração de mão-de-obra europeia desenvolvida pelos fazendeiros, com apoios quer do governo imperial quer dos governos provinciais, conseguiu deslocar para o Brasil muita mão-de-obra europeia, especialmente a partir da década de 50, altura em que passaram a ser contratados no país de origem por agências de imigração que promoviam o engajamento de colonos muitas vezes sem qualquer critério de aptidão para o trabalho.

O regime de trabalho de parceria ou meação implicava da parte dos fazendeiros o adiantamento de dinheiro aos contratados para fazerem face ao pagamento do transporte, do seu sustento e de suas famílias durante o período inicial até que começassem a produzir, importâncias essas que teriam de ser pagas num determinado tempo. Cada família tratava de um determinado número de pés de café, cujo

¹⁶⁷ Veja-se a este propósito Celso FURTADO, ob. cit., p. 124-125.

produto líquido da venda era repartido entre o proprietário e o colono, o mesmo acontecendo com a colheita de mantimentos para a subsistência cujos lucros eram igualmente repartidos por colono e fazendeiro.

Sujeitos à arbitrariedade dos proprietários fazendeiros, os colonos alvo desses contratos abusivos e favoráveis aos proprietários eram sujeitos à exploração durante muitos anos até que saldassem as dívidas contraídas, situação bem clarificada na expressão “parceria de endividamento”¹⁶⁸, que em conjugação com outros fatores concorrerá para o progressivo abandono do sistema e para a adoção de outras formas contratuais.

Em suma, a decadência e abandono do regime de parceria ou meação ficam a dever-se a vários fatores, tais os abusos cometidos pelos fazendeiros acima mencionados, a coexistência de formas de trabalho incompatíveis como o trabalho escravo e o trabalho livre, o mau tratamento dado pelos proprietários aos trabalhadores livres, habituados que estavam às formas de trabalho servil, e o recrutamento na Europa pelos agentes de imigração de colonos sem condições físicas para o exigente trabalho para que eram recrutados, animados pela especulação do lucro no engajamento de mão-de-obra.

Ainda que persistindo o regime de contratação e de trabalho de que se vem falando durante a década de 60, vai assistir-se, no entanto, ao seu progressivo abandono e à adoção de novas formas de contratação segundo a locação de serviços, pela qual o rendimento do colono provinha de uma importância fixa, um salário de acordo com os pés de café ao seu cuidado, recebendo ainda uma determinada quantia por alqueire de café colhido.¹⁶⁹

Durante a década de 1860 a imigração europeia diminuiu, mas volta a tomar novo impulso na década seguinte com a adoção de um novo sistema de imigração que ficou conhecido como imigração subvencionada. Esta nova forma de angariação de mão-de-obra europeia baseava-se na contratação de trabalhadores como assalariados sendo que os gastos com o transporte desses imigrantes era suportado pelo governo, e depois de chegados ao Brasil eram distribuídos pelas fazendas de acordo com os pedidos feitos. Cabia ao fazendeiro assegurar os gastos dos imigrantes durante o primeiro ano de atividade e também facultar-lhes terras onde pudessem cultivar os gêneros de primeira necessidade. Com este sistema, os imigrantes tinham o transporte e a sua instalação paga, bem como uma garantia mais clara

¹⁶⁸ A expressão é empregue por Jorge Fernandes ALVES, *Os Brasileiros...* ob. cit., p. 129, citando Cheywa R. SPINDEL, *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

¹⁶⁹ Teresa Schorer PETRONE, “Imigração assalariada”, *História Geral da Civilização Brasileira ...* ob. cit., p. 275.

quanto aos seus rendimentos, o que por sua vez permitiu alimentar uma grande corrente imigratória europeia para a América, destinada ao trabalho nas grandes plantações agrícolas.¹⁷⁰

Ademais, quanto aos imigrantes que se transpuseram para o Brasil, contratados sob as mais diversas formas, deve notar-se que parte deles emigrava de forma livre, e uma vez lá procurava trabalho em diversos setores de atividade, com destaque para trabalhos agrícolas ou afins.¹⁷¹ Além do setor agrícola, a procura de mão-de-obra foi certamente impulsionada por outros setores em expansão a partir de 1850 no campo das obras públicas, com destaque para o assentamento de vias férreas, cuja expansão virá a beneficiar de capitais libertados pelo fim do tráfico negreiro e se iniciou com as ligações do Rio de Janeiro com as capitais das províncias de Minas Gerais e São Paulo. À primeira inauguração de um trecho de caminho de ferro de pouco mais de 14 km em 30 de abril de 1854, seguir-se-á a construção de muitas outras cuja malha de distribuição, irracional e ilógica, evidencia que tais planos estiveram sempre ligados à geografia das plantações de café e aos interesses dos seus fazendeiros. Ao terminar o Império, poucas províncias havia sem o benefício das ferrovias que, aquando da proclamação da República, atingiam 9500 Km de extensão.¹⁷²

3. Distribuição espacial

3.1. Emigração por concelhos

Considerada a emigração do distrito em todo o período relativamente à população, verifica-se que as taxas brutas de emigração, constantes do quadro 3.3, não evidenciam valores altos, sendo que o valor mais significativo diz respeito ao período entre 1851 e 1860, período esse marcado por números de emigração mais expressivos que, como já se observou, se acentuam na segunda metade da década de 1850.

¹⁷⁰ Celso FURTADO, ob. cit., p. 127.

¹⁷¹ Jorge Fernandes ALVES, ob. cit., p. 130.

¹⁷² Para uma visão geral quanto às vias de comunicação, nomeadamente os caminhos de ferro, veja-se Odilon Nogueira de MATOS, Vias de Comunicação, in *História Geral da Civilização Brasileira* (dir. Sérgio Buarque de Holanda), tomo II – O Brasil Monárquico, 4^o vol., Declínio e Queda do Império, 4^a ed., São Paulo, Difel, 1985, p. 42-59.

Quadro 3.3: Taxas brutas de emigração, 1838-1860 (‰)

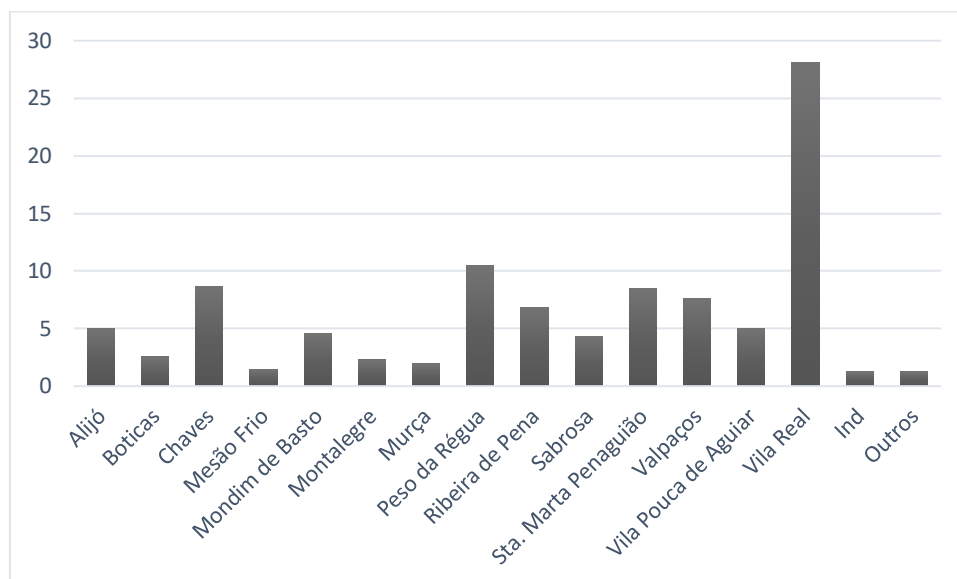
Ano	População*	Emigrantes	TBE ‰
1838	174067	8	0,07
1839		5	
1840		8	
1841	182382	10	
1842		24	
1843	186125	7	
1844		12	
1845		13	
1846		4	
1847		5	
1848		17	
1849		12	
1850	183894	19	
1851	184779	34	1,02
1852	185993**	27	
1853	184938	59	
1854	185458	62	
1855	186631	56	
1856	185463	140	
1857	186442	453	
1858	188411	270	0,47
1859	193170	353	
1860	193606**	289	
Total		1887	

*Fontes: veja-se quadro 2.2, p. 29.

**População estimada (quadro 2.2, p.29).

O gráfico 3.8 permite uma visão rápida sobre o peso da emigração em percentagem nos diferentes concelhos, donde, entre todos eles, releva o de Vila Real seguido a grande distância do de Peso da Régua, Chaves, Santa Marta de Penaguião e Valpaços. Seguem-se os restantes concelhos com valores percentuais mais diminutos.

Gráfico 3.8: Emigração por concelhos 1838-1860 (%)



Desta distribuição concelhia da emigração deve ter-se em conta os valores registados em concelhos que na sua totalidade se integram na região do Douro e em que a atividade vitivinícola é dominante, tais como Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, mas outros concelhos há em que uma parte mais ou menos considerável das suas freguesias são igualmente vinhateiras, tais os casos de algumas freguesias do sul de Vila Real, de Alijó, ou Sabrosa, cuja emigração não ficou imune aos efeitos provocados pela expansão do oídio e da conseqüente crise vinícola que se lhe seguiu, como aliás já se chamou a atenção.

4. Destinos declarados

Os registos de passaportes indicam o destino declarado pelo impetrante, umas vezes de forma concreta, na maior parte das vezes de forma muito genérica. Até aos inícios da década de 50, os destinos declarados referem concretamente o lugar para onde os indivíduos pretendem dirigir-se, mas a partir dessa altura os registos passam a referir genericamente o Brasil como destino. Esta situação não é estranha pois a partir dos anos cinquenta entramos, como já se viu, numa fase de grande incremento da emigração, potenciada pelas conjunturas atrativas brasileiras e pela ação dos engajadores, contextos estes que teriam influência na mobilidade interna dos emigrantes à chegada para diversos lugares no território brasileiro, quando não para outros países, como por exemplo a Argentina.

Esta mobilidade interna, embora não possa ser atestada com exemplos de grande dimensão quantitativa, evidencia-se a partir de alguns casos concretos constantes dos respetivos registos que nos permitem qualificar aquela realidade. Assim é que José António de Matos, de 14 anos, natural de Vila Real, no respetivo registo de passaporte de 21-06-1851, declara que o destino é o Rio de Janeiro, mas

daí segue para a Vila de Magé. Também Joaquim José Alves de Oliveira, de 20 anos, solteiro e caixeiro de profissão, natural da freguesia de Mouços, Vila Real, com passaporte de 25-09-1852, declara que o destino é o Rio de Janeiro ou Rio Grande do Sul. Um outro caso é o de Joaquim José Alves Mourão, de 24 anos, solteiro, natural do lugar de Fiolhais, freguesia de Louredo, concelho de Santa Marta de Penaguião, com passaporte de 9-12-1852, que declara que o destino é o Rio de Janeiro ou Vila de Rio Bonito.¹⁷³

Como pode verificar-se no quadro 3.4, excetuando o destino genérico de Brasil, destaca-se a preponderância natural do Rio de Janeiro como destino preferencial da emigração, seguido, no entanto, a grande distância, pelo Rio Grande do Sul e do Maranhão, depois Pernambuco, e com números pouco significativos outros lugares, tais como Baía, Pará e Rio Bonito, seguindo-se os restantes com números insignificantes.

Outro aspeto a sublinhar é que o Rio de Janeiro durante todo o período observado representa 86% dos destinos declarados, e é notória a sua posição de destaque até aos inícios dos anos cinquenta, quando a partir daí a declaração do destino passa a ser feita pela designação genérica de *Império do Brasil*.

¹⁷³ Cf., respetivamente aos indivíduos mencionados, ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/2, regº nº131, fl.40; ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/3, regº nº1, fl.1; ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/3, regº nº4, fl.1v.

Quadro 3.4: Destinos declarados pelos titulares de passaporte

Ano	Brasil	Baía	Iguaçu	Maranhão	Minas Gerais	Olinda	Pará	Pernambuco	Rio de Janeiro	Rio G. do Sul	Rio Bonito	Vassouras	Sem Indicação
1838		2							6				
1839		1		2				1	1				
1840		1		1				1	4				
1841							1	1	8				
1842				1			2	2	13			1	3
1843			1						5				
1844				1					11				
1845									5		5		1
1846									3				
1847							1		2				2
1848				1					12				
1849									5	1	1		
1850				1					14	1			
1851								2	25	3			
1852				2	1	1	1		14	6			1
1853	9			5	1			1	26	2			1
1854	50								6				
1855	49							2	1	1			
1856	125							1	2				
1857	371												
1858	252												
1859	319												
1860	256												
Total	1431	4	1	14	2	1	5	11	163	14	6	1	8

Com muita probabilidade parece podermos afirmar que grande parte dos declarantes que indicavam o Brasil como destino se dirigia para o Rio de Janeiro, onde alguns se instalariam e outros poderiam movimentar-se para outros lugares mais ao menos próximos, de acordo com as solicitações ou horizontes pessoais com que partiram.

5. Sazonalidade

Dependendo de vários condicionalismos o tempo para emigrar revela-se distribuído diferentemente pelos meses do ano. A observação do quadro 3.5 e do gráfico 3.9 possibilita constatar que a emigração revela uma tendência de maior concentração nos meses de fevereiro a maio e, na segunda metade do ano, nos meses de setembro a novembro. Assim, pelos valores observados em todos os meses, relevam para os tempos da emigração os meses de março, maio e novembro.

Quadro 3.5: Passaportes por ano/mês

Mês Ano	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
1838			1	1			1	1		3	1		8
1839	1				1			1		1	1		5
1840									2	3	2		7
1841			3							4	2	1	10
1842	1	2	5	1		1	4			5	3		22
1843								2		1	2	1	6
1844	1	2					2		1	4	2		12
1845		10								1			11
1846	1	1								1			3
1847			1					1	1	2			5
1848		4	1			1		4	2			1	13
1849			4		1				1	1			7
1850	1	1		1	2				4	2	3	2	16
1851	1		6	4		2	5	5		1	5	2	31
1852	3	6		4		1		1	5	2		3	25
1853	1			1	2	1	1	5	13	7	13	1	45
1854	2	1	8	8		1	2	6	13	4	7	4	56
1855	8	4	2	2	20	4	1	1	3	1	5	2	53
1856	1		18	4	17	5	7	5	4	10	29	28	128
1857	12	35	51	28	36	25	33	26	42	16	44	23	371
1858	20	31	23	13	21	13	16	14	26	26	18	31	252
1859	20	22	85	42	41	22	8	11	18	18	20	12	319
1860	11	21	37	33	34	14	18	17	26	35	8	2	256
Total	84	140	245	142	175	90	98	100	161	148	165	113	1661

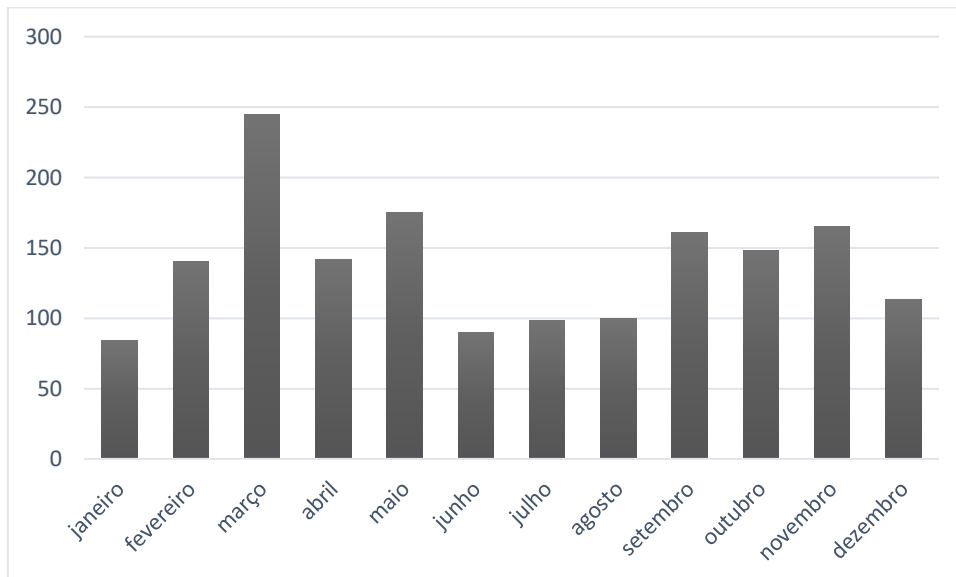
Tendo em conta que se trata de indivíduos que maioritariamente se inserem numa economia rural, pode colocar-se a hipótese verosímil de que a sazonalidade observada está relacionada com o calendário agrícola, bem como com o calendário festivo religioso.

No gráfico 3.10 procedemos à representação da sazonalidade mensal em dois períodos distintos quanto aos quantitativos da emigração, ou seja, até 1850, período em que se verificaram menores saídas, e de 1851 a 1860, período correspondente a quantitativos emigratórios muito superiores que, no fundo, acabam por determinar o movimento. O objetivo desta representação foi o de observar em que medida diferentes fluxos poderiam evidenciar um comportamento diferencial no que respeita aos tempos da emigração.

A observação do movimento dessas curvas permite ver que as tendências gerais ao longo do ano se mostram idênticas em ambos os períodos de modo que existe uma tendência ascendente entre janeiro

e março seguindo-se uma tendência para a baixa até agosto, reinicia-se a subida em setembro para voltar a baixar a partir de outubro/novembro.

Gráfico 3.9: Passaportes por meses (1838-1860) – Titulares



As diferenças que podem apontar-se entre as duas curvas são um atraso para a tendência descendente na curva relativa ao período entre 1851-1860, que só começa a verificar-se a partir do mês de março, e nos meses finais do ano a tendência ascendente prolonga-se até ao mês de novembro.

Gráfico 3.10: Passaportes por meses: 1838-1850/1851-1860 – Titulares



CAPÍTULO IV – CARATERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

1. Homens e mulheres

A quantificação da emigração por sexos permite-nos constatar que a corrente humana de Vila Real para o Brasil foi alimentada de forma notória por homens. Como pode observar-se nos gráficos 4.1 e 4.2, quanto aos titulares de passaporte a percentagem de homens atinge 98%, baixando para 93% quando são contabilizados juntamente com os acompanhantes, que na maior parte dos casos abrangia os núcleos familiares, cônjuges e respetivos filhos.

O aumento da componente feminina da emigração vem a verificar-se principalmente a partir de meados dos anos cinquenta quando ganha alguma expressão a emigração familiar, quer na forma completa de cônjuges e filhos, quer na forma de um dos cônjuges, mulher e mãe, que acompanhada dos filhos parte para reunião familiar.

Gráfico 4.1: Homens e Mulheres na Emigração – Titulares)

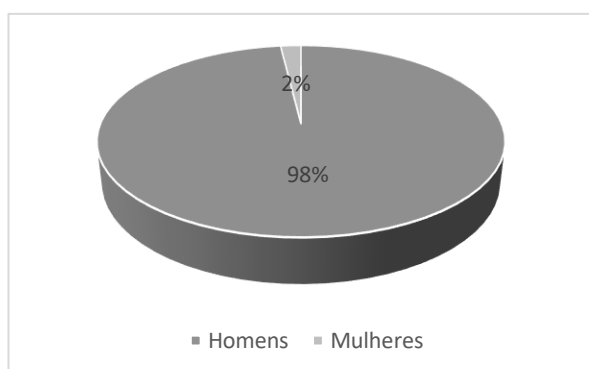
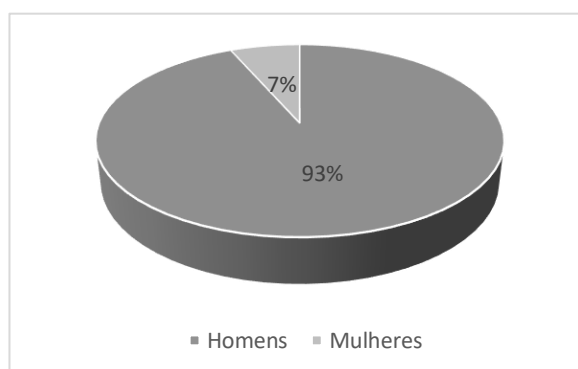


Gráfico 4.2: Homens e Mulheres na Emigração – Titulares e Acompanhantes



2. Solteiros e casados

Considerando os titulares de passaporte por estado civil e por sexo (quadro 4.1), verifica-se uma esmagadora maioria de homens solteiros, pois mais de três quartos partem nesse estado, contra uma pequena grandeza de homens casados que atinge apenas cerca de 13% dos totais masculinos.¹⁷⁴ O número dos que partiram no estado de viúvo, sejam homens ou mulheres é insignificante.

¹⁷⁴ Por ausência de informação nos respetivos registos de passaporte sobre o estado civil, foram tomados por solteiros alguns indivíduos cujos números constam no quadro seguinte:

Ano	1838	1841	1842	1843	1844	1847	1848	1850	1851	1852	1853	1854	1856	1857	1858	1859	1860	Total
Nº	1	5	4	1	1	1	1	3	2	3	1	6	4	1	7	2	4	47

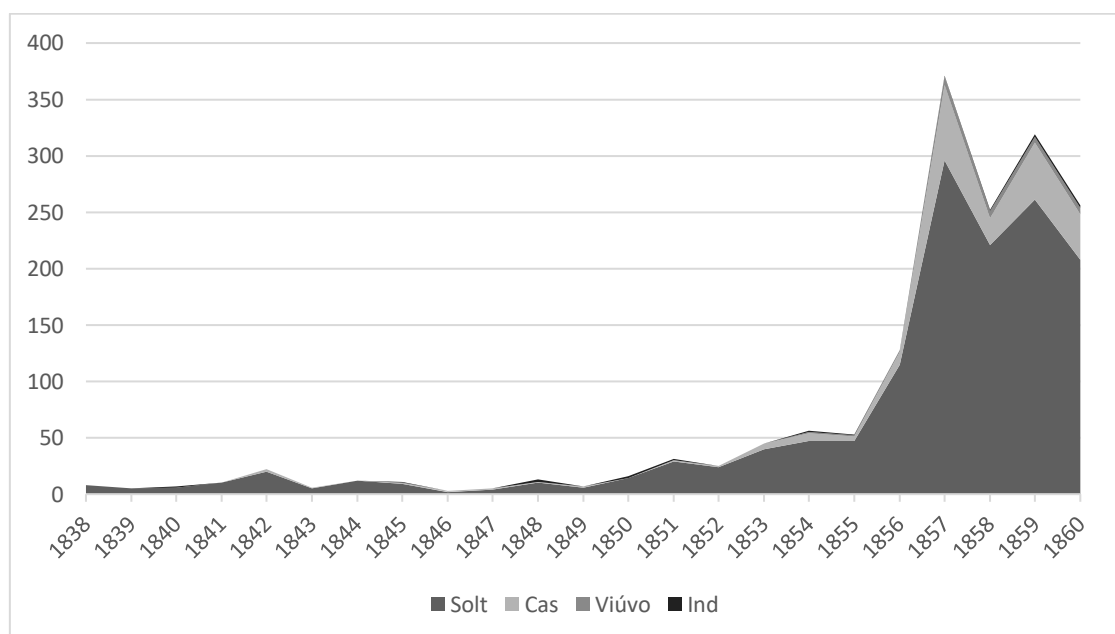
Quadro 4.1: Estado civil dos titulares de passaporte

Estado Civil	Homens	%	Mulheres	%	Total (HM)	%
Solteiro	1386	85.1	13	40.6	1399	84.2
Casado	205	12.6	14	43.7	219	13.2
Viúvo	25	1.5	3	9.4	28	1.7
Indeterminado	13	0.8	2	6.3	15	0.9
Total	1629	100	32	100	1661	100

Quanto às mulheres que, como já se viu, representam uma pequena proporção no conjunto da emigração e que no conjunto dos que são titulares de passaporte representam apenas 1,9%, há um grande equilíbrio entre as solteiras e casadas, como pode verificar-se pelos números absolutos. Quanto às mulheres casadas que são titulares de passaporte, quase todas partem para reunião familiar no Brasil onde já se encontrava o marido, e normalmente partem acompanhadas de filhos.

De modo que, considerando todo o universo populacional analisado, pode afirmar-se que a emigração de Vila Real para o Brasil foi uma emigração de solteiros, correspondendo, aliás, à estrutura da emigração *tradicional* ou *clássica* da primeira metade do século XIX, mas que se prolonga ainda para a segunda metade. Esta constatação é claramente visível na mancha produzida no gráfico 4.3, onde o estado civil de casado, embora seja de proporção muito inferior, se torna mais visível apenas de 1856 em diante.

Gráfico 4.3: Emigração por estado civil dos titulares de passaporte (HM)



O quadro 4.2 permite analisar a evolução da emigração por estado civil e por ano quanto a homens e mulheres. Torna-se visível que a emigração de mulheres, enquanto titulares de passaporte, é inexistente

até 1852, pois só daí em diante se verifica a ocorrência de muitos poucos casos, que se tornam mais numerosos nos anos de 1857, 1859 e 1860, acompanhando de resto a subida notória da emigração de finais dos anos cinquenta.

Quadro 4.2: Estado Civil dos titulares de passaporte

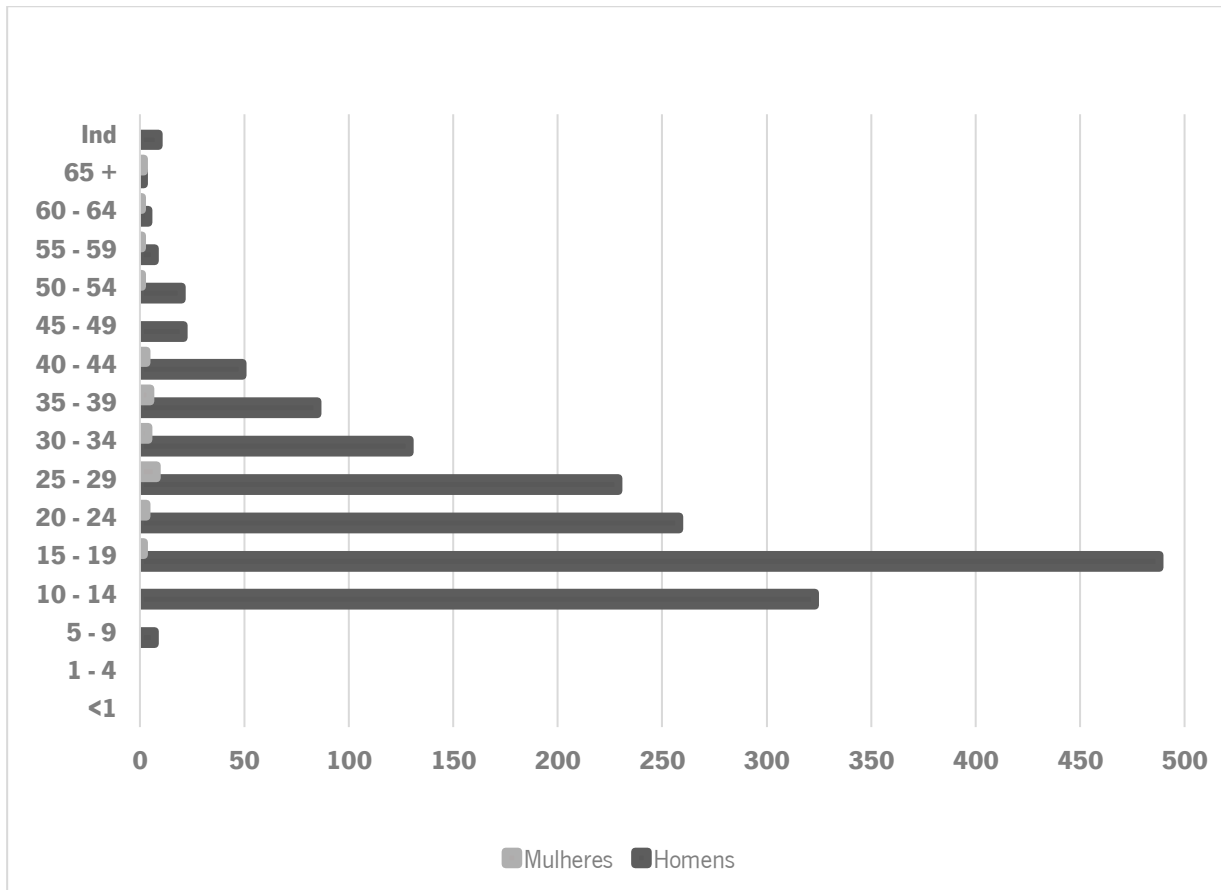
Ano	Homens				Total	Mulheres				Total	Total (H+M)
	Solteiro	Casado	Viúvo	Ind		Solteiro	Casado	Viúvo	Ind		
1838	8				8					0	8
1839	5				5					0	5
1840	6			1	7					0	7
1841	10				10					0	10
1842	20	2			22					0	22
1843	5	1			6					0	6
1844	12				12					0	12
1845	9	1		1	11					0	11
1846	2	1			3					0	3
1847	4	1			5					0	5
1848	10	1		2	13					0	13
1849	6	1			7					0	7
1850	14			2	16					0	16
1851	29	1		1	31					0	31
1852	24				24		1			1	25
1853	40	5			45					0	45
1854	47	6	1	1	55		1			1	56
1855	47	3	1	1	52		1			1	53
1856	115	11	2		128					0	128
1857	288	63	7	1	359	8	4			12	371
1858	220	24	6		250	1			1	2	252
1859	258	49	2	1	310	3	2	3	1	9	319
1860	207	35	6	2	250	1	5			6	256
Total	1386	205	25	13	1629	13	14	3	2	32	1661

3. Idades na emigração

Naturalmente, e de acordo com o conhecimento que já temos da emigração oitocentista, as idades da emigração apuradas e patentes nos gráficos seguintes confirmam uma estrutura etária jovem na emigração de Vila Real. O gráfico 4.4 permite facilmente observar que entre os titulares de passaporte ganham preponderância os grupos jovens e muito jovens. Com efeito, a maior parte dos casos observados ocorre nos grupos etários entre 10 e 29 anos sendo de destacar que os maiores valores se verificam nos grupos etários entre 10 e 14 anos e entre 15 e 19 anos. Têm ainda alguma relevância os grupos etários seguintes até aos 39 anos, começando depois a reduzir-se o número de casos a partir da

casa dos quarenta anos. Releve-se também a existência de alguns casos de emigração na infância de titulares de passaporte, como pode ver-se nos sete exemplos ocorridos no grupo etário entre os 5 e os 9 anos.

Gráfico 4.4: Idades dos titulares de passaporte



Pelo quadro 4.3, além dos números absolutos, podemos verificar em termos relativos o peso dos grupos etários mencionados. Assim, o grupo dos 15 a 19 anos representa 30% do total, seguido do grupo dos 10 a 14 com cerca de 20%. Seguem-se os grupos de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos com cerca de 16% e 14 % de todos os titulares de passaporte, respetivamente.

Numa leitura mais agregada por meio dos valores da frequência relativa acumulada, pode ver-se, por exemplo, que os homens até aos 24 anos correspondem a 66% do total e até aos 29 anos já se atinge uma percentagem de 80%, ou seja, quatro quintos de toda a emigração masculina. Se se observarem os restantes valores, facilmente somos levados a concluir que se trata de uma emigração muito jovem.

Quadro 4.3: Idades agrupadas dos titulares de passaporte (homens e mulheres)

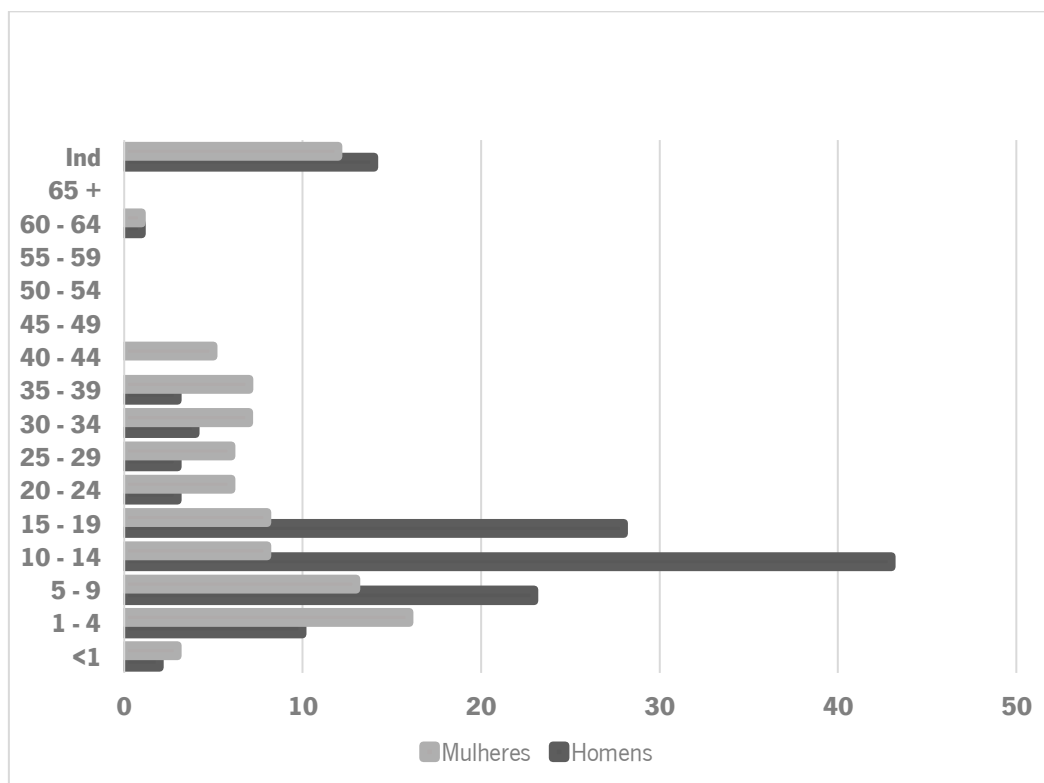
Grupos Etários	Fi		Cum Fi		Fi relativa		Cum Fi %	
	H	M	H	M	H	M	H	M
< 1	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
1 - 4	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
5 - 9	7	0	7	0	0,4	0,0	0,4	0,0
10 - 14	323	0	330	0	19,8	0,0	20,2	0,0
15 - 19	488	2	818	2	30,0	6,3	50,2	6,3
20 - 24	258	3	1076	5	15,8	9,4	66,0	15,7
25 - 29	228	9	1304	14	14,0	28,1	80,0	43,8
30 - 34	129	4	1433	18	7,9	12,5	87,9	56,3
35 - 39	84	6	1517	24	5,2	18,8	93,1	75,1
40 - 44	49	3	1566	27	3,0	9,4	96,1	84,4
45 - 49	21	0	1587	27	1,3	0,0	97,4	84,4
50 - 54	20	1	1607	28	1,2	3,1	98,6	87,6
55 - 59	7	1	1614	29	0,4	3,1	99,0	90,7
60 - 64	4	1	1618	30	0,2	3,1	99,3	93,8
65 +	2	2	1620	32	0,1	6,2	99,4	100,0
Ind	9	0	1629	32	0,6	0,0	100,0	100,0
Total	1629	32			100	100		

Os acompanhantes dos titulares de passaporte de ambos os sexos cujas idades são conhecidas e estão representadas no gráfico 4.5, incidem em grupos etários muito jovens donde se destaca em termos de importância numérica os que se situam no grupo etário dos 10-14 anos, seguido do grupo de 15-19, depois o de 5-9 anos e, finalmente, o grupo de idades entre 1 e 4 anos. Anote-se ainda alguns casos de menores de 1 ano, alguns dos quais recém-nascidos.

Excetuando um ou outro caso de outro parentesco que não filho, trata-se de um universo de pessoas que na sua quase totalidade são descendentes/filhos dos titulares de passaporte que se ausentam com os pais em situações diversas, ou com ambos os progenitores ou só com um deles, sendo neste caso principalmente a mãe.

A partir dos 20 anos, como pode verificar-se, os acompanhantes diminuem significativamente em número, sendo mesmo inexistentes em determinados grupos etários, nomeadamente entre os 45 e 49 anos. Um ou outro caso se verifica no grupo dos 60-64 anos que são referentes a ascendentes do titular.

Gráfico 4.5: Idades dos acompanhantes



Observando-se os valores de frequência constantes do quadro 4.4, verifica-se que os maiores valores percentuais recaem nos grupos etários de 10-14 anos e de 15-19 anos, com valores de 32% e 21%, respectivamente, seguindo-se com 17 % os que tinham entre 5 e 9 anos, isto no que respeita ao sexo masculino. Quanto às mulheres, as maiores percentagens dizem respeito aos grupos etários de 1 a 4 e 5 a 9 anos.

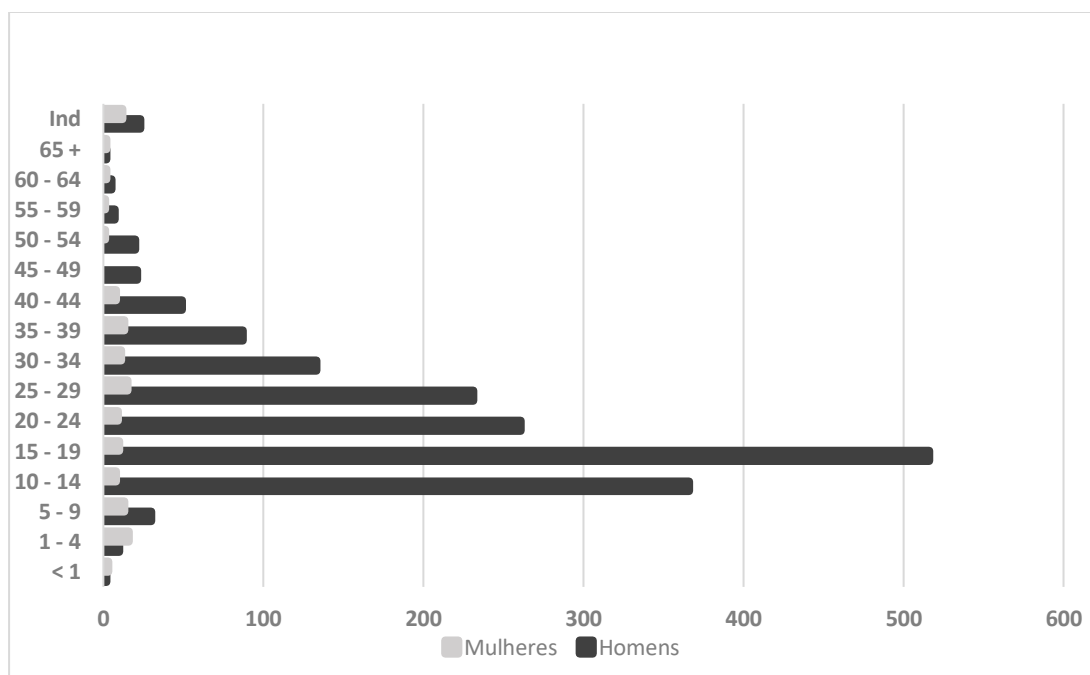
Os valores de frequência relativa acumulada permitem ver que, no caso dos homens, mais de metade desse universo masculino (58,2%) engloba os indivíduos até aos 14 anos, e são já 81% os que atingem até 24 anos. Relativamente ao sexo feminino, a metade desse universo só é atingida até à idade dos 19 anos, sendo que o valor de 80% é ultrapassado no limite etário dos 39 anos, valores esses que, comparativamente aos homens, são influenciados pelo facto de muitas mulheres serem casadas e se ausentarem para reunião familiar.

Quadro 4.4: Idades agrupadas dos acompanhantes (homens e mulheres)

Grupos Etários	Fi		Cum Fi		Fi relativa		Cum Fi %	
	H	M	H	M	H	M	H	M
< 1	2	3	2	3	1,5	3,3	1,5	3,3
1 - 4	10	16	12	19	7,5	17,4	9,0	20,7
5 - 9	23	13	35	32	17,2	14,1	26,1	34,8
10 - 14	43	8	78	40	32,1	8,7	58,2	43,5
15 - 19	28	8	106	48	20,9	8,7	79,1	52,2
20 - 24	3	6	109	54	2,2	6,5	81,4	58,7
25 - 29	3	6	112	60	2,2	6,5	83,6	65,3
30 - 34	4	7	116	67	3,0	7,6	86,6	72,9
35 - 39	3	7	119	74	2,2	7,6	88,8	80,5
40 - 44	0	5	119	79	0,0	5,4	88,8	85,9
45 - 49	0	0	119	79	0,0	0,0	88,8	85,9
50 - 54	0	0	119	79	0,0	0,0	88,8	85,9
55 - 59	0	0	119	79	0,0	0,0	88,8	85,9
60 - 64	1	1	120	80	0,7	1,1	89,6	87,0
65 +	0	0	120	80	0,0	0,0	89,6	87,0
Ind	14	12	134	92	10,4	13,0	100,0	100,0
Total	134	92			100,0	100,0		

O universo total das pessoas resultante da agregação dos titulares e dos acompanhantes está representado no gráfico 4.6, a partir do qual se podem reforçar algumas observações feitas anteriormente.

Gráfico 4 6: Idades dos titulares de passaporte e acompanhantes



Quanto à emigração masculina constata-se um ligeiro aumento dos valores percentuais nos grupos etários mais jovens pela incorporação dos acompanhantes que, na sua maioria, são descendentes dos titulares. Ao nível do universo feminino passa a verificar-se a existência de efetivos nos quatro primeiros grupos etários que, obviamente, não existem quando se contabilizam os titulares de passaporte. Naturalmente, também os valores relativos acumulados evidenciam um ligeiro aumento ao nível das idades até aos 29 anos porquanto, como pode ver-se no quadro 4.5, ao nível dos homens, a emigração até aos 19 anos corresponde a 52,4%, até aos 24 anos é já de 67,2% e ultrapassa muito ligeiramente os 80% até à idade de 29 anos.

Quadro 4.5: Idades agrupadas dos Titulares e Acompanhantes (homens e mulheres)

Grupos Etários	Fi		Cum Fi		Fi relativa		Cum Fi %	
	H	M	H	M	H	M	H	M
< 1	2	3	2	3	0,1	2,4	0,1	2,4
1 - 4	10	16	12	19	0,6	12,9	0,7	15,3
5 - 9	30	13	42	32	1,7	10,5	2,4	25,8
10 - 14	366	8	408	40	20,8	6,5	23,1	32,2
15 - 19	516	10	924	50	29,3	8,1	52,4	40,3
20 - 24	261	9	1185	59	14,8	7,3	67,2	47,6
25 - 29	231	15	1416	74	13,1	12,1	80,3	59,7
30 - 34	133	11	1549	85	7,5	8,9	87,9	68,5
35 - 39	87	13	1636	98	4,9	10,5	92,8	79,0
40 - 44	49	8	1685	106	2,7	6,5	95,6	85,5
45 - 49	21	0	1706	106	1,2	0	96,8	85,5
50 - 54	20	1	1726	107	1,1	0,8	97,9	86,3
55 - 59	7	1	1733	108	0,4	0,8	98,3	87,1
60 - 64	5	2	1738	110	0,3	1,6	98,6	88,7
65 +	2	2	1740	112	0,1	1,6	98,7	90,3
Ind	23	12	1763	124	1,3	9,7	100,0	100,0
Total	1763	124			100,0	100,0		

Mas o ato de emigrar, abandonando tantas vezes, conforme os casos ou percursos individuais, o seu ambiente natural, familiar e afetivo, tinha que ver com inúmeros fatores, uns insondáveis porque diziam respeito à esfera particular dos indivíduos, outros mais objetivos que nos permitem concluir acerca da decisão de partida.

No gráfico 4.7, estão representadas as idades médias e idades modais apuradas para todo o período da observação. Assim, como se pode observar, a média das idades até cerca de 1847 revela uma grande irregularidade, porque os efetivos de emigrantes são quantitativamente poucos,

inviabilizando, portanto, o estabelecimento de uma tendência mais estável. Quanto à idade modal, do ano de 1843 a 1846, excluindo o ano de 1845, não é possível obter esses valores devido aos diminutos casos de emigrantes apurados nesses anos. De qualquer modo, em todo o período de observação, o valor da moda obtido relativo à idade mais baixa foi de 12 anos e o mais elevado foi de 20 anos. No entanto, os valores mais frequentes ao longo dos anos foi de 16 e 17 anos. Para o Porto, Jorge Alves verificou que a idade mais frequente entre os emigrantes era de 13-14 anos, acontecendo que os desvios apurados a esta norma atingiam níveis pouco superiores de 16, 17 e 18 anos na década de 40 e 50.¹⁷⁵ Quanto a Vila Real, e em termos comparativos, embora não se esteja longe desses limites, devemos admitir valores de idade um pouco mais altos.

O comportamento emigratório observado a partir da idade modal para os homens revela a atitude tomada por muitos face às disposições relativas às obrigações do cumprimento do serviço militar, regulamentadas pela lei de 27 de julho de 1855 que, entre outras, obrigava ao pagamento de fiança por parte do candidato que pretendesse emigrar entre os 18 e 21 anos, como forma de garantir o cumprimento dessa obrigação ou para assegurar o pagamento de um substituto. A fuga ao serviço militar era frequente e a emigração surgia como um expediente para a evasão, problema muito discutido e levado em grande grau de importância pelas autoridades governamentais, que por meio de leis e regulamentos tentaram cerceá-la.

As idades modais representadas no gráfico 4.7 permitem ver que de 1855 em diante se situam abaixo dos 18 anos, como resposta à imposição do pagamento de fiança nessa idade, antecipando, portanto, a idade de partir. Em 1859, pela lei de 4 de junho, a obrigatoriedade de pagamento de fiança para salvaguardar o cumprimento das obrigações militares, no caso de ausência do país, foi antecipada para os 14 anos e, em face destas alterações, o comportamento migratório revelou uma adaptação a esta mudança, antecipando a saída para idades abaixo dos 14 anos. Jorge Alves apontou a reação a esta mudança, verificando que para a emigração do Porto a idade modal desceu para os 13 anos.¹⁷⁶

Ora, relativamente a Vila Real, a idade modal apurada para o ano de 1860 situou-se nos 13 anos, podendo dizer-se que também aqui se verifica a antecipação da idade para emigrar, como resposta à imposição legal do pagamento da fiança aos 14 anos, pese embora a nossa observação não ultrapassar o ano de 1860, o que permitiria confirmar mais seguramente esta tendência.

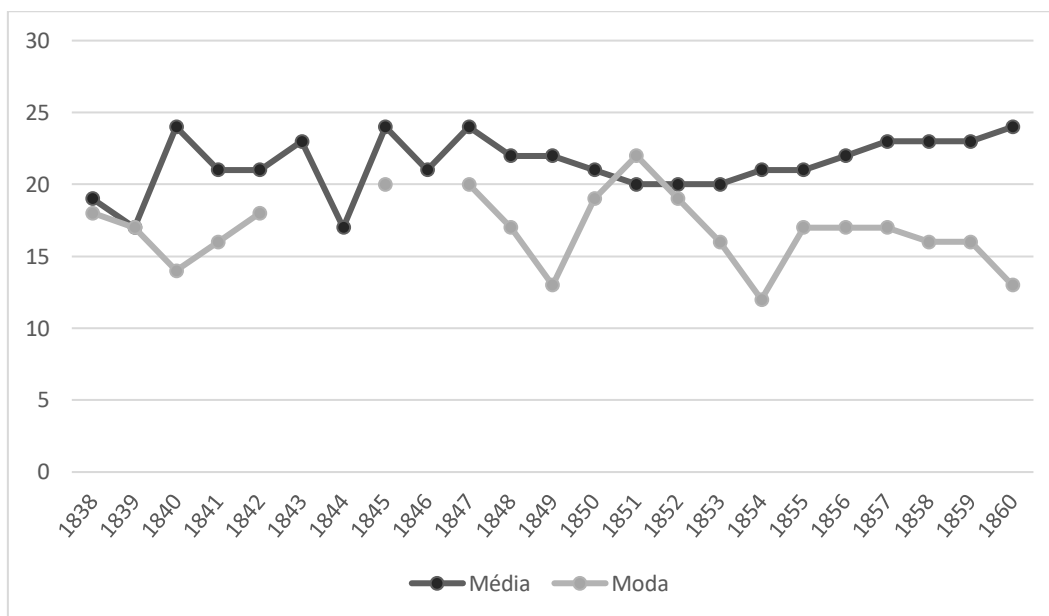
Com valores médios de idade bastante irregulares, até perto da década de 1850, como já se referiu, esses valores registam uma tendência de baixa de 1847 até 1853 para depois indicarem um

¹⁷⁵ Jorge Fernandes ALVES, ob. cit., p. 190.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 191.

aumento progressivo até ao fim do período observado, ou seja, 1860, decerto relacionado com o aumento quantitativo e qualitativo da emigração e da sua maior amplitude quanto às idades, motivada por dificuldades conjunturais e pela ação dos engajadores.

Gráfico 4.7: Idades na emigração: média e moda



Em Vila Real, o problema relacionado com a prestação das obrigações militares existia e alguma documentação reflete as dificuldades das autoridades em lidar com a questão, como se vê claramente pelo teor do ofício da Câmara para o governador civil em 1862, reportando as dificuldades em preencher os contingentes de anos anteriores, pela razão de muitos dos recenseados e proclamados para o serviço do exército se acharem ausentes no Brasil.¹⁷⁷

Os mesmos problemas e dificuldades estão igualmente patentes em diversas reuniões da Câmara Municipal de Vila Real para proceder à substituição de mancebos, segundo ofícios do administrador do concelho, para os anos de 1859, 1860, 1861 e 1862. Nessas sessões, os respetivos livros de atas referem que os mancebos a designar vão substituir alguns dos que, tendo sido proclamados, foram reprovados pela Junta de Revisão, outros tinham falecido, e outros, em grande número, tinham-se tornado refratários, podendo supor-se que entre estes muitos estariam emigrados no Brasil.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Veja-se, a este propósito, o Documento 5 do Anexo Documental.

¹⁷⁸ ADVRL/ALL/CMVR/B/A/001/Lv. 046 (Livro das actas das sessões da Câmara Municipal do Concelho de Vila Real). Nas actas das sessões de 25 de agosto de 1860, fl.6v.-8; da sessão extraordinária de 30 de janeiro de 1861, fl. 51-56; sessão de 22 de junho de 1861, fl. 79v. e sessão de 18 de novembro de 1861, fl. 111v.-113, a maior parte dos mancebos a substituir são dados como refratários. ADVRL/ALL/CMVR/B/A/001/Lv. 047, neste outro livro, as actas referentes ao ano de 1862, referentes às sessões de 16 e 23 de agosto, fl.97v.-101, fl. 107, respetivamente; sessão de 25 de outubro, fl. 124-126, e sessão de 8 de novembro, fl. 126v.-128, também remetem para a situação de muitos dos mancebos a substituir serem refratários. Nesta última acta, a fl. 127v., na listagem dos mancebos a substituir, temos o registo de que com o “N° 209 João filho de Jose de Almeida e Ferreira da freguesia de Lordello, em substituição do n° 139 ausente no Brasil.”

As obrigações militares constituíam, certamente, um obstáculo aos projetos de vida dos jovens em idade de serem incorporados, e terá estimulado, em muitos casos, a emigração clandestina como fuga às disposições legais que a muitos seria difícil contornar e custear, como o pagamento da fiança. Temos alguns exemplos de como o serviço militar se apresentava como uma dificuldade para o prosseguimento de projetos de vida de alguns indivíduos entre os emigrantes de Vila Real.

Entre eles, atentemos no caso de Francisco Alves da Nóbrega Carneiro, da freguesia de São Pedro de Vila Real, que estando na altura de ser recenseado para o serviço militar, dirige um requerimento ao governador civil através da Câmara, pedindo para ser inspecionado porque tinha de se ausentar para o Brasil. Também Manuel Claudino de Moraes, do Peso da Régua, fazia chegar através da Câmara, um requerimento ao Conselho de Distrito no qual reclamava por seu filho, Camilo Claudino de Moraes, que estando ausente no Brasil na altura do sorteio não reclamara a sua impossibilidade física para o serviço militar por sofrer desde muito cedo de uma rutura que o privava de qualquer exercício violento. Outro exemplo interessante e revelador do incómodo que constituía o serviço militar é-nos patenteado pelo requerimento de D. Cândida Augusta Gomes Carneiro que reclamava a isenção do seu filho Manuel, que estando no Brasil lhe servia de amparo mediante as mesadas que lhe enviava, e pelas quais custeava também os estudos de seu irmão no Porto.¹⁷⁹

4. Categorias socioprofissionais

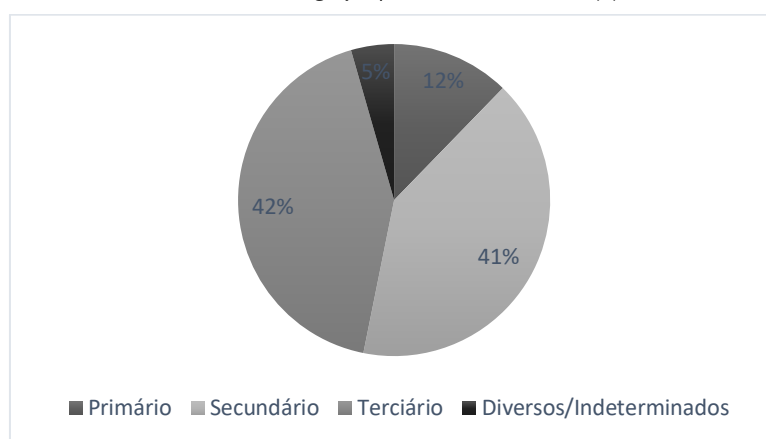
Emigrar rumo ao Brasil podia ser mais fácil, e até mais benéfico quanto aos rendimentos possíveis de auferir, se os indivíduos possuísem alguma especialização profissional. A falta dessa condição podia também favorecer mais facilmente o recrutamento de emigrantes por parte de engajadores, cuja ação se expande a partir da década de cinquenta, em consonância com o aumento da procura de mão-de-obra no Brasil relacionada com o crescimento económico, particularmente do setor agrícola. O aumento da emigração durante os anos cinquenta, estimulado pelas conjunturas expansivas do Brasil, fez aumentar o número de emigrantes profissionalmente indiferenciados.

Entre os emigrantes de Vila Real, a indicação da profissão só ocorre relativamente a uma pequena parte, pois do total de 1629 homens titulares de passaporte, a menção da profissão faz-se relativamente a 269 indivíduos, o que corresponde a cerca de 17% do universo observado. Ademais, a indicação da profissão de indivíduos de idade igual ou inferior a 16 anos só em muitos poucos casos é feita, dizendo respeito a dois caixeiros, quatro alfaiates, dois jornaleiros e dois lavradores, cuja média de idades ronda os catorze anos.

¹⁷⁹ ADVRL/ALL/CMVR/B/A/001/Lv. 046 (Livro das actas das sessões da Câmara Municipal do Concelho de Vila Real), fl. 141. Sobre os exemplos descritos e ainda outros, veja-se, no Anexo documental, os Documentos 7 a 12.

O apuramento da condição profissional referida para os indivíduos titulares de passaporte e um ou outro acompanhante, bem como a sua distribuição por setores de atividade representada no gráfico 4.8, permite ver que a maior percentagem, cerca de 42%, se enquadra no setor terciário, a que se segue o setor secundário com percentagem muito próxima, cerca de 41%, e só depois o setor primário que ronda o valor percentual de 12%. Esta composição socioprofissional encontra-se em linha com o que Joel Serrão¹⁸⁰ disse ser a realidade admissível para a emigração portuguesa até meados do século XIX, de predomínio dos setores secundário e terciário, já que aos estratos rurais se afigurava difícil fazer face às despesas de deslocação para o Brasil. Ademais, contando com diferenças de peso quanto ao setor primário e terciário, as proporções achadas para Vila Real mostram tendência idêntica para o observado em relação ao Porto até 1864.¹⁸¹

Gráfico 4.8: Emigração por setores de atividade (%)



A classificação profissional e seu enquadramento por setores de atividade, adotada para a população alvo deste estudo, podem colocar algumas dúvidas e interrogações. Por um lado, porque a menção da profissão, em muitos casos, não é tão clara ao ponto de permitir ter uma ideia real da ocupação do indivíduo, como por exemplo a classificação de *proprietário*. Por outro lado, como sabemos, em populações com características de Antigo Regime, muitas ocupações profissionais são complementares de outras, tornando-se difícil estabelecer quais as que determinam o modo de vida e o principal sustentáculo de sobrevivência das pessoas.¹⁸² Ora, as populações do distrito de Vila Real,

¹⁸⁰ Cf. do autor, *A Emigração Portuguesa – sondagem histórica*, ob. cit., p. 127.

¹⁸¹ Cf. Jorge Fernandes ALVES, ob. cit., p. 198.

¹⁸² Sobre a classificação socioprofissional para o século XIX, veja-se António Pinto RAVARA, “A classificação socioprofissional em Portugal (1806-1930), *Análise Social*, n.º 103-104, 1988, p. 1161-1184. A classificação profissional adotada baseou-se em Jorge Fernandes ALVES, *Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista, Emigração Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos. XIX-XX)*, Fragmentos, 1993, p. 93-94.

enquadradas no âmbito cronológico do presente estudo, eram essencialmente rurais e mantinham ainda, em muitos aspetos, características semelhantes às de Antigo Regime.

O quadro 4.6 especifica todas as profissões declaradas nos registos de passaporte, agrupando-as por setores de atividade. Insistindo na questão de que o agrupamento das diferentes condições profissionais por setores de atividade pode comportar um certo relativismo, em parte porque algumas das profissões apontadas não nos permitem saber exatamente a ocupação dos indivíduos, deve chamar-se a atenção para algumas situações naturalmente dúbias.

Assim, as condições de jornaleiro e trabalhador, incluídas no setor terciário, levam-nos à suposição de que a maior parte destes indivíduos estaria ligada a atividades agrícolas, o mesmo acontecendo com os que foram declarados com a condição de proprietários, o que, a ser assim, engrossaria o setor primário. Esta hipótese pode sustentar-se no facto de que uma proporção esmagadora da população era rural.

Quadro 4.6: Profissões por setores de atividade (Titulares e acompanhantes)

1 - Setor Primário	33
1.1 – Agricultura	
1.1.1 – Lavrador	33
2 – Setor Secundário	110
2.1 – Construção civil	
2.1.1 - Estucador	1
2.1.2 - Pedreiro	2
2.1.3 - Caiador	1
2.2 – Vestuário, têxtil, calçado e couros	
2.2.1 – Alfaiate	28
2.2.2 – Sapateiro	12
2.2.3 – Soqueiro/Tamanqueiro	7
2.2.4 – Serigueiro	1
2.2.5 – Albardeiro	1
2.3 - Metalurgia	
2.3.1 – Ferrador*	5
2.3.2 – Ferreiro	6
2.3.3 – Serralheiro	6
2.4 – Madeira e mobiliário	
2.4.1 – Carpinteiro	34
2.4.2 – Marceneiro	1
2.4.3 – Tanoeiro	2
2.5 – Outros	
2.5.1 – Segeiro	1
2.6 – Fogo e armamento	
2.6.1 – Espingardeiro	1
2.7 – Indeterminados	
2.7.1 – Fabricantes	1
3 – Setor Terciário	114
3.1 – Comércio	
3.1.1 – Caixeiro	16
3.1.2 – Marchante	1
3.1.3 – Negociante	5
3.1.4 – Retroseiro	1
3.2 – Serviços	
3.2.1 – Médico	1
3.2.1 – Barbeiro**	6
3.2.2 – Outros	1
3.3 – Profissões intelectuais	
3.3.1 – Professor	1
3.3.1 – Eclesiástico	7
3.3.2 – Estudante	9
3.4 – Indiferenciados	
3.4.1 – Criado	1
3.4.2 – Jornaleiro	23
3.4.3 – Trabalhador	42
4 – Diversos indeterminados	
4.1 - Proprietários	12

* Incluído um indivíduo na variante de Ferreiro e Alveitar.

** Incluído um indivíduo na variante de Barbeiro Sangrador.

As condições socioprofissionais, além de variarem no seu peso relativo, mostram igualmente diferenças quanto às respectivas idades. O quadro 4.7 permite verificar que os valores percentuais mais significativos das profissões dos emigrantes de Vila Real são relativos à condição de carpinteiro, lavrador e alfaiate, a que se seguem outros cujo valor não atinge a dezena percentual. Não obstante as profissões conhecidas constituírem um universo pequeno no conjunto de toda a emigração, tudo parece indicar que uma parte importante dessa emigração tinha uma especialização profissional, em resposta à crescente necessidade de serviços que o desenvolvimento socioeconómico brasileiro ia progressivamente criando, para além da solicitação de mão-de-obra indiferenciada que as diferentes conjunturas atraíram.

Quanto às idades médias das profissões, as que se caracterizam por maior juventude são as de estudante, como é óbvio, a que se seguem as de caixeiro e tanoeiro, embora nesta última profissão só tenhamos dois casos. Entre estas condições profissionais com médias etárias mais baixas, a que regista maior número de casos é a de caixeiro, de acordo, aliás, com a tradição emigratória que desde bem cedo contou com a importância numérica de indivíduos com esta ocupação e que, muito jovens, rumavam ao Brasil, onde colhiam a preferência dos negociantes portugueses, tornando-se seus genros e primeiros-caixeiros em detrimento dos próprios filhos, habituados que vinham à disciplina do trabalho e com a inocência da idade muito tenra.¹⁸³

Quadro 4.7: Média de idades nas profissões dos titulares de passaporte

Profissões/Ocupações	Nº	%	Média Idades
Alfaiate	27	11,3	25
Barbeiro	5	2,1	24
Caixeiro	16	6,7	20
Carpinteiro	34	14,2	31
Estudante	9	3,8	19
Ferrador	4	1,7	26
Lavrador	32	13,4	28
Pedreiro	2	0,8	30
Proprietário	12	5,0	42
Sapateiro/Soqueiro/Tamanqueiro	19	7,9	33
Serralheiro/Ferreiro	12	5,0	29
Tanoeiro	2	0,8	18
Trabalhador/Jornaleiro	65	27,2	31

¹⁸³ Sobre diversos aspetos relativos aos caixeiros, tais como a preferência por jovens portugueses para esse ofício, das suas condições de trabalho no Brasil e sua ascensão social, veja-se Gilberto FREYRE, *Sobrados e Mucambos*, tomo 1, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 303 e segs.

Acima dos 20 e até aos 25 anos registam-se alfaiates e barbeiros, com mais de 25 e até 30 anos temos ferradores, lavradores, pedreiros e serralheiros/ferreiros, destacando-se entre todos estes, os lavradores, com idade média de 28 anos, a testemunharem diretamente uma emigração de origem agrícola. Com mais de 30 anos surgem os carpinteiros, os especializados em calçado nas variantes apontadas de sapateiro, soqueiro e tamanqueiro, e os trabalhadores/jornaleiros.

5. Expostos, órfãos e ilegítimos

Fazendo parte de quadros familiares mais frágeis, encontram-se os que nos respetivos registos são mencionados como *filhos naturais*, *filhos de pais incógnitos*, *expostos* e *órfãos*, que no conjunto dos titulares de passaporte correspondem a uma percentagem de 13% e estão distribuídos no quadro 4.8. Em valor absoluto, o maior número cabe aos filhos naturais, seguidos dos órfãos, dos expostos, e finalmente, os filhos de pais incógnitos, como pode ver-se.

Quadro 4.8: Ilegitimidade e orfandade na emigração por concelhos

Concelhos	Alijó	Boticas	Chaves	Mesão Frio	Mondim de Basto	Montalegre	Murça	Peso da Régua	Ribeira de Pena	Sabrosa	Sta. M. Penaguião	Valpaços	V. P. de Aguiar	Vila Real	Indeterminado	Total
Filhos naturais	4	7	5	1	5	6	8	9	14	3	8	8	11	22	2	113
Filhos de pais incógnitos	1				1				1				1	3	1	8
Expostos ⁽¹⁾			1							1		1	1	4	22	30
Órfãos			8	1	3		4	7	4	5	4	5	4	24		69

(1) Expostos na Roda dos concelhos indicados, conforme menção da fonte.

Considerando os *filhos naturais* e os *filhos de pais incógnitos* como ilegítimos, temos que a proporção de ilegitimidade na emigração entre os titulares de passaporte é de 7%.

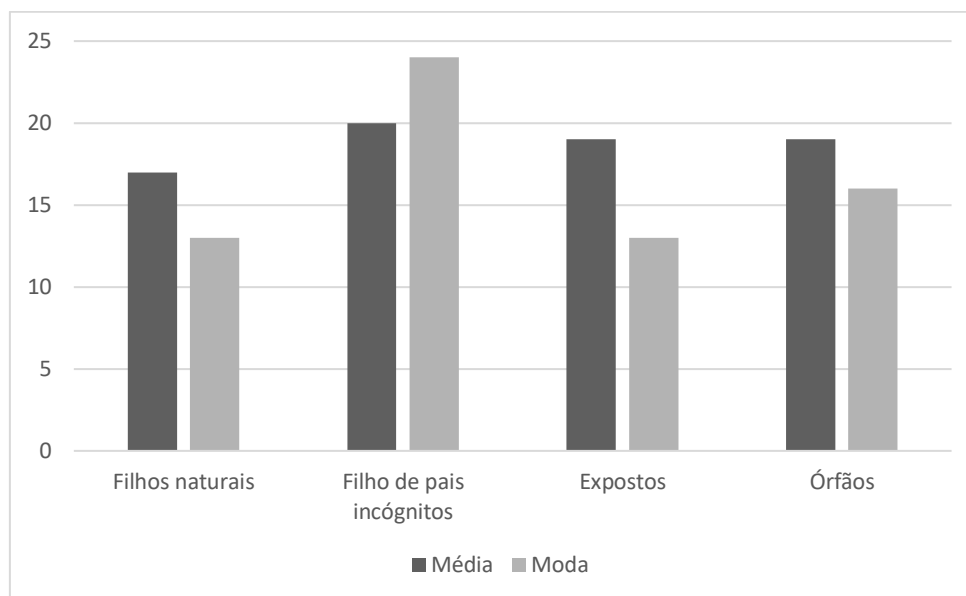
O quadro 4.9, em que se distribuem estes casos por anos, permite ver que enquanto os *filhos de pais incógnitos* e os *órfãos* se distribuem mais ao menos ao longo de toda a série temporal, inexistentes naturalmente em alguns anos, a ocorrência de *filhos naturais* só se verifica a partir do ano de 1848, e os expostos a partir de 1851, sendo que em todas as condições, exceto na dos *filhos de pais incógnitos*, o seu valor numérico aumenta visivelmente, acompanhando a tendência da emigração.

Quadro 4.9: Ilegitimidade e orfandade na emigração

Ano	Filhos naturais	Filhos de pais incógnitos	Expostos	Órfãos
1838		1		
1839				
1840				
1841				
1842		1		1
1843				
1844		1		1
1845				1
1846				
1847				
1848	1			2
1849				1
1850		1		1
1851	2		1	1
1852	1			
1853	6		1	
1854	7		1	1
1855	5		4	2
1856	6	1	2	4
1857	29	4	3	17
1858	19		6	8
1859	25		6	17
1860	12		6	12
Total	113	8	30	69

Relativamente às idades, resumidas pelas medidas estatísticas constantes do gráfico 4.9, verifica-se que os mais jovens são os *filhos naturais* com uma média de idade de 17 anos e idade modal de 13. Os *expostos* apresentam também uma idade modal de 13 anos e uma idade média de 19, valor este equivalente ao dos *órfãos*, e próximo do valor médio dos *filhos de pais incógnitos*, que sendo um pouco superior, se cifra nos 20 anos. Tendo em conta o valor máximo de idade observado, ele foi de 41 anos para os *expostos*, 45 para os *filhos naturais* e *órfãos*, e 36 anos para os *filhos de pais incógnitos*, enquanto que o valor mínimo observado foi de 9 anos para os *órfãos*, de 10 para os *expostos* e de 11 para os restantes.

Gráfico 4.9: Medidas estatísticas das idades dos ilegítimos, expostos e órfãos



6. Alfabetização e analfabetismo

Uma exploração direta das fontes, no caso, os registos de passaportes, não permite concluir sobre o nível de alfabetização da população emigrante, uma vez que de todos os titulares de passaporte a menção de que *sabe escrever* só ocorre relativamente a 51 indivíduos, enquanto que, apenas 19 indivíduos são apontados como não sabendo escrever. Acresce ainda que a assinatura dos impetrantes no registo só acontece relativamente a 90 indivíduos, sendo que todos os restantes não assinam, o que torna difícil construir um quadro verosímil sobre o nível de preparação escolar da população em estudo, nem se torna possível desenvolver uma metodologia idêntica à que Henrique Rodrigues efetuou para Viana do Castelo, para aquilatar do nível de alfabetização dos indivíduos.¹⁸⁴

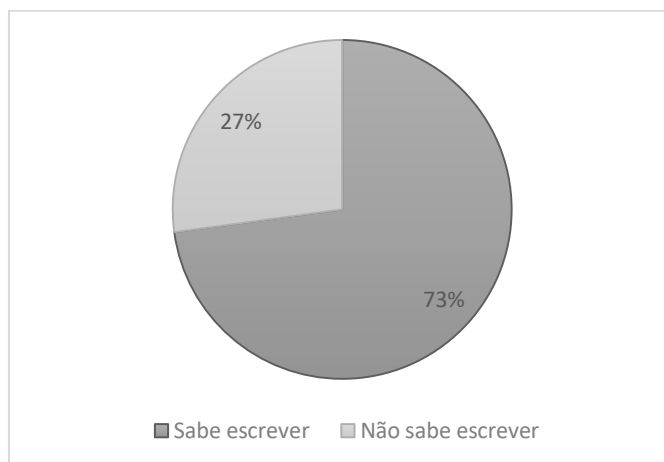
Deve notar-se ainda que, os indivíduos observados que assinam o registo só o fazem até ao ano de 1853, havendo um só indivíduo a assinar no ano de 1858, o que suscita mais dúvidas sobre o nível de contacto com a escrita, pelo menos no que concerne ao ato de grafar o nome. Podemos, portanto, perante a escassez desses dados, concluir que só possuem a habilitação de *saber escrever* os indivíduos assim mencionados e todos os restantes não sabiam fazê-lo? Certamente que não, de modo que limitar-nos-emos a uma análise breve dos dados disponíveis nas fontes.

Os escassos dados existentes acerca do saber e não saber escrever permitem ver, repetimos, segundo a indicação da fonte, que a maior parte dos indivíduos sabia fazê-lo (gráfico 4.10), embora os

¹⁸⁴ Veja-se do autor, *Emigração e Alfabetização: o Alto Minho e a miragem do Brasil*, p. 101-106.

dados de que dispomos não permitam fazer uma ideia do nível de alfabetização que cobria esta população emigrante.

Gráfico 4.10: Saber escrever e não saber escrever



Assim, perante a extrema escassez dos dados que a esta questão diz respeito, procedemos a uma exploração simples de dados respeitantes aos que sabiam escrever e aos que não sabiam fazê-lo, relativamente a idades e profissões indicadas.

Tendo em atenção o quadro 4.10, que resume por profissões os que sabiam e não sabiam escrever, são os estudantes e as profissões que exigiram formação intelectual que atingem o pleno quanto à menção de *saber escrever*, enquanto para outras profissões o número é muito escasso, contando ainda que, na maior parte dos casos, a profissão não é indicada. Causa ainda alguma perplexidade o facto de haver dois caixeiros que não sabem escrever, quando à partida, esta profissão exigia alfabetização quanto ao saber escrever e calcular.

Quadro 4.10: Alfabetização e profissões

Profissões	Sabe escrever	Não sabe escrever
Estudante	7	
Religiosos	7	
Serigueiro	1	
Barbeiro	2	
Médico	1	
Empregado	1	
Professores	1	
Lavrador		1
Caixeiro		2
Sem indicação	31	16

Quanto às idades, as medidas estatísticas relativas aos que sabiam escrever eram de 21 anos para a média e 17 para a moda, enquanto que para os que não sabiam escrever esses valores eram de 19 e 18 anos, respetivamente para a média e moda, valores estes que estão em linha com a juventude de uns e outros, em concordância com a juventude da emigração geral.

7. Carateres somáticos e condições sanitárias

7.1. Os dados das fontes

Os registos de passaporte permitem observar uma série de características físicas relativamente a cada um dos indivíduos, quer se trate do titular ou dos acompanhantes. Esses dados referem-se a aspetos relativos à altura, cor do cabelo e da pele, cor dos olhos, bem como outras referências notórias capazes de identificar o indivíduo registado.

A indicação da altura dos indivíduos relativamente aos titulares de passaporte ocorre em 97% dos casos, não sendo indicada apenas numa pequena quantidade de casos equivalente a 2,9%. Quanto aos acompanhantes, a altura é conhecida para 132 indivíduos, correspondentes a 58% das observações desta categoria, sendo desconhecida, porque não indicada, para 94 indivíduos, numa proporção de 42% das observações. Note-se que, em muitos casos, a altura não é indicada por se tratar de pessoas muito jovens, crianças, e até mesmo recém-nascidos.

A indicação da estatura é feita usando a polegada como medida e só aparece referida ao sistema métrico decimal a partir do ano de 1860, ainda que não sistematicamente, o que acontece por força do Decreto de 20 de junho de 1859, que tornava obrigatória a adoção daquele sistema para todo o território nacional a partir do primeiro de janeiro de 1860.¹⁸⁵

7.2. Antropometria da população emigrante

Entre os carateres somáticos, nomeadamente os morfológicos, de que se destaca a estatura, Bento Carqueja¹⁸⁶ considerou que a estatura média do português é de 1,645 metros, pelo que,

¹⁸⁵ Publicado no Diário do Governo, n° 302, 22-12-1852, p. 1363-1364, o Decreto de 13 de dezembro de 1852 adotava o sistema métrico decimal para pesos e medidas e estabelecia um período de dez anos para ser aplicado a todo o território nacional. Pelo Decreto de 20 de junho de 1859, publicado no Diário do Governo, n° 152, 1-7-1859, estabelecia-se a adoção do sistema métrico para as medidas lineares, a vigorar desde o primeiro de janeiro de 1860 para Lisboa, e a partir de 1 de março para as outras povoações do reino e ilhas. A conversão de polegadas para metros foi feita com base na equivalência de 1 polegada a 0,0275 m, tomando por base Joaquim Henriques Fradesso da SILVEIRA, *Compendio do Novo Systema Métrico Decimal*, Lisboa, Typographia do Centro Comercial, 1856, s. p.

¹⁸⁶ Bento CARQUEJA, *O Povo Portuguez. Aspectos Sociais e Económicos*, Porto, Livraria Chardron, 1916, p. 41. Acerca de alguns aspetos da História Antropométrica no que respeita às suas bases e metodologias, bem como a questão colocada ao caso português na segunda metade do século XIX e princípios do século XX quanto à relação entre crescimento económico e estatura humana, veja-se o importante artigo de Jaime REIS, "Crescimento económico e estatura humana: há um paradoxo

considerando os indicadores de alguns estudiosos, o homem português terá de ser considerado baixo, enquanto que, por indicadores de outros, terá de ser considerado normal. Assim, relativamente à estatura, o autor referido estabelece que os limites da variação da estatura dos portugueses devem situar-se entre 1,35 e 1,90 metros. Considerando as variações regionais, em relação às partes montanhosas do território português, particularmente Trás-os-Montes, estabeleceu o mesmo autor que a estatura média é de 1,635 metros.

A amostra da população masculina cuja altura é referida para os titulares de passaporte e seus acompanhantes com idade igual ou superior a 20 anos é constituída por 816 indivíduos. Ora, como pode observar-se pelo quadro seguinte, relativamente à estatura dos homens adultos, a maior percentagem (32,5%) dos homens situa-se na classe entre 1,60 e 1,64 m, seguindo-se com 29,8% os que mediam entre 1,65 e 1,69 m. A média obtida corresponde ao valor de 1,63 m, com valor de mediana coincidente, o que permite enquadrar esta população nos limites apontados por Bento Carqueja. Deve ainda referir-se que os dados nos permitem constatar que mais de metade da amostra populacional (55%), media até 1,64 m e a restante percentagem, cerca de 45%, se situa nas classes acima até ao máximo de 1,84 m o que, segundo a estatística, é concordante com o significado da mediana obtida acima referida.¹⁸⁷

Quadro 4.11: Estatura dos Homens com idade igual e superior a 20 anos (cm)

Classes	Fi	cum Fi	Fi relativa	cum Fi %
< 150	24	24	3,0	3,0
150–154	45	69	5,5	8,5
155–159	115	184	14,1	22,6
160–164	265	449	32,5	55,1
165–169	243	692	29,8	84,9
170–174	85	777	10,4	95,3
175–179	37	814	4,5	99,8
180–184	2	816	0,2	100
	816		100	

Entre a população masculina mais jovem, com idade compreendida entre 15 e 16 anos, foi apurada a altura de 269 indivíduos cujos dados classificados se encontram no quadro 4.12. Como pode ver-se, a maior percentagem corresponde a indivíduos que mediam entre 1,40 e 1,59 m, sendo que a

antropométrico em Portugal no século XIX?", *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa - Classe de Letras*, T. XXXV, Lisboa, 2002/2003, p. 153-169.

¹⁸⁷ Da amostra masculina com 20 e mais anos foram excluídos dois indivíduos cuja altura mencionada é de 80 polegadas o que, pela conversão adotada, corresponderia a 2,20 m. Não sendo de todo impossível a existência destes valores por poderem corresponder a dois casos de gigantismo, foram, no entanto, considerados como improváveis uma vez que poderão resultar de erro de avaliação. No I Seminário-Workshop Internacional em História Económica realizado em 29/11/2018 na Universidade do Minho, numa conversa informal que mantivemos com o Professor Jaime Reis sobre estas questões ligadas à antropometria, este considerou os dois casos como possíveis.

média apurada corresponde a 1,50 m, a mediana tem um valor de 1,51 m e o valor modal é de 1,54 m. De acordo com valores apontados por Bento Carqueja,¹⁸⁸ segundo o qual o homem de 15 anos devia medir 1,50 m, os valores encontrados para esta população de emigrantes do distrito de Vila Real enquadram-se nesses parâmetros. Muito poucos indivíduos se situam nas classes mais altas, ou seja, com valores de estatura entre 1,70 e 1,89 m, sendo de referir que o valor superior encontrado foi de 1,84 m.

Quadro 4.12: Estatura dos Homens com idade entre 15 e 16 anos (cm)

Classes	Fi	cum Fi	Fi relativa	cum Fi %
< 140	28	28	10,4	10,4
140–149	97	125	36,1	46,5
150–159	97	222	36,1	82,5
160–169	44	266	16,4	98,9
170–179	1	267	0,4	99,2
180–189	2	269	0,7	100,0
	269		100,0	

Para o período em análise, o número de mulheres para as quais há referência da estatura é muito reduzido, o que significa estarmos perante uma amostra que devido à escassez de casos não permite tirar conclusões com segurança. Em todo o caso, como se pode ver pelo quadro nº4.13, a maior percentagem de efetivos femininos situa-se nos limites de estatura entre 1,50 e 1,54 metros, verificando-se uma proporção igual entre as que se situam nos limites da primeira e terceira classe, enquanto pouco mais de um quinto das mulheres mediam entre 1,60 e 1,64 metros. Globalmente, pode observar-se que cerca de três quartos das mulheres mediam até um máximo de 1,59 metros. A média da estatura corresponde ao valor de 1,54 m, coincidente com o valor da mediana, e o valor modal é de 1,595 m. Com maior estatura, temos apenas uma mulher que media 1,68 metros, correspondente à classe superior.

Quadro 4.13: Estatura das mulheres com idade igual e superior a 20 anos (cm)

Classes	Fi	cum Fi	Fi relativa	cum Fi %
145–149	8	8	14,5	14,5
150–154	26	34	47,3	61,8
155–159	8	42	14,5	76,3
160–164	12	54	21,8	98,1
165–169	1	55	1,8	100,0
	55		100,0	

¹⁸⁸ Bento CARQUEJA, ob. cit., p. 41.

7.3. Deficiências físicas

Se a altura e outras características eram um meio de identificação dos indivíduos, relativamente a alguns dos titulares de passaporte, pudemos recolher outras marcas particulares e distintivas, consideradas como deficiências físicas e enfermidades que estão classificadas e quantificadas no quadro 4.14.

A quantificação dos casos levantados permite dizer que as enfermidades relativas à pele têm uma forte incidência, seguidas das doenças osteoarticulares e das doenças oculares. Segue-se depois uma variedade de problemas com muito pouca incidência e, dentro destes, destacam-se as alterações de dentição. Quanto às doenças de pele, devemos notar que quase todos os casos são referentes a marcas de doenças eruptivas que nos registos de passaportes aparecem discriminadas de forma gradativa quanto à sua intensidade pelas expressões de “sinais de bexigas”, “picado de bexigas” e “bexigoso”.

Quadro 4.14: Deficiências físicas e enfermidades nos titulares de passaporte

Doenças osteoarticulares	Cambado de uma das pernas	1
	Corcovado	2
	Escabado?	1
	Quebrado?	1
	Sinais de fratura numa das pernas	2
	Manco de uma das pernas	2
	Manco de ambas as pernas	1
	Aleijado de uma das pernas	4
	Aleijado de alguns dedos das mãos	8
	Falta de dedos numa das mãos	5
	Defeituoso de dedos das mãos	1
	Lesão no braço	1
	Aleijado de um dos pés	2
	Deformidade nos pés	1
Falta de alguns dedos nos pés	1	
		33
Doenças oculares	Belida em ambos os olhos	1
	Belida num dos olhos	4
	Cego de um dos olhos	4
	Defeituoso de um dos olhos	2
	Doença de pálpebras	1
	Estrabismo	3
	Lesão num dos olhos	1
	Miopia	2
	Moléstia num dos olhos	1
	Névoa num dos olhos	2
	Olho raiado de vermelho	1
Olhos trémulos	1	
		23
Doenças de pele	Sinais de bexigas	114
	Picado de bexigas	39
	Bexigoso	17
	Manchas brancas na pele*	2
	Escrófulas no pescoço	4
		176
Problemas auditivos	Surdez parcial	2
Alterações de dentição	Falta de dentes	10
Problemas congénitos	Falta de um testículo**	1
Problemas neurológicos	Doença da gota coral (Epilepsia)	1
Outros	Defeito na fala	1

*Certamente vitiligo.

**Provavelmente testículo ectópico.

Com efeito, estas marcas da pele estão obviamente ligadas às doenças epidémicas que atingiram o território nacional e também o distrito de Vila Real durante o século XIX, nomeadamente a variola, epidemia conhecida na linguagem popular por doença das “bexigas”, bem como outras doenças endémicas que muitas vezes se lhe associavam como o sarampo e o tifo.

A variola, responsável por índices altos de mortalidade, deixava atrás de si deformidades e sequelas nos sobreviventes, como por exemplo as marcas ao nível da pele, visíveis especialmente na cara, mas provocava também inúmeros casos de cegueira e surdez, deixando muitos indivíduos estropiados e tartamudos. Alguns dos casos constantes no quadro 4.14 não serão consequência das vagas de variola? Como se sabe, durante a primeira metade do século, a doença teve uma grande atividade na década de 1840, particularmente em 1842-1843 e em 1847-1848, tendo atacado a generalidade do país.¹⁸⁹

Mas além da variola, a nosologia dá-nos conta da ocorrência de outras doenças epidémicas graves, tais como a *cholera morbus*, tifo e febre amarela, que eclodiram em determinadas épocas, não tendo o distrito de Vila Real ficado imune. Assim, a cólera apareceu pela primeira vez em 1833, propagou-se rapidamente afetando vários distritos do país, inclusivamente Vila Real.¹⁹⁰ Registrar-se-ia uma segunda invasão na década de 1850, de efeitos menores em 1853-54, reaparecendo em 1855-56 com consequências mais graves quanto à mortalidade.¹⁹¹

Neste segundo período, o distrito de Vila Real foi afetado a partir de maio de 1855, tendo a epidemia começado em Barca de Alva, onde entrou proveniente de Espanha, alastrou rapidamente Douro abaixo afetando principalmente os concelhos durienses, e só terminou em dezembro. Ademais, esta invasão de cólera aparece na sequência dos maus anos agrícolas de 1852 a 1855,¹⁹² e suscitou preocupações entre as autoridades oficiais pois que, como noticiava o jornal portuense *O Commercio* no primeiro de junho de 1855, na primeira página, o governador civil de Vila Real ordenava o adiamento da feira daquela cidade, a decorrer no dia 13, porque “*uma cholerina benigna grassa por algumas terras*

¹⁸⁹ Rui CASCÃO, “O crescimento demográfico – ritmos e factores”, in *História de Portugal (dir. José Mattoso)*, vol. V, 1ª ed., Círculo de Leitores, 1993, p. 437.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 432. Segundo o autor, os distritos do centro do país especialmente afetados foram Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, no norte, Porto e Vila Real bem como as povoações das margens do Douro até ao Pinhão, no sul, Portalegre e Faro, tendo poupado o Minho e os distritos da Guarda, Évora e Beja. Em Lisboa a epidemia foi intensa, cifrando-se o balanço final desta primeira invasão colérica em mais de 40 000 mortos.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 432.

¹⁹² Segundo Fernando de Sousa, a origem espanhola desta propagação de cólera que começou em Barca de Alva deveu-se também ao movimento de barcos carregados de cereais de Espanha que abasteciam as populações marginais do rio e o Porto. A doença manifestou-se nos concelhos de Peso da Régua e Barqueiros, alastrando-se depois aos concelhos de Mesão Frio, Alijó, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Sabrosa, Valpaços e Chaves, na razão direta da insalubridade das populações, da falta de condições de higiene, da concentração populacional e escassez de subsistências. Cf. Fernando de SOUSA, “População e economia do distrito de Vila Real em meados do século XIX”, *Estudos Transmontanos*, nº 1, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, Vila Real, 1983, p. 25.

*da Beira e Tráz-os-Montes importada de Hespanha.*¹⁹³ No dia 13 do mesmo mês, o mesmo jornal noticiava também em primeira página a proibição e o adiamento das feiras em virtude da epidemia de *cholera morbus* ou *cholera*, referindo-se à feira de Santo António de Vila Real, e de outras cidades como a Guarda, expressando agora críticas a estas decisões dirigidas ao governador civil de Vila Real, visconde de Lemos, ressaltando, no entanto, o respeito por esta figura a quem se reconhece “um carácter honesto, independente e pacífico.”¹⁹⁴ Alguns dias após, a dia sete do mês seguinte, refere-se uma notícia do *Pharol do Minho*, de Braga, acerca de um ofício do governador civil de Vila Real ao governador civil de Braga dando conta que há dias que não se verificava caso algum de *cholera morbus*, que estavam curadas e restabelecidas as pessoas que tinham sido atacadas, e portanto, considerava-se a epidemia extinta no distrito.¹⁹⁵

A febre amarela, contemporânea da cólera, e o tifo fizeram-se também sentir no distrito entre 1855 e 1860.¹⁹⁶

A estas condições epidemiológicas a que estavam expostas do lado português as populações, os que seguiam o rumo da emigração para o Brasil arriscavam-se, uma vez lá, à exposição às epidemias de febre amarela e cólera, principalmente, que registavam altos índices de mortalidade e constituíram motivo para as autoridades oficiais portuguesas tentarem dissuadir a emigração para o destino brasileiro, alertando para as condições de insalubridade lá existentes.¹⁹⁷

¹⁹³ *O Commercio*, n° 126, 1-6-1855, p.1, cols. 1-3.

¹⁹⁴ *Idem*, n° 135, 13-6-1855, p. 1, cols. 1-2.

¹⁹⁵ *Idem*, n° 154, 7-7-1855, p. 3, col.2.

¹⁹⁶ Cf. Fernando de SOUSA, ob. cit., p. 24.

¹⁹⁷ A mortalidade verificada no Rio de Janeiro, segundo dados consulares, cifrava-se em 27% nos emigrantes chegados a este destino durante o primeiro ano de estadia. Cf. Jorge ALVES, “Emigração e sanitarismo – Porto e Brasil no século XIX”, *Ler História*, 48, 2005, p. 147.

Sobre o recurso às condições de insalubridade e mortalidade no Brasil como estratégia dissuasora da emigração por parte das autoridades oficiais, veja-se supra p. 44 e nota 108. Veja-se ainda o quadro 7 do Apêndice.

CAPÍTULO V – ESTRATÉGIAS INDIVIDUAIS E FAMILIARES

1. Emigração solitária e emigração familiar

A decisão de emigrar pressupunha, à partida, um determinado projeto que passava, na maior parte dos casos, por emigrar temporariamente tendo em vista o retorno, após a concretização dos objetivos. Outros projetos, mais raros, prendiam-se à decisão de emigrar definitivamente, levando à expatriação, o que mais vulgarmente acontecia nos casos de emigração de núcleos familiares completos, que assim decidiam fixar-se em terras brasileiras. Obviamente, entre estas situações, outras se poderiam apontar, pois que, dependentes de inúmeras circunstâncias, terão levado em inúmeros casos à mudança de projetos, que se à partida se haviam definido como temporários se tornaram em projetos de emigração definitiva, sem retorno.

Esta variedade de situações pode entrever-se na quantificação efetuada dos registos de passaportes que referenciam os indivíduos que partem sozinhos e os que seguem acompanhados de familiares, números esses que se encontram resumidos no quadro 5.1, acerca dos quais se devem sublinhar alguns aspetos salientes.

Quadro 5.1: Emigração solitária e familiar

	Solitária	Familiar	Solitária %	Familiar %
Homens	1513	249	85.9	14.1
Mulheres	20	105	16	84
Total	1533	354	81.2	18.8

Se atentarmos no total dos indivíduos que englobam quer os titulares de passaporte, quer os que os acompanham, verifica-se que, como já foi referido, a maior parte desta emigração é solitária, correspondendo a cerca de 4/5 do total. A emigração familiar, englobando todas as situações, como famílias conjugais completas ou não, assim como outros parentes do titular de passaporte, não chega mesmo a atingir a proporção de 1/5 de toda a emigração. Quanto aos números respeitantes aos homens e às mulheres, verificamos, sem surpresa, que em termos proporcionais são as mulheres que mais emigram integradas em família, sendo mais diminutas as situações em que surgem a emigrar sozinhas. No que respeita aos homens, a evidência numérica leva-nos a concluir que a emigração é fortemente definida pela sua componente masculina e solitária que só foi atenuada para finais da década de 1850.

Relativamente à composição familiar da emigração, pode constatar-se pelos dados constantes do quadro 5.2 que os grupos das tipologias familiares que registam maior número pertencem aos irmãos e

ao casal com filhos, seguidos dos restantes em número mais ao menos próximo. Quanto ao número de pessoas contabilizadas para os grupos das diferentes tipologias familiares, a maior fatia, naturalmente, corresponde aos casais que se ausentaram com filhos, seguindo-se os irmãos, a mãe e o pai acompanhados de um ou mais filhos, os primos, e ainda outros parentes, que fora das tipologias definidas englobam sobrinhos e cunhados.

Quadro 5.2: Tipologias familiares na emigração

Tipologia Familiar	Grupos	Pessoas	Grupos %	Pessoas %
Casal	10	20	8.3	5.7
Casal com filho(s)	24	112	19.8	32.1
Pai com filho(s)	14	31	11.6	8.9
Mãe com filho(s)	11	32	9.1	9.2
Irmãos	46	93	38.0	26.7
Primos	13	27	10.7	7.7
Indeterminado	3	6	2.5	1.7
Outros*	—	28	—	8.0
Total	121	349**	100.0	100.0

*Nesta categoria incluem-se as pessoas cujo parentesco com o titular de passaporte não se enquadra nas tipologias definidas no quadro, tais como sobrinhos e cunhados.

**Por não configurarem qualquer tipo de parentesco com o titular, excluíram-se desta contagem dois titulares de passaporte que seguiam com quatro criados como acompanhantes. Se todos os acompanhantes tivessem uma relação familiar com o titular totalizariam 355 pessoas.

Embora estejam contidas nas tipologias familiares constantes do quadro 5.2, deve-se ter em conta algumas pessoas que nos registos de passaporte são claramente referidas como tendo familiares no Brasil, e também o caso de algumas mulheres que no estado de casadas se ausentam para reunião familiar do outro lado do Atlântico.¹⁹⁸

¹⁹⁸ Por exemplo e concretamente: Emerenciana Emília da Rocha, de Gouvães, concelho de Sabrosa, casada com Manuel Pereira de Magalhães, residente no Brasil, tem o primeiro passaporte com data de 21 de agosto de 1852. Volta a requerer passaporte em 29 de março de 1854, indo já acompanhada pelo pequeno António Augusto, filho de 2 anos, e a sobrinha Maria José de 8 anos. Cf. ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/2, reg.º n.º 163, fl. 48v., ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/3, reg.º n.º 57, fl. 16 e Documento n.º 3 do Anexo documental. Também Ana Fernandes, de 14 anos, natural de Galafura, concelho de Peso da Régua, cujo pai, Vicente Fernandes, é residente no Brasil, segue com o titular, seu tio que leva a mulher e filha, com passaporte de 23-06-1857. Cf. ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/4, reg.º n.º 279, fl. 71v.-72. Com o pai igualmente residente no Brasil, vai com sua mãe, Jonathas Machado, filho natural, de 13 anos, com passaporte de 24-10-1857. Cf. idem, reg.º n.º 396, fl. 102. Dois casos muito coincidentes: Francisca Teresa, de 25 anos, casada com José Martins, residente no Brasil, ambos naturais de São Julião de Montenegro, concelho de Chaves, tem passaporte de 24-09-1860, levando consigo uma filha de 6 anos, dois filhos de 3 e 4 anos, e ainda um irmão de 29 anos. O marido ausentou-se com passaporte de 2-10-1858, com a profissão de carpinteiro; Francisca do Nascimento de 25 anos, natural de Cela, concelho de Chaves, casada com Manuel José Teixeira, natural do mesmo lugar e residente no Brasil para onde se ausentou com passaporte de 2-10-1858, com a profissão de alfaiate. Tem passaporte de 24-09-1860 e leva três filhos, um rapaz de 6 anos e duas raparigas de 3 e 1 ano, e ainda um sobrinho de 11 anos. Cf. ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/5, fl. 62v., 63v.; ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/6, reg.º n.º 26 e 27, fl. 7v.

A dimensão das famílias conjugais na emigração com ambos os progenitores ou só com um deles, bem como o número de elementos que as constituem, encontra-se quantificada por anos nos quadros 5.3 e 5.4. Das 33 famílias que partiram com o núcleo completo, o maior número verificou-se no ano de 1857, ano de maior emigração, seguindo-se as oito famílias do ano de 1859.

Quadro 5.3: Famílias nucleares com ambos os progenitores

Ano	Nº de elementos								
	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1842	1								
1846	1								
1853	1				1				
1856	2	1							
1857	1	3	3	1	2	2	1		1
1858				1					
1859	2	4	1		1				
1860	1	1		1					
Total	9	9	4	3	4	2	1		1

Estes agregados familiares são maioritariamente compostos por dois e três elementos, havendo outros com quatro elementos, destacando-se ainda duas famílias compostas por oito e dez elementos.

Nas restantes famílias com um só progenitor (quadro 5.4), a maior parte delas é constituída por dois elementos, havendo a destacar que, na maior parte dos casos, o progenitor é a mãe que segue com filhos para reunião familiar ao marido que se encontra no Brasil.

Quadro 5.4: Famílias nucleares com um só progenitor

Ano	Nº de elementos		
	2	3	4
1854	2		
1855	1		
1857	3	1	
1858	3		
1859	3	2	
1860	1	3	3
Total	13	6	3

Curiosamente, as famílias mais numerosas emigram quase todas no ano de 1857 e, à exceção de uma, têm origem em freguesias pertencentes à região vinhateira do Douro, com predominância para a freguesia de Galafura, não sendo por isso de excluir a influência que teve na emigração a crise da

região provocada pelo ódio que reduziu a produção vinícola e terá colocado problemas ao nível da procura de mão-de-obra para o trabalho nas vinhas.

Fora destes quadros familiares, é de salientar um aspeto frequentemente observado ao longo de todo o período em análise que tem a ver com vários indivíduos que obtêm passaporte no mesmo dia e são naturais ou do mesmo lugar ou da mesma freguesia, afinidades que se tornam mais numerosas na medida do aumento da emigração. Embora não tenhamos a referência no respetivo registo, ressalta, no entanto, a percepção que muitos deles têm alguma relação de parentesco a avaliar pelos nomes. Solidariedades à partida que estariam relacionadas com projetos afins, ou simplesmente a coordenação entre eles para a travessia do Atlântico em conjunto.

2. Acompanhantes

2.1. Relações de parentesco

Entre os acompanhantes do titular de passaporte, as relações de parentesco englobam familiares consanguíneos e familiares afins, havendo ainda outros em número diminuto que não configuram qualquer relação familiar como os criados (quadro 5.5). Quantitativamente predominam os filhos dos titulares de passaporte como expressão de uma emigração de núcleos familiares completos, ou apenas seguindo com um dos progenitores. Seguem-se os irmãos, que surgem algumas vezes com idades muito baixas, e depois as que são esposas do titular. Também alguns sobrinhos se deslocam com os titulares seus tios, acontecendo que um ou outro surge referenciado como tendo o pai falecido.

Quadro 5.5: Relações de parentesco com o titular de passaporte

Relação com o titular	H	M	Total
Mulher		32	32
Filho	55	48	103
Irmão	48	1	49
Primo	13	2	15
Pai	1		1
Mãe		1	1
Sobrinho	9	4	13
Cunhado	2	2	4
Nora		1	1
Indeterminado			3
Sem parentesco (Criados)	3	1	4
Total			226

No total dos indivíduos que seguem com os titulares de passaporte, os que pertencem aos agregados familiares nucleares ou simples, ou seja, maridos e esposas, filhos e irmãos, representam 81% do universo dos acompanhantes.

Quanto às idades, como já foi observado,¹⁹⁹ os acompanhantes integram-se em intervalos etários entre 1 e 19 anos, com preponderância para os que têm entre 10 e 14 anos para o sexo masculino e entre 1 e 9 anos para o sexo feminino, de modo que, por outro ponto de vista, no respeitante ao sexo masculino são 79% do total até aos 19 anos, e 52% para o sexo feminino até ao mesmo limite de idade.

3. Engajados

São, na totalidade, 35 os titulares de passaporte cujo registo refere claramente que vão engajados e todos dizem respeito ao ano de 1859 (quadro 5.6).²⁰⁰

Quadro 5.6: Engajados (titulares de passaporte)

Naturalidade	Nº	%
Vila Real	23	65,7
Peso da Régua	5	14,3
Sta. Marta Penaguião	4	11,4
Murça	2	5,7
Alijó	1	2,9
Estado civil		
Solteiro	23	65,7
Casado	10	28,6
Viúvo	2	5,7
Profissão		
Ferreiro	1	2,8
Pedreiro	1	2,8
Sapateiro	1	2,8
Trabalhador	3	8,6
Sem indicação	29	83
Idade		
14 – 19	10	29
20 – 29	8	23
30 – 39	13	37
40 – 44	4	11

¹⁹⁹ Veja-se supra gráfico 4.5 e quadro 4.4, p.77-78.

²⁰⁰ Maria Antonieta CRUZ, “Agruras dos Emigrantes Portugueses no Brasil – contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX”, *Revista de História*, vol. VII, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1986-1987, p. 54, refere o número de 36 contratados para o ano de 1860 com naturalidade do distrito de Vila Real. Pelo levantamento sistemático dos registos de passaporte a que procedemos, não foi apurado nenhum registo de contratados para esse ano, sendo que, nessa situação, apenas se verificou a existência de um total de 35 contratados, todos respeitantes ao ano de 1859, como referido no texto.

Os registos relativos aos titulares de passaporte que vão engajados, referem-se a eles de forma concisa, especificando que o titular se mostrou “abonado por documentos legais e competentes pelos quaes mostrou q. vae engajado pelo contracto de locação de serviços q. fez por meio d’instrumento pub.^o com o Agente da Associação Central de Colonização estabelecida na Cid.^e do Rio de Janeiro do d.^o Imp.^o e por Fran.^{co} J.^e Ignacio Teixeir.^a neg.^e desta Villa, q. abaixo assigna”, ou de forma mais genérica registando que o impetrante vai “engajado pelo contracto de locação de serviços que apresentou”²⁰¹. Entre eles, 26 são solitários, enquanto os restantes nove se fazem acompanhar por familiares segundo a tipologia estabelecida no quadro 5.3, o que perfaz 35 indivíduos titulares de passaporte. Na totalidade, entre titulares e acompanhantes, são 52 pessoas, o que no conjunto dos efetivos respeitantes ao ano de 1859 representa 16,3%.

Tendo em conta a naturalidade dos titulares engajados, o maior peso cabe ao concelho de Vila Real, seguido do de Peso da Régua e de Santa Marta de Penaguião, e com muito fraca expressão os concelhos de Murça e de Alijó. Quanto ao estado civil desses indivíduos, a dominância cabe aos solteiros, seguindo naturalmente a tendência de toda a emigração, ganhando, no entanto, algum significado os que vão no estado de casados, correspondente a cerca de um terço do total.

Quanto à profissão, verifica-se que na maior parte dos casos não é indicada, o que parece indiciar que a maioria dos indivíduos não apresentava especialidade profissional, realidade que se torna mais característica a partir da década de 1850, quando a emigração começa a tomar um cariz mais massivo. Embora sejam muito poucos os casos em que é indicada a situação profissional, como pode ver-se, só três deles são profissionais qualificados, enquanto outros tantos cabem na designação genérica de trabalhador. Importa ainda notar que os engajados, na sua maioria, integram-se na classe etária dos 30 aos 39 anos, seguindo-se os que tinham entre 14 e 19 anos. A média de idades, coincidente com a mediana, situa-se nos 28 anos.

Tendo em conta que o número respeitante ao engajamento não é muito significativo, se por um lado se pode notar que essa situação abrangia indivíduos jovens, numa proporção que rondava os 30% até aos 19 anos, ela é significativa em idades superiores, nomeadamente entre os 30 e 39 anos, o que fazia com que aumentassem os indivíduos no estado civil de casado que se ausentavam em família.

A tipologia familiar desses engajados é a que consta do quadro seguinte, onde predominam as famílias nucleares completas. Contando que são 26 os titulares de passaporte engajados que emigram sozinhos, temos que o total dos que partem em situação de engajamento perfaz 52 pessoas.

²⁰¹ Cf. ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/5, registo n° 354, fl. 90 v. e registo n° 404, fl. 103.

Quadro 5.7: Tipologias familiares dos engajados

Grupos familiares	Grupos	Pessoas
Casal	1	2
Casal com filho(s)	5	18
Pai com filho	3	6
Total	9	26

4. Reemigração

Dependendo dos objetivos à partida e de inúmeras circunstâncias, muitos emigrantes voltaram para depois saírem novamente. Terão alguns voltado pelo insucesso e, mais tarde, tentado nova experiência? Dar-se-á o caso de alguns indivíduos repetirem as saídas devido a conjunturas mais favoráveis? Outros ainda, conforme os registos de passaporte nos permitem concluir, surgem com saídas repetidas porque voltam a Portugal em viagem de visita para depois voltarem porque são já residentes no Brasil.

O confronto dos dados relativos aos indivíduos, tais como a naturalidade, a filiação, e as idades nos diferentes momentos, permitiu apurar que, para a população em estudo, um número de 23 pessoas regista saídas repetidas, o que em relação ao número dos que são titulares de passaporte corresponde a 1,4%, proporção pequena, senão mesmo residual, no conjunto do movimento emigratório. Desses indivíduos, todos registam duas saídas à exceção de apenas um que surge com três saídas.

Alguns casos são de destacar por mostrarem um percurso elucidativo do devir emigratório. Assim, Luís Vieira da Silva, de Vila Real, com a idade de 17 anos, solteiro, tem passaporte de agosto de 1839 com destino ao Rio de Janeiro e refere-se que não sabe escrever. Passados três anos, em novembro de 1842, agora com 20 anos e ainda no estado de solteiro, o seu passaporte já refere o nome da sua mãe, Maria Antónia, o destino continua a ser o Rio de Janeiro, novamente se anota que não sabe escrever, e a única diferença de registo é a de que sua mãe é viúva. Terá voltado em consequência do falecimento do pai para eventualmente acautelar a situação de sua mãe?

António Fernandes de Carvalho, de 34 anos, natural de Vila Real, no estado de casado e não sabendo escrever, surge com o primeiro passaporte em 1842 para o Rio de Janeiro. Em novembro de 1855, com 48 anos, o passaporte já o regista como sendo viúvo e com a profissão de mestre sapateiro, para pouco mais tarde, em junho de 1856, voltar a ter passaporte sem alteração dos dados do anterior.

Outro caso, o de José Inácio Teixeira, natural de Vila Real, de 17 anos, solteiro, tendo passaporte do mês de março de 1849 com destino ao Rio de Janeiro, aparece novamente em 1859, agora com 27

anos, já casado, sendo registado como residente no Rio de Janeiro e, desta vez, leva consigo uma cunhada, Maria Joaquina da Conceição, de 19 anos, natural do Brasil.

Ou ainda o caso de Emerenciana Emília da Rocha, já citado,²⁰² que na segunda saída, no ano de 1854, se transfere para o Brasil já com um filho de tenra idade para se reunir ao marido, eventualmente para uma permanência longa ou definitiva.

Um último exemplo entre outros que poderiam ser citados, é o que diz respeito a Manuel Caetano de Matos, de 46 anos, “subdito e Negociante Brasileiro, natural de Braga, e ultimamente assistente nesta Villa”, com passaporte de novembro de 1842, levando consigo a sua mulher e “uma criada mulata subdita Brasileira”.²⁰³ Estaremos perante um exemplo dos brasileiros de torna-viagem que retornava periodicamente em viagem de visita ou de negócios?

Dependendo de muitas condições, o retorno seguido de nova saída implicaria emigrantes que poderiam vir visitar a família, tratar de negócios ou acautelar outros aspetos da sua vida particular. De qualquer modo, e se algum destes emigrantes não nos escapou ao filtro da observação, o valor numérico encontrado para estas saídas repetidas que configuram o processo da reemigração é muito baixo e, se comparado com outros contextos, nomeadamente com o Porto, pode mesmo considerar-se residual.²⁰⁴

²⁰² Veja-se supra, p. 99, nota 198.

²⁰³ ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/2, (Livro de registo de passaportes, 1837-06-27/1852-09-24) registo n° 42, fl. 17.

²⁰⁴ Referimo-nos ao caso do Porto onde a proporção dos reemigrados atingiu 6,5% das partidas, embora respeitando a um período de observação mais longo. Cf. Jorge Fernandes ALVES, *Os Brasileiros...ob. cit.*, p. 257.

CONCLUSÃO

Comparativamente a outras regiões do país, nomeadamente o Entre Douro e Minho, a emigração relativa ao distrito de Vila Real evidenciou-se mais tardiamente, sendo particularmente observável a partir da segunda metade da década de 1850. A intensidade da emigração é principalmente notória a partir de 1856, atinge um máximo no ano de 1857, começando depois a evidenciar uma diminuição seguindo a tendência nacional de baixa dos anos sessenta.

Como causas desse fluxo emigratório podem apontar-se as dificuldades conjunturais em vários momentos da vida política nacional e consequentes dificuldades económicas e sociais, particularmente as que decorrem das crises vinícolas que se fizeram sentir de forma mais acentuada a partir do início dos anos cinquenta do século XIX, de que vários testemunhos coevos fizeram eco.

Quanto à composição desta emigração, as características que foram observadas permitem dizer que são concordantes com a generalidade da emigração portuguesa deste período, ou seja, da emigração tradicional ou clássica. Assim, salientam-se como traços estruturais, uma emigração predominantemente individual, masculina, acentuadamente jovem e, naturalmente, com predominância de indivíduos solteiros.

Na sua distribuição espacial, pode dizer-se que a emigração atingiu maior dimensão quantitativa nos concelhos em que a população era mais numerosa. Sem surpresa, os números mais elevados pertencem ao concelho de Vila Real, cujas freguesias, na sua maior parte, pertencem ao Alto Trás-os-Montes, sendo que uma minoria delas, situadas na parte sul do concelho, estão integradas na região vinhateira do Douro. Nesta região, e no que à emigração diz respeito, destacam-se com maior expressão numérica os concelhos de Peso da Régua e de Santa Marta de Penaguião, enquanto que para o espaço territorial do Alto Trás-os-Montes o destaque cabe aos concelhos de Chaves e Valpaços.

A componente feminina da emigração apenas ganha alguma visibilidade para finais do período, concomitantemente ao aumento de mulheres no estado civil de casado, em resultado da emigração familiar.

A emigração familiar, seja ela composta de núcleos familiares completos ou de apenas alguns dos seus elementos que partem para junção familiar no Brasil, só ganha expressão significativa nos finais da década de 1850. Algumas dessas famílias nucleares são originárias de concelhos do sul do distrito e pertencentes à região vitivinícola do Douro, indiciando as dificuldades da economia do vinho que afetou a região. Nos anos anteriores, a emigração familiar era configurada principalmente por indivíduos cuja relação familiar não significava o expatriamento, antes nos leva a supor que se tratava de uma emigração

com retorno na medida em que se tratava de filhos que saíam com o pai ou de irmãos e primos que se ausentavam juntos.

Fator essencial da emigração oitocentista, o engajamento, tanto quanto as fontes nos permitem observar concretamente, só se verifica nos finais da década de 1850, paralelamente ao progresso da emigração a níveis quantitativos mais altos. Também o movimento migratório no que concerne a saídas repetidas, a reemigração, revelou-se de dimensão diminuta no conjunto de todo o movimento.

Neste modesto trabalho tentámos apreender o movimento emigratório oitocentista do distrito de Vila Real até 1860 porque as condições da investigação respeitantes à disponibilidade de tempo não nos permitiam ir muito mais além. No entanto, seria de toda a utilidade desenvolver a investigação com base no levantamento de todos os passaportes, de modo a cobrir todo o século, fazendo o confronto dos seus dados com os das estatísticas oficiais e, paralelamente, analisar a dinâmica populacional do distrito até ao Censo de 1900.

Finalmente, e porque ao historiador apenas é possível recuperar uma ínfima parte do passado, fica-nos a incómoda insatisfação de não nos ser possível, ainda, abranger o percurso de muitos destes emigrantes nos seus sucessos e nas suas desgraças, eles que levados pelo sonho brasileiro lograram, alguns, ganhar a vida e, outros, perdê-la!

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES MANUSCRITAS

ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/2 (Livros de Registo de Passaportes, 27/06/1837-24/09/1852)
ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/3 (Livros de Registo de Passaportes, 25/09/1852-15/05/1856)
ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/4 (Livros de Registo de Passaportes, 20/05/1856-02/11/1857)
ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/5 (Livros de Registo de Passaportes, 02/11/1857-02/08/1860)
ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/6 (Livros de Registo de Passaportes, 03/08/1860-19/05/1862)
ADVRL/ACD – JGDVR/A/001/Lv001 (Livro de Actas da Junta Geral do Distrito de Vila Real)
ADVRL/ALL – ACVR/008/Lv001 (Copiador do Governo Civil, 1862)
ADVRL/ACD-CDVR/001/Lv009 (Livro das Actas das Sessões do Conselho de Districto 1853-1854)
ADVRL/ACD-CDVR/001/Lv011 (Livro das Actas das Sessões do Conselho de Districto 1858-1859)
ADVRL/ALL – CMVR/B/A/001/Lv043 (Livro das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Vila Real)
ADVRL/ALL – CMVR/B/A/001/Lv045 (Livro das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Vila Real)

2. FONTES IMPRESSAS

População: Censo no 1º de Janeiro de 1864, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.
População no 1º de Janeiro de 1878, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881
Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890, vol I, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção de Estatística Geral e Comércio, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.
DIÁRIO DO GOVERNO, 1838-1859.
DIÁRIO DE LISBOA, 1859-1861.
O COMMERCIO, 1854-1856.
O COMERCIO DO PORTO, 1857-1860.
COLLECÇÃO OFFICIAL DA LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA, Anno de 1859, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860

3. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, João da Costa Brandão e, *Censo de 1878. Relação das freguesias do continente e ilhas. População, sexos, fogos*, Lisboa, Typographia Universal, 1879.

ALEXANDRE, Valentim, “Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51)”, *Análise Social*, vol. XXXVI (111), 1991 (2º), p. 293-333.

ALONSO, Blanca Sánchez, *Las causas de la emigración española 1880-1930*, Madrid, Alianza Editorial, 1995.

ALVES, Jorge Fernandes “Emigração e sanitarismo – Porto e Brasil no século XIX”, *Ler História*, nº 48, 2005, p. 141-156.

ALVES, Jorge Fernandes, “A emigração portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX”, *Revista de História*, vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto, Porto 1989, p. 267-289.

ALVES, Jorge Fernandes, Lógicas migratórias no Porto oitocentista, in *Emigração Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos. XIX-XX)*, Fragmentos, 1993, p. 78-97.

ALVES, Jorge Fernandes, *Emigração do Norte para o Brasil*, Porto, 2016. Disponível: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id07id148&sum=sim> (data da consulta: 26 de abril de 2016).

ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros – Emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, 1994.

ALVES, Jorge Fernandes, “Analfabetismo e emigração – o caso do distrito do Porto no século XIX”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série vol. 10, 1993. p. 271-287.

ALVES, Jorge Fernandes, “Ler, escrever e contar na emigração oitocentista”, *Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, p. 289-313.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; et al. (Coord.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, s. l., CITCEM / Fundação Getúlio Vargas, 2013.

ARMENGAUD, André, La población europea 1700-1914, in *História Económica de Europa* (3) (ed. Carlo M. CIPOLLA), Barcelona, Ariel, 1983. 22-79.

BAGANHA, Maria Ioannis B., “Registros de pasaportes: sus limitaciones y sus posibilidades para el estudio de la emigración”, *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, nº 33, 1996, p. 303-311.

BAGANHA, Maria Ioannis B., Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração, Emigración Española y Portuguesa A America, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil Albert, 1991, p. 161-175.

CABRAL, Manuel Villaverde, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*, 3ª ed., Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.

CANDEIAS, Pedro; et al., *Emigração portuguesa: bibliografia comentada (1980-2013)*, SOCIUS Working Papers, nº 1, 2014. Disponível: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP01.2014.pdf> (data da consulta: 16 de janeiro de 2019).

CARQUEJA, Bento, *O Povo Portuguez - aspectos sociais e económicos*, Porto, Livraria Chardron, 1916.

CAPELA, José Viriato, *A Revolução do Minho de 1846 segundo os Relatórios de Silva Cabral e Terena José*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.

CAPELA, José Viriato, BORRALHEIRO, Rogério, *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758 – Memórias, História e Património*, Braga, 2006.

CASCÃO, Rui, “O crescimento demográfico – ritmos e factores”, *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. V, 1ª ed., Círculo de Leitores, 1993. 425-439.

CASTRO, Armando de, “Crises económicas e financeiras”, in *DHP*, vol. II, Porto Figueirinhas, s.d., 229-232.

CASTRO, Armando de, “Preços na época contemporânea”, in *DHP* (dir. de Joel SERRÃO), vol. VI, Porto, Figueirinhas, s.d. 516-520.

CASTRO, Maria Celeste Alves de, *A Emigração na paróquia de Santo André da Campeã (1848-1900)*, col. Economia e Sociedade, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2010.

- CIPOLLA, Carlo M., *Historia economica de Europa (3) La revolución industrial*, Barcelona, Ariel, 1983.
- COSTA, Afonso, *Estudos de economia nacional I – O problema da emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.
- COSTA, Emilia Viotti da, O escravo na grande lavoura, in *História Geral da Civilização Brasileira* (dir. Sérgio Buarque de Holanda), tomo II – O Brasil Monárquico, 3º vol., Reações e Transações, 5ª ed., São Paulo, Difel, 1985. 135-188.
- CRUZ, Maria Antonieta, “Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil – contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX”, *Revista de História*, vol. VII, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1986-1987, p. 7-134.
- DIAS, Jorge, *Rio de Onor: Comunitarismo agro-pastoril*, 2ª ed., Lisboa, Presença, 1981.
- FERRO, João Pedro, *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.
- FURTADO, Celso, *Formação económica do Brasil*, 10ª ed., São Paulo, Editora Nacional, 1970.
- GARRIER, Gilbert, O século do crescimento, in *História Económica e Social do Mundo* (dir. de Pierre LÉON), vol. 4, t.I, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982. 9-61.
- Gilberto FREYRE, *Sobrados e Mucambos*, tomo 1, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- GODINHO, V. Magalhães, "L'émigration portugaise (XV-XX siècles), une constante structurale et les réponses au changement du monde", *Revista de História Económica e Social*, nº 1, 1978, p. 5-32.
- GODINHO, V. Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Arcádia, 1977.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “Preços e conjuntura do século XV ao XIX”, *DHP*, vol. VI, Porto, Figueirinhas, s.d. 488-516.
- HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos II* (org., introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Presença, 1983.
- HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*, (dir. Sérgio Buarque de Holanda), tomo II – O Brasil Monárquico, 4º vol., Declínio e Queda do Império, 4ª ed., São Paulo, Difel, 1985
- JACKSON, John A. *Migrações*, Escher, Lisboa, 1991.
- JÚNIOR, Caio Prado, *História económica do Brasil*, 2ª ed., vol. II, São Paulo, Editora Brasiliense Lda., 1949.
- JUSTINO, David, *A formação do espaço económico nacional – Portugal 1810-1914*, 2 vols., col. Documenta Histórica, Lisboa, Vega, s.d.
- KLEIN, Herbert, *La inmigración española en Brasil (siglos XIX y XX)*, Colombres (Asturias), Archivo de Indios, 1996.

LEITE, Joaquim da Costa, Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914), *Análise Social* n°97, 1987, p. 463-480.

LEITE, Joaquim da Costa, Informação ou propaganda? Parentes amigos e engajadores na emigração oitocentista, in *Emigração Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos. XIX-XX)*, Fragmentos, 1993, p. 98-106.

LEITE, Joaquim da Costa, O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914), in *Fazer a América, A Imigração em massa para a América Latina*, 2ªed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 177-200.

LEMA, Paula Bordalo, *Tourém – Uma aldeia raiana do Barroso*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1978.

LEMA, Paula Bordalo, *Alto Douro*, (Projeto de investigação apresentado à Faculdade de Letras de Lisboa para Doutoramento em Geografia Humana), Lisboa, 1980.

LUZ, Nícia Vilela, As tentativas de industrialização no Brasil, *História Geral da Civilização Brasileira* (dir. Sérgio Buarque de Holanda), tomo II – O Brasil Monárquico, 4º vol., Declínio e Queda do Império, 4ª ed., São Paulo, Difel, 1985.

MACEDO, Jorge Borges de, “Comércio externo”, *DHP*, vol. II, Porto, Figueirinhas, s.d., p. 114-118.

MADEIRA, Artur Boavida, *Ilhéus açorianos na colonização do Brasil na segunda metade do século XVIII*, separata da Revista *De Cabral a Pedro I*, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001, p. 111-130.

MADEIRA, Artur Boavida, *População e emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais, Patrimonia, 1999.

MARQUES, A. H. de Oliveira, A organização administrativa e política, in *Nova História de Portugal* (Dir. de Joel SERRÃO e A.H.de Oliveira MARQUES), *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, vol. IX, Lisboa, Presença, 2002, p. 195-281.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, 3ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1986.

MARQUES, A.H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV, Nova História de Portugal* (dir. de Joel SERRÃO e A.H.de Oliveira Marques), volume IV, 1ª ed., Lisboa, Presença, 1987.

MARTINS, Conceição Andrade, A agricultura, in *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. II, O Século XIX (org. Pedro LAINS; Álvaro Ferreira da SILVA), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005, p. 219-258.

MARTINS, Conceição Andrade, *Memória do Vinho do Porto*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990.

MARTINS, Oliveira, *Fomento rural e emigração*, 3ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1994.

MARTINS, Oliveira, *O Brasil e as colónias portuguesas*, 7ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1978.

MATOS, Odilon Nogueira de, Vias de comunicação, *História Geral da Civilização Brasileira* (dir. Sérgio Buarque de Holanda), tomo II – O Brasil Monárquico, 4º vol., Declínio e Queda do Império, 4ª ed., São Paulo, Difel, 1985, 42-59.

MATOS, Paulo Lopes e MARQUES, A.H. de Oliveira, A base demográfica, in *Nova História de Portugal* (dir. de Joel SERRÃO e A.H. de Oliveira MARQUES), *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, vol. IX, Lisboa, Presença, 2002, p. 13-45.

MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, 2ªed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

MENESES, Avelino de Freitas de, “Dos Açores aos confins do Brasil: as motivações da colonização açoriana de Santa Catarina em meados de setecentos”, *Ler História*, nº 39, Lisboa, ISCTE, 2000, p. 115-140.

MENESES, Avelino de Freitas de, “Os açorianos na estruturação do Brasil do Sul: as levas de meados do século XVIII” in *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*, Fernando de SOUSA et all (coord.), Porto, CEPES, 2014, p. 123-144.

MENESES, Avelino de Freitas de, “Os ilhéus na colonização do Brasil: o caso das gentes do Pico na década de 1720”, *Arquipélago - história*, Revista da Universidade dos Açores, 2ª série, vol. III, Ponta Delgada, 1999, p. 251-264.

MIRANDA, Sacuntala de, Emigração e fluxos de capital, 1870-1914, in *Emigração Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos. XIX-XX)*, Fragmentos, 1993, p. 47-62.

NAZARETH, J. Manuel, “A dinâmica da população portuguesa no período 1930-70”, *Análise Social*, nº 56, 1978, p. 729-800.

NAZARETH, J. Manuel, “O efeito da emigração na estrutura de idades da população portuguesa”, *Análise Social*, nº 46, 1974, p. 315-362.

NAZARETH, J. Manuel, *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa, Presença, 1979.

NETO, Félix, *A migração portuguesa vivida e representada – Contribuição para o estudo dos projetos migratórios*, Dissertação de Doutoramento, Porto, 1984.

NETO, Félix, *A migração portuguesa vivida e representada – Contribuição para o estudo dos projetos migratórios*, Dissertação de Doutoramento, Porto, 1984 (Policopiado).

NOVA HISTÓRIA DE PORTUGAL (dir. Joel SERRÃO e A.H. de Oliveira MARQUES), vol. X, *Portugal e a Regeneração*, Lisboa, Editorial Presença, 2003.

O'NEILL, Brian Juan, *Proprietários, lavradores e jornaleiras – Desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*, 1ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1984.

PEREIRA, M. Halpern, *A política portuguesa de emigração, 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.

PEREIRA, Miriam Halpern, “Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa”, *Análise Social*, nº 108-109, 1990, p. 735-739.

PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1983.

PETRONE, Teresa Schorer, “Imigração assalariada”, in *História Geral da Civilização Brasileira*, (dir. Sérgio Buarque de Holanda), tomo II – O Brasil Monárquico, 3º vol., Reações e Transações, 5ª ed., São Paulo, Difel, 1985, 274-296.

PIAZZA, Walter, “A grande migração açoriana de 1748-1756”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XL, Angra do Heroísmo, 1982, p. 463-492.

PIAZZA, Walter, *A epopeia açórico-madeirense: 1747-1756*, Santa Catarina, UFSC/Editora Lunardelli, 1992.

PINTO, Maria Luís Rocha, RODRIGUES, Teresa, “A evolução da população ao longo do Século XIX – Uma perspectiva Global”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 6, 1992-1993, p 245-284.

PINA, Maria Helena Mesquita *O Alto-Douro: um espaço contrastante em mutação*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

QUEIROZ, Eça de, *A emigração como força civilizadora*, Lisboa, Perspectivas & realidades, 1979.

RAMOS, Carlos Vieira, *Legislação Portuguesa sobre Emigração e Passaportes*, Lisboa, 1913.

RAVARA, António Pinto, “A classificação socioprofissional em Portugal (1806-1930)”, *Análise Social*, nº 103-104, 1988, p. 1161-1184.

REIS, Jaime, “Crescimento económico e estatura humana: há um paradoxo antropométrico em Portugal no século XIX?”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa - Classe de Letras*, T. XXXV, Lisboa, 2002/2003, p. 153-169.

RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann, *Geografia de Portugal II. O Ritmo Climático e a Paisagem*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1988.

RIBEIRO, Orlando, *Opúsculos Geográficos. VI. Estudos Regionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann, *Geografia de Portugal II. O Ritmo Climático e a Paisagem*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1988.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, “Ciência demográfica e população açoriana. O nosso tributo à contribuição pedagógica e científica de Artur Boavida Madeira”, *Arquipélago - história (IN MEMORIAM Artur Boavida Madeira)*, Revista da Universidade dos Açores, 2ª série, vols. IX-X, Ponta Delgada, 2005-2006, p. 13-40.

RODRIGUES, Henrique, “Emigração, conjunturas políticas e económicas”, in *Emigração Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, Fragmentos, 1993, p. 63-77.

RODRIGUES, Henrique, *Emigração e alfabetização - O Alto Minho e a miragem do Brasil, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.*

RODRIGUES, Teresa, “A população portuguesa nos séculos XIX e XX. O acentuar das assimetrias de crescimento regional”, *População e Sociedade*, nº 1, Porto, CEPFAM, 1995, p. 57-72.

RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, Cepese/Afrontamento, 2008.

ROWLAND, Robert, “Emigración, estrutura y región en Portugal (siglos XVI-XIX)”, *Emigración española y portuguesa a América*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil Albert, 1991, p. 137-146.

RUEDA, Germán, *La emigración contemporánea de españoles a Estados Unidos 1820-1850, De “Dons” a “Misters”*, Madrid, Editorial Mapfre, 1993.

SEQUEIRA, Carla, *O Alto-Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo. A “questão duriense” na economia nacional*, Porto, CITCEM/Afrontamento, 2011.

SERRÃO, Joel, “Notas sobre emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo”, *Análise Social*, nº 87-88-89, 1985, p. 995-1004.

SERRÃO, Joel, *Fontes de Demografia Portuguesa, 1800-1862*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

SERRÃO, Joel, A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX (esboço de problematização), in *Temas Oitocentistas I*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d., p. 161-186.

SERRÃO, Joel et al, *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976.

SERRÃO, Joel, *A emigração portuguesa*, 4ª ed., Livros Horizonte, 1982

SERRÃO, Joel, “Brasil-Portugal, 1826/1889”, in *História Geral da Civilização Brasileira* (dir. Sérgio Buarque de Holanda), tomo II – O Brasil Monárquico, 4º vol., Declínio e Queda do Império, 4ª ed., São Paulo, Difel, 1985, p.204-215.

SILBERT, Albert, *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*, 3ªed., Livros Horizonte, 1981.

SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da, *Compendio do Novo Systema Métrico Decimal*, Lisboa, Typographia do Centro Comercial, 1856.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, *Território e poder – Nas origens do Estado contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrimonia Histórica 1997.

SOARES, Maria Teresa B. Lopes, *Emigração legal portuguesa no distrito de Aveiro (1882-1894)*, Porto, Faculdade de Letras, (dissertação de mestrado), 1993.

SOARES, Maria Teresa B. Lopes, “Correntes de opinião pública e emigração legal no distrito de Aveiro (1882-1894)”, *População e Sociedade*, nº 1, Porto, CEPFAM, 1995, p. 209-231.

SOUSA, Fernando de, GONÇALVES, Silva, *Memórias de Vila Real*, 2 vols, Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real/Câmara Municipal de Vila Real, 1987.

- SOUSA, Fernando de, “A população portuguesa em finais do século XVIII”, *População e Sociedade*, nº 1, Porto, CEPFAM, 1995, p. 41-55.
- SOUSA, Fernando de, O primeiro inquérito português à emigração (1843), in *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*, Belém/Pa, Editora Paka-Tatu, 2010, p. 275-283.
- SOUSA, Fernando de, “Subsídios para a História Social do Arcebispado de Braga – A Comarca de Vila Real nos fins do século XVIII”, *Bracara Augusta*, vol. XXX (T.II), nº 70 (82), Braga, 1976, p. 399-455.
- SOUSA, Fernando de Manuel Silva, GONÇALVES, *Os Governadores Cívicos do Distrito de Vila Real (1835-2002)*, Vila Real, 2002.
- SOUSA, Fernando de, PEREIRA, Gaspar Martins, *Alto Douro, Douro Superior*, 1ª ed., Lisboa, Presença, 1988.
- SOUSA, Fernando de Teresa, CIRNE, “Portugueses do norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832)”, *População e Sociedade*, (15), Porto, CEPESE/Afrontamento, 2007, p. 203-274.
- SOUSA, Fernando de, “População e economia do distrito de Vila Real em meados do século XIX”, *Estudos Transmontanos*, nº 1, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1983, 9-102.
- SOUSA, Fernando de, *Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real I*, Vila Real, 1976.
- SOUSA, Fernando de, *Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real II*, Vila Real, 1979.
- SOUSA, Fernando de, et al. (coord.), *Um Passaporte para a Terra Prometida*, Porto, CEPESE/Fronteira do Caos, 2011.
- SOUSA, Fernando de, GONÇALVES [Manuel] Silva, *Os Governadores Cívicos do Distrito de Vila Real (1835-2002)*, Vila Real, 2002
- SOUSA, Fernando de, GONÇALVES, [Manuel] Silva, *Catálogo – Inventário do Arquivo Distrital de Vila Real III*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1983.
- SOUSA, Fernando de, “Relatório dos Arquivos a Norte do Douro”, *Revista de História Económica e Social*, nº 3, Lisboa, 1979, p. 109-119.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meireles (Coord.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2007.
- SOUSA, Nestor de, “Emigrantes no Brasil e Escravos nos Açores”, *Arquipélago - Ciências Sociais*, nº 11-12, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1998, p. 379-492.
- TABORDA, Vergílio, *Alto Trás-os-Montes – Estudo Geográfico*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1987.
- TORGA, Miguel, *Traço de União*, 2ª ed., Coimbra, 1969.
- TORPEY, John, *The Invention of the Passport: Surveillance, Citizenship and the State*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vol. III, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

VEIGA, Teresa Rodrigues, As realidades demográficas, in *Nova História de Portugal*, (dir. Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES), vol. X, Portugal e a Regeneração, Lisboa, Editorial Presença, 2003, p. 17-70.

WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiya Pilatti, "Política e legislação imigratórias brasileiras e a imigração portuguesa", *Emigração Imigração em Portugal – Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos. XIX-XX)*, Fragmentos, 1993, p. 17-27.

WOOLF, Stuart (Dir.), *Espaces et familles dans l'Europe du Sud à l'âge moderne*, Paris, Édition de la Maison des Sciences de l'Homme, 1993.

APÊNDICE

Quadro 1 – Distrito de Vila Real: Emigrantes com passaporte por concelho de naturalidade, residência e por sexo – Titulares

Anos	Alijó		Boticas		Chaves		Mesão Frio		Mondim de Basto		Montalegre		Murça		Peso da Régua		Ribeira de Pena		Sabrosa		S. Marta de Penaguião		Valpaços		Vila Pouca de Aguiar		Vila Real		Indeterminado		Outros (1)		Total		Total H+M	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
1838															1		2		1		1		1				2						8	0	8	
1839					1										1						1						2						5	0	5	
1840																	3		1							2				a) 1			7	0	7	
1841					2												4							1		2		1					10	0	10	
1842	1									4					2		5				1					6				b) 3			22	0	22	
1843	1																				3					2							6	0	6	
1844	1																1		1		1					8							12	0	12	
1845																					4					6		1					11	0	11	
1846																										3								3	0	3
1847																					2			1			3	1	1				4	1	5	
1848																									2	10				c) 1			13	0	13	
1849															1						1					5							7	0	7	
1850	2																		4		3				6		1					16	0	16		
1851	3														2		1		1		1			1	21		1					31	0	31		
1852	4				1														1	4					14				d) 1			24	1	25		
1853	1		1		1					8					4		7				2				18				e) 3			45	0	45		
1854	2									3							3		8	1	7			2	29				f) 1			55	1	56		
1855	1									2					4		2		3		8			1	30	1	1					52	1	53		
1856	12				15		1					1		7		6		10		13			10	2	50				g) 1			128	0	128		
1857	17		20		23		2		35	1	3	1	6		51	4	22		3		18		50	16	88	4	3	1	h) 3			360	11	371		
1858	14		9		36		10		12		9		7	1	21		20		7		10		42	1	24				i) 2			250	2	252		
1859	8		9		25	1	6	1	8		18		12		30	1	30		13		38		23	18	1	68	5	2		j) 2			310	9	319	
1860	14		9		42	3	6		6		9		7		23		15		23		11		6	2	24		48		4	1	k) 3			250	6	256
Total	81		48		146	4	25	1	78	1	39	1	33	1	147	5	121		75	2	129		134	3	90	1	447	11	15	2	21	0	1629	32	1661	

(1) Naturalidade fora do distrito de Vila Real, mas residentes em concelhos do distrito.

a) Natural de Barcelos

b) Dois naturais de Celorico de Basto e um de Braga.

c) Natural de Sertã.

d) Um natural de Cabeceiras de Basto.

e) Um natural de Lamego; um natural de Guimarães; um natural de Mirandela.

f) Natural de Ovar.

g) Natural de Ponta Delgada.

h) Um natural de Barcelos, um do Porto e um de Celorico de Basto.

i) Um natural de Guimarães e um exposto em Tarouca, mas residente em Mesão Frio.

j) Um natural de Celorico de Basto, outro espanhol residente em Vila Real.

k) Um natural de Ovar, outro de Armamar e outro de Alverca.

Quadro 2 – Distrito de Vila Real: Emigrantes por concelho e por sexo – Acompanhantes do Titular

Anos	Alijó		Boticas		Chaves		Mesão Frio		Mondim de Basto		Montalegre		Murça		Peso da Régua		Ribeira de Pena		Sabrosa		Sta. Marta de Penaguão		Valpaços		Vila Pouca de Aguiar		Vila Real		Indeterminado		Outra Naturalidade		Total		Total H+M			
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M				
1838																																		0	0	0		
1839																																		0	0	0		
1840																	1																	1	0	1		
1841																																		0	0	0		
1842																													1		a) 1			0	2	2		
1843																				1														1	0	1		
1844																																			0	0	0	
1845																													1	1					1	1	2	
1846																											1								0	1	1	
1847																																			0	0	0	
1848																									1		2		1						4	0	4	
1849																						3				2									5	0	5	
1850																			1				1						1						2	1	3	
1851	1																									2									3	0	3	
1852																						2														2	0	2
1853	1					1				1												1				5	5								9	5	14	
1854										1									1	1							3									5	1	6
1855																										2	1									2	1	3
1856	1	2																	1		2					5				1					9	3	12	
1857	2	3								6					14	29					6	3				10	7		1	b) 1				39	43	82		
1858	4											1									4	1				4									14	4	18	
1859						1		1						2	1				1			2	1		2	1	10	11				c) 1			17	17	34	
1860						9	3	1				1	1	1		1	2	1			3	4	1	3		2									20	13	33	
Total	9	5	0	0	11	3	2	0	8	0	2	1	1	2	15	30	7	1	4	1	18	13	3	4	3	1	47	25	3	4	1	2	134	92	226			

a) “Criada mulata brasileira.”

b) Natural de Vinhais.

c) Cunhada do titular, brasileira.

Quadro 3 – Distrito de Vila Real: Emigrantes por concelho e por sexo – Titulares e Acompanhantes

Anos	Alijó		Boticas		Chaves		Mesão Frio		Mondim de Basto		Montalegre		Murça		Peso da Régua		Ribeira de Pena		Sabrosa		S. Marta de Penaguão		Valpaços		Vila Pouca de Aguiar		Vila Real		Indeterminado		Outras naturalidades (1)		Total		Total H+M	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
1838															1		2		1		1		1				2						8	0	8	
1839					1										1					1							2						5	0	5	
1840																	4		1								2				1		8	0	8	
1841					2												4						1				2		1				10	0	10	
1842	1								4						2		5				1						6			1	3	1	22	2	24	
1843	1																				4						2						7	0	7	
1844	1																1		1		1						8						12	0	12	
1845																					4						6		2	1			12	1	13	
1846																											3	1					3	1	4	
1847																					2			1				1	1				4	1	5	
1848																										3		12		1		1		17	0	17
1849															1						4						7						12	0	12	
1850	2																		5		3			1			6		2				18	1	19	
1851	4														2		1		1		1				1		23		1				34	0	34	
1852	4				1															1	6						14				1		26	1	27	
1853	2		1		2										4		7				3						23	5			3		54	5	59	
1854	2																3		9	2	7				2		32				1		60	2	62	
1855	1														4		2		3		8				1		32	2	1				54	2	56	
1856	13	2			15		1					1		7		6		11		15		10		2		55			1	1		137	3	140		
1857	19	3	20		23		2		41	1	3	1	6	65	33	22		3		24	3	50		16		98	11	3	2	4		399	54	453		
1858	18		9		36		10		12		10		7	21		24		7		10	4	43	1	24		31				2		264	6	270		
1859	8		9		26	1	7	1	8		18		12	2	31	1	30		14		38	2	24		20	2	78	16	2		2	1	327	26	353	
1860	14		9		51	6	7		6		10	1	8	23	1	17	1	23		14	4	7	5	24		50		4	1	3		270	19	289		
Total	90	5	48		157	7	27	1	86	1	41	2	34	3	162	35	128	1	79	3	147	13	137	7	93	2	494	36	18	6	22	2	1763	124	1887	
	95		48		164		28		87		43		37		197		129		82		160		144		95		530		24		24		1887			

(1) Os quantitativos constantes englobam os indivíduos referidos nas notas aos quadros 1 e 2.

Quadro 4 – Distrito de Vila Real: Idades por ano e por sexo – Titulares

Anos	< 1		1 – 4		5 – 9		10 – 14		15 – 19		20 – 24		25 – 29		30 – 34		35 – 39		40 – 44		45 – 49		50 – 54		55 – 59		60 – 64		65 +		Ind		Total H+M
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M			
1838							2		4				2																				8
1839									4		1																						5
1840							3		1		1		1											1									7
1841							1		5		2		1				1																10
1842							2		9		5		2		1						1									2			22
1843									3		1										1									1			6
1844							4		4		3		1																				12
1845									4		4		1				1							1									11
1846							1		1						1																		3
1847											2		2	1																			5
1848							1		5		2		2		2		1																13
1849							3		2				1												1								7
1850							3		10		1						1											1					16
1851							7		9		8		5		1		1																31
1852							5		9		5		2	1	3																		25
1853							14		14		5		3		5		1		1		1										1		45
1854							14		15		13		4	1	3		3		1		1				1								56
1855							7		24		9		8				1	3		1													53
1856					1		19		39		25		24		5		7		2		1		2		1					2			128
1857					2		63		108	2	49	2	50	3	44	2	23	1	8		5		6	1			1		1		1		371
1858					3		48		72		36		40		20		12	2	11		1		5		1		1						252
1859					1		64		99		41		46	1	22	2	17	1	13	1	2				2	1	1	1		2	2		319
1860							62		47		45	1	33	2	22		16	1	10	2	7		6						1		1		256
Total					7		323		488	2	258	3	228	9	129	4	84	6	49	3	21		20	1	7	1	4	1	2	2	9		1661
					7		323		490		261		237		133		90		52		21		21		8		5		4		9		

Quadro 5 – Distrito de Vila Real: Idades por ano e por sexo – Acompanhantes

Anos	< 1		1 – 4		5 – 9		10 – 14		15 – 19		20 – 24		25 – 29		30 – 34		35 – 39		40 – 44		45 – 49		50 – 54		55 – 59		60 – 64		65 +		Ind		Total H+M
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M			
1838																																	
1839																																	
1840																															1		1
1841																																	
1842																																2	2
1843																															1		1
1844																																	
1845							1					1																					2
1846																																1	1
1847																																	
1848							4																										4
1849																															5		5
1850							1																								1	1	3
1851									1																						2		3
1852																															2		2
1853							5		1				1		1															1	5	14	
1854			1			1	1		2		1																						6
1855									1							1															1		3
1856	1				1		3		3	1				1	1					1													12
1857		2	5	6	12	7	14	7	6	4		4	1	2		3		5		2							1	1					82
1858		1		1	1	1	4		6		1				1	2																	18
1859			2	5	4	1	5		4	2				2	1	2		2		1										1	2		34
1860	1		2	4	5	3	5	1	4	1	1	1	1	1	1	1				1													33
Total	2	3	10	16	23	13	43	8	28	8	3	6	3	6	4	7	3	7		5							1	1			14	12	226
	5		26		36		51		36		9		9		11		10		5						2				26				

Quadro 6 – Distrito de Vila Real: Idades por ano e sexo – Titulares e Acompanhantes

Anos	< 1		1 – 4		5 – 9		10 – 14		15 – 19		20 – 24		25 – 29		30 – 34		35 – 39		40 – 44		45 – 49		50 – 54		55 – 59		60 – 64		65 +		Ind		Total H+M
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M			
1838							2		4				2																				8
1839									4		1																						5
1840							3		1		1		1											1						1			8
1841							1		5		2		1				1																10
1842							2		9		5		2		1						1									2	2		24
1843									3		1										1									2			7
1844							4		4		3		1																				12
1845							1		4		4	1	1				1						1										13
1846							1		1						1																1		4
1847											2		2	1																			5
1848							5		5		2		2		2		1																17
1849							3		2				1												1						5		12
1850							4		10		1						1										1			1	1		19
1851							7		10		8		5		1		1													2			34
1852							5		9		5		2	1	3															2			27
1853							19		15		5		4		6		1		1		1									2	5		59
1854			1			1	15		17		14		4	1	3		3		1		1				1								62
1855							7		25		9		8				1	1	3		1										1		56
1856	1				2		22		42	1	25		24	1	6		7		2	1	1		2		1					2		140	
1857		2	5	6	14	7	77	7	114	6	49	6	51	5	44	5	23	6	8	2	5		6	1			2	1	1			453	
1858		1		1	4	1	52		78		37		40		20	1	14	2	11		1		5		1		1					270	
1859			2	5	5	1	69		103	2	41		46	3	23	4	17	3	13	2	2			2	1	1	1		2	3	2	353	
1860	1		2	4	5	3	67	1	51	1	46	2	34	3	23	1	16	1	10	3	7		6					1		1		289	
Total	2	3	10	16	30	13	366	8	516	10	261	9	231	15	133	11	87	13	49	8	21		20	1	7	1	5	2	2	2	23	12	1887
	5		26		43		374		526		270		246		144		100		57		21		21		8		7		4		35		

Quadro 7 – Indivíduos naturais do distrito de Vila Real e outros concelhos de Trás-os-Montes falecidos no Rio de Janeiro

Ano	Nome	Idade	Estado civil	Naturalidade	Profissão	Causa da morte	Fonte
1859	Bernardo António de Moraes	25	solteiro	Vila Real	Trabalhador		DG, n°110, 12-05-1859, p.651.
“ “	José António de Sousa	34	solteiro	Mirandela	Trabalhador		Idem
“ “	José Bernardo Pimentel	18	solteiro	Valpaços	Caixeiro		DG n°147,25-06-1859, p.868
“ “	Eugénio Augusto Ribeiro da Silva	21	solteiro	Chaves	Caixeiro		DG n°196, 22-08-1859, p.1098
“ “	António José Ribeiro Chaves	20	solteiro	Chaves			DG n°201,27-08-1859, p.1120
“ “	José Ferreira de Carvalho	18	solteiro	Vila Real	Charuteiro		DL n°26, 30-11-1859, p.122
“ “	Bernardo António Ferreira	77	Viúvo	Trás-os-Montes			Idem
“ “	José Joaquim Guilherme	22	solteiro	Chaves	Alfaiate		Idem
“ “	João Maria Teixeira	21	solteiro	Trás-os-Montes	Charuteiro		Idem
“ “	João Rodrigues da Costa (1)	38	solteiro	Vila Real	Tamanqueiro		DL n°57, 10-03-1860, p.257
1860	Cândido Teixeira Carneiro	27	solteiro	Trás-os-Montes	Pintor		DL n°68, 23-03-1860, p.299
“ “	Joaquim Martins Timóteo	42	casado	Trás-os-Montes		Febre amarela	DL n°178, 7-08-1860, p.880
“ “	José António da Grama	27	solteiro	Vila Real	Trabalhador	Febre amarela	DL n°186, 17-08-1860, p.912-913
“ “	Joaquim de Sousa Barros	37	casado	Trás-os-Montes	Trabalhador	Febre amarela	Idem
“ “	António da Silva Gomes (2)	27	solteiro	Vila Real		Febre amarela	Idem
“ “	José Joaquim Esteves	24	solteiro	Trás-os-Montes	Alfaiate	Colite crónica	Idem
“ “	Silvino António Marques	20	solteiro	Vila Real	Barbeiro	Febre amarela	DL n°195, 28-08-1860, p.948
“ “	António Leopoldo Pimenta	19	solteiro	Chaves	Caixeiro	Tubérculos pulmonares	Idem
“ “	Luís de Paula	22	solteiro	Vila Real	Pedreiro	Febre amarela	Idem
“ “	José Manuel (3)	38	casado	Chaves		Febre amarela	Idem

“ “	José Maria Teixeira	22	solteiro	Chaves		Colite crónica	DL n°207, 11-09-1860, p.1008-1009
“ “	António Taveira	28		Trás-os-Montes	Carroceiro	Febre amarela	Idem
“ “	José Cardoso de Vasconcelos	26	solteiro	Chaves		Tubérculos pulmonares	Idem
“ “	Crisóstomo José Trovisco	31	solteiro	Trás-os-Montes	Ferrador	Diarreia	Idem
“ “	Victória Marques	8		Trás-os-Montes		Tubérculos mesentéricos	Idem
“ “	Manuel António Vaz (4)	37	casado	Trás-os-Montes		Febre amarela	Idem
“ “	Luís Pereira (5)	36	solteiro	Peso da Régua		Tubérculos pulmonares	Idem
“ “	Basilio Ferreira	38	solteiro	Trás-os-Montes	Trabalhador	Infeção purulenta	DL n°242, 22-10-1860, p. 1154
“ “	Sebastião Jerónimo Pinto	28	solteiro	Trás-os-Montes		Febre amarela	Idem
“ “	João Fernandes	24	solteiro	Montalegre		Tubérculos pulmonares	Idem
“ “	Francisco Alves	31	solteiro	Vila Real	Carroceiro	Ascite	Idem
“ “	Diogo Lourenço (6)	16	solteiro	Vila Real		Febre tifóide	Idem
1861	José Alves	30	solteiro	Trás-os-Montes		Úlceras	DL n°185, 20-08-1861, p. 2292

(1) Pelos dados de filiação, trata-se do indivíduo que emigrou com passaporte requerido em 1-07-1857, natural de Borbela, Vila Real, com 37 anos e com a profissão declarada de soqueiro.

(2) Este indivíduo, natural da freguesia de Lordelo, Vila Real, requereu passaporte em 19-09-1854 com a idade de 21 anos e na condição profissional de serralheiro.

(3) Presumimos que se trata do indivíduo que requereu passaporte em 8-03-1860, natural da freguesia de Moreiras, Chaves, no estado de casado e sem profissão indicada. A ser ele, significa que faleceu pouco depois de chegar ao Brasil, uma vez que a comunicação do Consulado situa o falecimento entre 5 de maio e 2 de junho.

(4) Presumimos que possa tratar-se do indivíduo que requereu passaporte em 21-02-1857 com 32 anos, natural da freguesia de Possacos, Valpaços.

(5) Supomos ser este indivíduo o que requereu passaporte em 13-03-1857 com 32 anos, natural da freguesia de Moura Morta, Peso da Régua, filho natural de Ana Pereira com a profissão de jornaleiro.

(6) Trata-se do indivíduo que requereu passaporte em 5-03-1859 com a idade de 14 anos, filho natural de Teresa Pereira, da freguesia da Campeã, Vila Real.

ANEXO DOCUMENTAL

NOTA EXPLICATIVA

O anexo documental integra 15 documentos que foram selecionados tendo em conta o seu interesse para o enquadramento e entendimento do fenómeno migratório quanto às motivações individuais e coletivas, as obrigações administrativas e os fatores que influenciam a saída.

O anexo documental está organizado segundo os seguintes critérios:

Cabecalho

- Cada documento apresenta um número de ordem de 1 a 15;
- Na linha seguinte ao número de ordem do documento, entre parêntesis, consta um breve texto indicativo do assunto em destaque;
- No fim vem a localização do documento original.

Crítérios de transcrição

1. Respeitou-se a ortografia original;
2. Os erros ortográficos, por descuido, troca ou falta de caracteres, assinalaram-se com *(sic)*;
3. Desenvolveram-se as abreviaturas, exceto as de conhecimento comum;
4. As letras restituídas ao texto estão em itálico;
5. Os entrelinhados colocaram-se entre parêntesis angulosos;
6. Os fólhos indicaram-se no texto entre parêntesis rectos;
7. Sempre que no original se deparou com expressão ou palavra ilegível, indicou-se o facto com um ponto de interrogação entre parêntesis recto. Outras ocorrências vão registadas em nota com o respetivo número entre parêntesis curvos.

DOCUMENTO 1

(Documentos relativos ao processo de José Maria Teixeira de Sá para requerer passaporte para embarcar para o Brasil)

Nóz José Ignácio Teixeira d' Sá, iminha (*sic*) mulher Anna Pereira Cardozo desta Villa aucto-
rizamos e damos todo o nosso consentimento a nosso filho José Maria Teixeira d' Sá desta mesma Villa,
para embarcar para o Império do Brazil, e assi se estabelecer como melhor (*sic*) lhe convenha. E por
verdade lhe passamos esta nossa declaração e consentimento *que* assignamos eu o Pae, e derogo da
Mae por não saber escrever rogou a António José Alvares Pinto Lobato desta Villa q. por ella assignasse
o q. fez, e derogo assignou. Villa Real 1º de Outubro de 1852.

José Ignácio Teixeira de Sá

A rogo – António José Alvares Pinto Lobato

[No verso]

Illustrissimo Senhora

Diz José Maria Teixeira de Sá filho *legítimo* de José Ignacio Teixeira de Sá, e sua *mulher* Anna
Pereira Cardozo desta Villa que precisa que se lhe atteste, e certifique se se acha recrutado *para* a 1ª
linha

Passa certidão *Villa*
Real 3 de 7bº de 1852
(assinatura)

Para Vossa Senhoria Illustrissimo Senhor Administrador
do *Concelho* se digne assim lhe deferir, e certificar o re-
querido

E Receberá Mercê

Manoel Joaquim Borges da Costa Escrivão da Administração do Concelho

Certifico que examinando os livros dos recrutamentos para soldados do exercito, desde mil
oitocentos e quarenta e oito nelles não encontrei inscripto o supplicante José Maria Teixeira de Sá, filho
legítimo de José Ignacio Teixeira de Sá e sua mulher Anna Pereira Cardozo da freguesia de São Pedro
desta Villa Real. E por verdade passei a presente que assigno.

Administraçam do Concelho três de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e dous.

Manuel Joaquim Borges da Costa

Estampilhas

Conta

Certidam ___ 120

B.^{ca} — 200

 320

São trezentos e

Vinte =

(Assinatura)

DOCUMENTO 2

(Documentos relativos ao processo de Gaspar António Fernandes para requerer passaporte para embarcar para o Brasil)

Illustríssimo Senhor

Diz Gaspar Antonio Fernandes, filho d'Antonio José Fernandes desta Villa Real, que para requerimento que tem, perciza (*sic*) que V.^a S.^a lhe mande passar por certidão legal, se sim ou não o *Supplicante* se acha recrutado para o Serviço do Exercito.

Passe – V.^a Real
28 d'Ag.^{to} de 1852
(Assinatura)

*Passe para Senhor Administrador do Concelho se
digne mandar-lhe passar a dita certidam
E Receberá Mercê*

Conta
Certidam ___120
B.^{ca} _____ 200
 _____ 320
São trezentos Vinte
gratis
(Assinatura)

Manuel Joaquim Borges da Costa Escrivão da Administração do Concelho de Villa Real, por Confirmação de Sua Magestade Fidellissima que Deus G.^e Sr.^a

Certifico que examinando os livros dos recrutamentos a que se tem procedido neste Concelho, não encontrei nelles o nome do Supplicante Gaspar Antonio Fernandes, filho de Antonio Jose Fernandes desta Villa,

E por ser verdade passei o presente que assigno.
Administração do Concelho de Villa Real//
Real vinte oito de Agosto de mil oito centos
e concoenta e dous anos.
Manuel Joaquim Borges da Costa

Registo de Passaportes, ADVRL/ACL-GCVR/H/D/010/Lv 1607 (Folhas soltas não numeradas)

Noz Antonio Jose Fernandes, e minha molher Thereza de Jezús desta Villa, prestamos nosso consentimento a nosso filho Gaspar Antonio Fernandes, de idade de dezesete (*sic*) annos para fazer viagem para o Imperio do Brazil para ali se estabelecer, e adquirir sua fortuna; e por ser esta a nossa vontade rogamos a Antonio Botelho d'Azevedo Carneiro desta mesma Villa, que este fizesse, e tambem assignou. Villa Real 30 d'Agosto de 1852.

Thereza de Jezus

Ant.º J.º Ferz

Ant.º Bott.º d'Az.º Carneirº

Reconheci a Letra nas tres assignaturas do
Consintimento (*sic*) supra, de que dou fé. *Villa* Real
31 de Agosto de 1852 annos
(assinatura ilegível)
[?] Luiz Bernardino Alvares Pinto Lobato

Registo de Passaportes, ADVRL/ACL-GCVR/H/D/010/Lv. 1607 (Folhas soltas não numeradas)

Diz Gaspar Antonio Fernandes desta Villa Real / E rrizidente (*sic*) na Cidade do Porto que para bem de sua Justiça / Perciza (*sic*) mostrarce (*sic*) cem (*sic*) culpas neste Juizo “portanto”

[?]

Vila Real 30 Agosto 1852

(assinatura)

Para Vossa Senhoria Ilustrissimo Senhor

Doutor Juiz de Direito seja servido Mandar que distribuida esta se lhe mande passar Alvara de folha currida na forma requerida
E Receberá Mercê

O *Doutor* Vicente Pereira de Figueiredo Juiz de Direito na Comarca desta Villa Real. (assinatura)

Mando aos Escrivães d’auto assim respondão a esta folha com as culpas que tiverem relativas ao requerente ou o declarem sem ellas, o que cumprião. Villa Real 30 d’Agosto de 1852 annos Antonio Ferreira de Carvalho o escrevi.

Assinatura

Registo de Passaportes, ADVRL/ACL-GCVR/H/D/010/Lv 1607 (Folhas soltas não numeradas)

[No verso]

Nada no 2º *officío*
Em *prezença* do secretario
Villa Real 30 d’Agosto
De 1852 – (Assinatura)

Nada pelo Rol no 4º *officío*
Vª Real 30 de Agosto de
1852 / Pelo *competente*
(Assinatura)

Nada pelo Rol no 1º *officío*
Vª Real 30 d’Agosto de 1852
(Assinatura)

Nada pelo rol do
3º *officío*. Vª Real 30
d’Agosto de 1852 annos
(Assinatura)

Vai respondida pelos quatro Escrivães deste Juizo na forma da Lei e estillo. Vila Real 30 d’Agosto de 1852 annos.

O Escrivão de Direito
Antonio Ferreira de *Carvalho*

Registo de Passaportes, ADVRL/ACL-GCVR/H/D/010/Lv 1607 (Folhas soltas não numeradas)

DOCUMENTO 3

(Documento relativo ao processo de Emerenciana Emília Borges da Rocha para requerer passaporte para embarcar para o Brasil)

Diz Emerenciana Emília Borges da Rocha, filha *legítima* de Manoel da Rocha e sua *mulher* Maria Borges, da extincta Villa de Gouvaens do Douro, deste *concelho de Provezende*, e casada com Manuel Pereira de Magalhaens, residente no Imperio do Brazil, que perciza (*sic*) o mostrar-se sem culpa alguma neste Juizo: e para isso

(Assinatura)

A.J. *Lourenço*

Passé alvara
Provezende 20
De Agosto de
1852

Para Vossa Senhoria Sereníssimo Juiz Ordinario se digne mandar-lhe [?] passar *Alvara* de folha e que os *Escrivans* deste Juizo respondão a ella, ou com culpas, ou sem ellas na forma do Estillo.

(assinado)

Mendonça Cabral

E *Receberá Mercê*

Registo de Passaportes, ADVRL/ACL-GCVR/H/D/010/Lv 1607 (Folhas soltas não numeradas)

DOCUMENTO 4

— Acta —

Da 4ª Sessão da Junta Geral de Districto em 4
d'Agosto de 1843

[Fl.78 v.] Aos quatro dias d'Agosto de mil oito centos quarenta e três, por oito horas da manhã, reunidos todos os Procuradores, excepto Antonio Avelino, foi aberta a sessão. Leo-se e approvou-se a acta antecedente. A Comissão respectiva apresentou o seu parecer acerca da representação da Camara de Sabrosa, em matéria de divisão judicial, o qual é concebido nestes termos = A Comissão encarregada de dar o seu parecer sobre a consulta exigida pelo Ministerio da Justiça, em Portaria de nove de Julho de mil, oito centos, quarenta e dous, em face da representação da Camara de Sabrosa, entende, que são do maior peso as razões expendidas na referida representação, e que mui bem iria ao serviço publico, e commodidade dos Povos representados a transferencia do Julgado de Sabrosa, para a Comarca de Villa Real, passando o de Villar de Maçada para o d'Alijó, tomando-se o rio Pinhão como limite natural entre as duas Comarcas. Sala da Comissão 4 d'Agosto de 1843 — Presidente Francisco Xavier d'Andrade Almeida — Relator Joze Joaquim Ferreira Caldas — Secretario Antonio da Costa Corrêa de Lacerda — Vogais Antonio Luiz de Moraes Soares e Caetano Joze de Madureira. A Junta approvou o parecer. Entrou depois em discussão o parecer da Comissão relativo á consulta suscitada pelo Ministerio do Reino em Portaria de 7 de Julho de 1843, e a Junta approu (sic) o seguinte parecer — Senhora, a junta Geral de Districto, a quem foi presente a Portaria Circular, expedida pelo Ministerio do Reino, 3.ª Repartição n.º 588 L.º 6.º, em 7 de Julho de 1843, afim de satisfazer ao requerimento do Digno Par Visconde de Sá da [Fl.79] Bandeira, aprovado pela respectiva Camara, em sessão de 28 de Junho antecedente, cujo resultado lhe hade ser presente na seguinte Sessão Legislativa, com quanto se não ache habilitada com luzes, e conhecimentos, para informar sufficientemente o Governo de Vossa Magestade, nem porisso deixará d'expor, com franqueza a sua opinião, acerca dos quesitos, que lhe foram apresentados —

1.º Quais sãem as cauzas, que em cada Districto tendem a promover a emigração — ?

Esta junta, Senhora, não pode deixar de lisongear-se com a circumstancia de ser quasi nulla, neste Districto a emigração para o estrangeiro, fazendo excepção a esta regra alguns individuos, que vãm para o Brazil. A explicação deste facto encontra-se em diversas causas. O nome de Brasileiro, ainda hoje está cercado d'um prestígio imenso, que seduz os Mancebos na idade das concepções maravilhosas, com esperançosos calculos de riqueza extraordinária — as promessas, e solicitações de parentes estabelecidos n'aquelle Império — a falta d'arrumo para a Mocidade, e de recursos em geral — as privações, que desgraçadamente tem resultado das comoções politicas, reduzindo muitos á desconsideração, desprezo, e miséria — o medo ao recrutamento — são os motivos principaes da referida emigração — Falla-se em Comissões, que promovem a emigração para o Brazil, mas entre nós este facto está mal averiguado —

2.º Qual é a causa legislativa, ou outra, que impede que os terrenos susceptiveis de cultura, em cada Districto, sejam cultivados — ?

Não conhece esta Junta lei alguma que se opponha á cultura, bem pelo contrario existem muitas, que a recomendam e promovem. Com tudo pode enumerar-se um complexo d'obstáculos, que removidos, deixariam campo livre aos previdentes desejos do Governo de Vossa Magestade — o desamor

do trabalho — a ociosidade — a desmoralização — a marcha tasdigrada? da civiliza- [Fl.79 v.]ção material — a falta d’institutos, e associações agricolas — a depreciação dos produtos da lavoura — e finalmente o desvio dos capitaes para o ruinoso commercio d’agiotagem, influem reconhecidamente contra os progressos da cultura.

3.º Quaes sam as providencias legislativas, de que se carece, para que se promova, e effectue a cultura dos mesmos terrenos?

Remover todos os obstaculos mencionados, por meio de provisões legislativas, que tornem effectivos severos castigos [?] ociosidade, e vadios, que punam os jogos prohibidos com rigor exemplar, que instiguem com prémios honoríficos, e diminuição de tributos os mais industriosos agricultores, que façam germinar o espirito d’associações ruraes, que facilitem as communicações internas, sam as providencias, que a Junta presume mais adequadas. E com quanto as nossas leis abundem nestas providencias (é mais á sua execução, do que á sua ampliação, que a Junta se releva) não pode lançar-se em duvida a necessidade de serem retocadas e desenvolvidas em regulamentos exequiveis —

4.º Qual seria o meio mais adequado de substituir por braços portuguezes os braços estrangeiros, que se empregão regularmente nos serviços acima mencionados?

O grangeo das vinhas do Douro exige uma quantidade de braços superior ás forças da população do paiz — sam por conseguinte indispensáveis milhares de braços estrangeiros — é im-possivel a substituição por braços portuguezes; com tudo pensa esta Junta, que a execução das medidas legislativas, mencionadas na resposta ao terceiro quesito, produsiria a consequencia necessaria d’uma consideravel diminuição dos braços estrangeiros.

Desta forma conclue a Junta a sua consulta especial, sentindo não abundar em recursos, que possam satisfazer os desejos do illustre author da Judicação na Camara [Fl.80] dos dignos Pares, bem como esclarecer o Governo de Vossa Magestade, nas louváveis tenções de promover a felicidade dos povos. Deus Guarde a V. M.

Villa-Real em sessão da Junta Geral de 4 d’Agosto de 1843 — Ao meio dia levantou-se a Sessão, depois de lavrada esta Acta, que vai por mim assignada, com os Procuradores presentes. Rodrigo Joze de Moraes Soares secretario —

O Presidente — (Assinaturas ilegíveis)

ADVRL/ACD – JGDVR/A/001/Lv001

DOCUMENTO 5

(Ofício da Câmara de Vila Real para o Governador Civil dando conta do estado do recrutamento)

Nº 98

Em cumprimento do que por V. Ex.^{ca} me foi ordenado no *officío* Nº 40 em data de 12 do *corrente* tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^{ca} que nenhum dos *recenseamentos* militares relativos aos annos cujos contingentes não estão preenchidos n'este concelho, está ainda, esgotado. Não tem sido possível preencher aquelles contingentes,, já *por que* muit.^{os} dos *recenciados* e proclamados são Mortos, já *por que* outros estão ausentes no Império do Brasil, e já finalmente *por que* das terminantes ordens *que* tenho dado aos respectivos *regedores para* a captura dos *refractarios* nenhum fructo tenho tirado por deixarem que tais mancebos não existam na sua freguesia e ignorão a sua residência.

<Numericamente fallando> os *refractarios* ao *recrutamento* de 1856 são 32, ao de 1857, 14, ao de 1858, 17, ao de 1859, 52, ao de 1860, 47, ao de 1861, 31, sendo que os *contingentes* <relativos os *(sic)* tres primeiros annos já se acham preenchidos.>

Não teem athe hoje podido ser capturados pelas razões já dadas; e pelo que respeita a execuções vou agora a//dar lhe todo o *desenvolvimento*, o que athe agora não tenho feito porque aguardava informações com relação aquelles *que* estão no caso de poderem ser *exemptados*, pois que a maior parte d'elles não teem <bens> nem seus próprios nem de seus paes. Em *quarto* aos *refractarios* dos annos anteriores á Lei de 4 de *Junho* de 1859 forão relaxados *por* esta *Administração* ao Delegado do Procurador Regio na forma do art. 59 da Lei de 27 de *Julho*, 1855, e na mão d'elle parão os respectivos <processos>

Pelas providencias que vou adoptar espero em breve preencher todos os contingentes de que em tempo *competente* darei parte a V.Ex.^a

Em 23 d'Ag.^{to} 1862

<ADVRL/ALL – ACVR/008/Lv001 (Copiador do Governo Civil, 1862)

DOCUMENTO 6

Acta da Sessão do 1º de Julho de 1854

[Fl.71v.] Foi presente o requerimento de Francisco de Magalhães, do Passo d'Ermelo que pretende a administração do legado instituído por Miguel da Silva Machado, fallecido nos estados do Brazil, em rasão de ser parente deste, e assim estar determinado no Testamento do fallecido, e acerca deste objecto resolveo o Conselho que não tomava conhecimento do sobredito requerimento, por estar o negocio affecto ao Poder Judicial, a quem pertence a decisão da questão.

ADVRL/ACD-CDVR/001/Lv.009 (Livro das Actas das Sessões do Conselho de Districto 1853-1854).

DOCUMENTO 7

(Requerimento de pedido de inspeção de Francisco Alves da Nóbrega)

Sessão de 29 de Agosto de 1857

[Fl.3v.](...) Foi apresentado e lido um requerimento de Francisco Alves da Nobrega Carneiro filho de Manuel Alves da Nobrega e [Fl.4] mulher Candida Augusta Gomes Carneiro desta Villa e freguesia de São Pedro em que expondo ao Governador Civil que tinha de auzentar-se para o Imperio do Brazil pertencendo-lhe ser recenseado para o serviço militar no proximo futuro ano pedia que mandasse inspecionar por ser aleijado dos pes e obter um despacho que se apresentasse a Camara para lhe deferir com assistência do Administrador do Concelho. Sendo estes presentes e examinado por estes e pula (sic) Camara os pes do requerente acordaram: Que em presença da vizível deformidade nos pes compreendida no n° 2° da Tabela respectiva, defferem ao suplicante com fundamento no art.^a 7 n° 4 da Lei de 27 de Julho de 1855.

ADVRL/ALL – CMVR/B/A/001/Lv043 (Livro das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Vila Real)

DOCUMENTO 8

Acta da Sessão de 18 de Junho de 1858

[fl.38] Foi presente ao Conselho hum requerimento de Manuel Claudino de Moraes, da Villa de Pezo da Régoa feito á Camara Municipal respectiva, declarando, que por se achar ausente, ao tempo do sorteio, não reclamara a escusa de seu filho Camilo Claudino de Moraes, ausente no Brasil, ha mais de hum ano, o qual sofre desde tenra idade huma rotura que o priva de qualquer exercício violento, do qual requerimento a Camara não quis tomar conhecimento, e o Conselho proferio no mesmo o seguinte Accordão – Que não sendo possível no Conselho dar como provada a impossibilidade física do filho do recorrente para o Serviço Militar essa razão da molestia que se alega no recurso, sem que se proceda a inspecção do recenseado em [?] de facultativos; e não podendo por enquanto verificar-se esse exame em razão da ausencia voluntaria do mesmo recenseado em Paiz estrangeiro; e tendo elle por esta cauza prestado a fiança, quando se lhe concedeo passaporte, na conformidade do art.º 55 da Lei de 27 de Julho de 1855, por virtude da qual se deve apresentar para o Serviço do Exército a que foi chamado, ou dar substituto, não dão por isso provimento no presente recurso, podendo o recorrente em tempo oportuno, apresentar seu filho á Junta de revisão, ou dar substituto, quando isso lhe não convenha.

ADVRL/ACD-CDVR/001/Lv011 (Livro das Actas das Sessões do Conselho de Districto 1858-1859).

DOCUMENTO 9

Acta da Sessão de 9 de Março de 1858

[Fl.116] No requerimento de Bernardino Ferreira Mouriz, do lugar das Vendas da Campeã, em que pede não ser compellido a satisfazer o preço da substituição de seu filho Manoel Ferreira no recrutamento de 1858, por se haver ausentado *para* o Imperio do Brazil, de quem o *supplicante* ficou fiador, por isso que falleceo no *dito* Imperio, proferio o Accordão seguinte: Que parece de justiça que se não proceda contra o *supplicante* em vista dos fundamentos, que alega no seu requerimento e documentos com que comprova.

ADVRL/ACD-CDVR/001/Lv011 (Livro das Actas das Sessões do Conselho de Districto 1858-1859).

DOCUMENTO 10

Acta da Sessão de 15 de Outubro de 1859

[Fl.173] Foi presente ao Conselho hum requerimento de Manuel Pereira Marques de Almeida de Carvalho, do lugar de Lordello que pede ser desonerado da fiança que assignou para responder pelo mancebo António de Carvalho Muas, que foi para o Imperio do Brazil aonde falleceo, segundo mostrou por documentos legaes, no qual se lançou o seguinte o seguinte (sic) Accordão em Conselho: que o requerente fiador fique desonerado da fiança em vista da justificação judicial, pela qual mostra ser falecido o mancebo affiançado.

ADVRL/ACD-CDVR/001/Lv011 (Livro das Actas das Sessões do Conselho de Districto 1858-1859).

DOCUMENTO 11

(Reclamações de isenção ao recrutamento por morte ou ausência)

Acta da Sessão de 7 de Maio de 1859

[Fl.5] José Bernardo de Pumarelhos tutor de Joaquim Jorge e Anna Carlos já defuntos alegando que o dito mancebo embarcou para o Imperio do Brazil, reclamando por isso a izempção do mesmo do actual recenseamento.

Accordão que indeferem ao supplicante po quanto segundo as disposições dos artigos 6º, 12 e 13 da lei de 27 de Julho de 1855, não pode ser attendida a reclamação do supplicante.

[Fl.7] Bento José do lugar de Felgueiras reclama a exempção de seu filho Manoel alegando ter este embarcado para o Brasil e não haver noticias delle – Accordão – Que indeferem ao supplicante por que as circunstancias alegadas não estão exceptuadas na lei.

[Fl.13] Bento Pereira Gonçalves da Magalhã, reclama a exempção de seu filho Antonio, com fundamento no artigo 8º nº 2 digo com fundamento deste se achar no Imperio do Brazil – Accordão – Que indeferiu ao *Supplicante* por que a circumstancia alegada não esta compreendida em nenhua das excepções da lei de 27 de Julho de 1855.

ADVRL/ALL – CMVR/B/A/001/Lv045 (Livro das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Vila Real)

Acta da Sessão de 11 de Maio de 1859

[Fl.28 v.] Manuel Vieira Soqueiro, reclama a exempção de seu filho Antonio, alegando achar-se o mesmo auzente no Imperio do Brasil – Accordão que indeferem ao Supplicante em presença dos Artigos 4º, 12 e 13 da lei de 23 de Julho de 1855 e não se achar compreendido em alguma das excepções de que tratao os Artigos 7º, 8º e 71 da mesma lei.

Acta da Sessão extraordinária de 8 de Dezembro de 1859

[Fl.79 v.] Joaquim Alves Teixeira Fidalgo do lugar de Tuizendes reclama a exempção de seu filho Jose alegando que tendo-se este ausentado para o Imperio do Brasil constava ser falecido teve a informação seguinte. A Camara Municipal informa com os documentos juntos.

ADVRL/ALL – CMVR/B/A/001/Lv045 (Livro das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Vila Real)

DOCUMENTO 12

(Requerimento de pedido de isenção ao recrutamento por ausência e amparo de mãe e irmão)

[Fl.141] No requerimento de D. Candida Augusta Gomes Carneiro, reclamando pela isempção de seu *filho* Manoel, alegando a ausencia deste, e amparo que delle recebe, e que presta a um outro seu filho a qual dá as mezadas para os estudos que frequenta no Porto.

He certo que o filho da *Supplicante* se ausentou para o Imperio do Brasil aonde se acha, mas desta ausencia, parece a Camara que o não desobriga do Serviço Militar a que a lei o chama — quanto a 2ª parte da reclamação, consta e he vos publica, que o *dito* filho socorre a *Supplicante*, e está mandado (sic) as mezadas a um irmão que frequenta no Porto a escola Medico Cirurgica — á vista do que a Comissão deferira a reclamação como for de justiça —

ADVRL/ALL – CMVR/B/A/001/Lv 046 (Livro das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Vila Real).

DOCUMENTO 13

(Termo de fiança de Bazilio Maria Pereira de Sampaio)

[Fl.43] Ao primeiro dia do mês de Dezembro de mil oitocentos cincoenta cinco anos, nesta Villa Real, e Secretaria do Governo Civil do Districto, estando presente o Ex.^{mo} Governador Civil do mesmo, Visconde de Lemos, perante elle se apresentou Josefa Maria Pereira, solteira, da freguesia de Sam Pedro desta mesma Villa, e impetrou passaporte para seo filho Bazilio Maria Pereira de Sampaio, solteiro de 19 annos de idade que completou em (1) do mês de Fevereiro do corrente anno, e tem os signaes característicos a margem declarados, a fim de se transportar ao Imperio do Brazil, o qual passaporte o Ex.^{mo} Governador Civil lhe mandou passar por tempo de noventa dias, e neste acto compareceo o *Bacharel* Francisco Maria Cabral de Sampaio, proprietario, desta dita Villa, e disse na presença das testemunhas abaixo declaradas, que pelo presente termo, muito de sua livre e espontanea vontade se obriga por sua pessoa e bens moveis e de raiz havidos e por haver, a apresentar o referido mancebo Bazilio Maria Pereira de Sampaio se for chamado ao serviço do Exercito, no Corpo militar que lhe for designado dentro do prefixo praso d'um anno, contado do dia em que for intimado para realizar esta apresentação ou a dar por elle um substituto dentro do mesmo praso bem como se obriga na qualidade de fiador que fica [Fl.43 v.] sendo do mesmo mancebo, e no caso de que este não compareça nem apresente substituto no indicado praso, a resgatar a presente fiança por uma soma igual ao preço da substituição que o Governo fixar, tudo na forma do artigo 55 e seos paragrafos da Carta de Lei de 27 de Julho do presente anno. Para constar mandou o Ex.^{mo} Governador Civil lavrar o presente termo de fiança que assignou com o mencionado fiador, e a rogo da mãe do mancebo por esta lho pedir Antonio José Alvares Pinto Lobato; o sobredito mancebo e testemunhas presentes a este acto Sebastião Candido Lobato e Francisco Taveira d'Azevedo, solteiros, desta Villa Real e amanuenses da Secretaria deste Governo Civil, depois de lido por mim.

(1) espaço em branco

ADVRL/ACL – GCVR/H/D/010/ Lv.1608 (Livro de Registo de Passaportes).

DOCUMENTO 14
(Passaporte individual)

N.º 66
Em 13 dias do mês de Fevereiro de 1852
nesta N.ª Real, e Secretaria do Governo Civil
de Alagoas, se concedeu Passaporte valioso por noventa dias
para o confiado para sair destes Reinos a ^{João Baptista} Diogo da Silva Fer-
reira, solteiro, filho de ^{João Baptista} Dombos, natural da Villa
de Santa Martha deste Districto para a Cid.
de Rio de Janeiro, Imperio do Brazil, abona-
ção do por Antonio Monteiro de Carvalho da
referida Villa de Sta. Martha e abaixo assigna-
do.
Tem assignas
de bezigas
Antonio Monteiro de Carvalho

DOCUMENTO 15
(Passaporte coletivo)

No 298
 Em 24 d' Outubro de 1854, se concedeu
 este passaporte por tempo de 90 dias para
 o Imperio do Brasil, a Maximiliano
 da Silva Cabral casado delega de
 Sobroto, e a sua mulher Maria de
 Almeida de Souza, de Paraguará, deste Rio
 Grande, para haver satisfecito ao do termo
 de 1854, e a Cartoria Circular de este
 termo de Rio Grande de 9 de Janeiro ultimo;
 ficando com sua esposa e familia sua
 mulher por nome D. Rita d'Almeida
 Cavallari, de 34 a. de idade, 58 polle-
 gadas d'altura, rosto comprido, cabelo
 preto, olhos castanhos escuros, na-
 rix e boca regulares, cor natural; e bun-
 abim e dentes, por nome Roberto da
 Silva Cabral, de 14 annos de idade,
 54 pollegadas d'altura, rosto comprido,
 cabelo preto, olhos e orelhas castanhos,
 narix e boca regulares, cor natural; e
 dentes e familia da Silva Cabral, de 13
 annos de idade, 40 pollegadas d'altura,
 rosto comprido, cabelo e orelhas
 louros, olhos castanhos, narix e boca
 regulares, cor natural; e familia Man-
 garina da Silva Cabral, de 10 a. de idade
 de 47 pollegadas d'altura, rosto comprido,
 cabelo, orelhas e orelhas castanhos,
 narix e boca regulares, cor natural;
 e tem rigidez de boçigas; e familia da
 Silva Cabral, de 13 a. de idade, 40
 pollegadas d'altura, rosto comprido,
 cabelo louro, orelhas e orelhas cast.,
 narix e boca regulares, cor natural; e

(continua)

103
bem assim mais dois filhos do nome
Francisco de quatro annos de idade
e Simplicio de 2 annos de idade. por
tudo as quaes o inspetorante responde
Honrado por documentos legaes
conspicuos.

ADVRL/AC/GCVR/H-D/010/4 (Livro de Registo de Passaportes, 20/05/1856-02/11/1857), fl.102v.-103)